



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Relatório de Gestão 2016

Macapá 2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do Exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade jurisdicionada está obrigada, nos termos do parágrafo único Art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº. 63/2010 e 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 154/2016 e 156/2016 e da Portaria TCU nº 59/2017.

MACAPÁ 2017



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

Reitora

Eliane Superti

Vice-Reitora

Adelma das Neves Nunes Barros

Pró-Reitora De Administração

Wilma Gomes Silva Monteiro

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais

Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias

Rafael Pontes Lima

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Emanuelle Silva Barbosa

Pró-Reitor de Graduação

Margareth Guerra dos Santos

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões

Pró-Reitor de Planejamento

Allan Jasper Rocha Mendes

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Allan Jasper Rocha Mendes

Secretaria

Lorena Oliveira de Souza

Carina de Almeida Matos

Estagiária

Carla Daiane de Matos dos Santos

Departamento de Planejamento - DEPLAN

Raimundo Gomes Barbosa

Eder Bart Souza da Cruz

Isaac Vieira dos Santos

Alexandra Souza Belfor

Departamento de Gestão Orçamentária - DGO

Aldery da Silva Mendonça

Luciana Santos Ayres da Silva

Dandara Menezes de Oliveira

João Paulo Goes de Oliveira Torres

Jose Pery dos Anjos Lobato Junior

Luiz Carlos Silva de Araujo

Vagno Moura Gomes

Thiarlliane da Silva Souza

Departamento de Avaliação Institucional - DEAVI

Marilyn de Azevedo Costa Trindade Carvalho dos Santos

Eliana da Silva Lopes

Eric Joel Ferreira do Amaral

Lidiane Furtado Ferreira Rodrigues

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

Cláudia Cristina Brito Pessoa

Valdemar Vilena Pereira Filho

Elaboração do Relatório de Gestão:

Raimundo Gomes Barbosa

Aldery da Silva Mendonça

Paulo Guilherme Pinheiro dos Santos

Isaac Vieira dos Santos

Alexandra Souza Belfor

Luciana Santos Ayres da Silva

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ARTI	Alunos de Residência Médica em Tempo Integral
AEEA	Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura
AER	Assessoria Especial da Reitoria
AGE	Alunos Equivalentes da Graduação
AGTI	Alunos de Graduação em Tempo Integral
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APG	Alunos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>
APGTI	Alunos de Pós-Graduação em Tempo Integral
AR	Alunos de Residência Médica
ASSESP	Assessoria Especial
AUDINT	Auditoria Interna
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONDIR	Conselho Diretor
CONSU	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPL	Comissão Permanente de Licitação
DACE	Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis
DAP	Departamento de Administração de Pessoal
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DCBS	Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde
DCET	Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas
DDP	Departamento de Desenvolvimento de Pessoas
DE	Dedicação Exclusiva
DEaD	Departamento de Educação à Distância
Ded	Departamento de Educação
DEAVI	Departamento de Avaliação Institucional
DEFIN	Departamento Financeiro
DEPAG	Departamento de Administração Geral
DEPLAN	Departamento de Planejamento
DEPSEC	Departamento de Processos Seletivos e Concursos
DES	Departamento de Saúde
DEX	Departamento de Extensão
DFCH	Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
DGO	Departamento de Gestão Orçamentária
DICON	Divisão de Contabilidade
DIESPO	Divisão de Estrutura e Processos Organizacionais
DIEXFIN	Divisão de Execução Financeira
DEPLA	Departamento de Letras e Artes
DMAD	Departamento Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento
DN	Decisão Normativa
DPG	Departamento de Pós-Graduação
DPq	Departamento de Pesquisa
EAD	Ensino à Distância

EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EDIT	Editora Universitária
FUNPEA	Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias
GAB	Gabinete
GEPG	Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação
GPE	Grau de Participação Estudantil
GT's	Grupos de Trabalho
HU	Hospital Universitário
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IN	Instrução Normativa
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
NA	Notificações de Auditorias
NDE	Núcleo Docente estruturante
NSA	Não se Aplica
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAEC	Programa de Alianças Para Educação e Capacitação
PAID	Plano de Atividades Individuais Docente
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de TI
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PETI	Plano Estratégico de TI
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPGEF	Mestrado Profissional de Estudos de Fronteiras
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Planos de Providências Permanentes
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROCRI	Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PROJUR	Procuradoria Jurídica
PROLIND	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
PROPESPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
RDC	Regime Diferenciado de Contratação
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial

RUF	Ranking Universitário Folha
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SIG	Sistemas Integrados de Gestão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIGU	Sistema Integrado de Gestão Universitária
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos.
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCI	Unidade de Controle Interno
UFABC	Universidade Federal do ABC
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UMAP	Universidade da Maturidade
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIMULHER	Universidade da Mulher
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	15
Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	24
Quadro 3 - Macroprocesso Finalístico da Unifap.....	26
Quadro 4 – Objetivos Estratégico, Metas Previstas e Executadas em 2016	29
Quadro 5 - Execução Física e Financeira das Ações 2016.....	35
Quadro 6 - Implantação do Hospital Universitário da Unifap.....	37
Quadro 7 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão .	38
Quadro 8 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	43
Quadro 9 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior	47
Quadro 10 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	49
Quadro 11 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	50
Quadro 12 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	51
Quadro 13 - A - Reconhecimento de Passivos	55
Quadro 14 - B - Reconhecimento de Passivos	55
Quadro 15 - C - Reconhecimento de Passivos	55
Quadro 16 - D - Reconhecimento de Passivos	55
Quadro 17 - E - Reconhecimento de Passivos.....	56
Quadro 18 - F - Reconhecimento de Passivos.....	56
Quadro 19 - G - Reconhecimento de Passivos	56
Quadro 20 - H - Reconhecimento de Passivos	57
Quadro 21 - I - Reconhecimento de Passivos.....	57
Quadro 22 - Restos a pagar de exercícios anteriores.....	58
Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	61
Quadro 24 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	63
Quadro 25 - Despesas por modalidade de licitação ou contratação	64
Quadro 26 - Concessão de suprimento de fundos	70
Quadro 27 - Utilização de suprimento de fundos	70
Quadro 28 - Dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	70
Quadro 29 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002	75
Quadro 30 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002-Plenário	76
Quadro 31 - Estrutura da Audint	89
Quadro 32 - Situação do atendimento das recomendações emitidas pela Audint em 2016	91
Quadro 33 - Monitoramento das demandas do TCU.....	93
Quadro 34 - Monitoramento das demandas da CGU	93
Quadro 35 - Força de Trabalho da UNIFAP em 2016	97
Quadro 36 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	98
Quadro 37 - Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC.....	100
Quadro 38 - Despesas do pessoal	101
Quadro 39 - Consumo de combustível em litros	105

Quadro 40 - Distribuição dos imóveis por localização e registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet.....	107
Quadro 41 - Chamados de manutenção abertos através do SIGU.....	107
Quadro 42 - Faturamento/Serviço	108
Quadro 43 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	110
Quadro 44 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	110
Quadro 45 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	111
Quadro 46 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	112
Quadro 47 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	112
Quadro 48 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	113
Quadro 49 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	114
Quadro 50 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap .	114
Quadro 51 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	115
Quadro 52 - Atividades do Comitê Gestor de TI e sua composição	116
Quadro 53 - Reuniões do CGTI que ocorreram em 2016.....	116
Quadro 54 - Relação dos principais sistemas	116
Quadro 55 - Cursos avaliados no período de 2013/2016.....	125
Quadro 56 - Valores Arrecadados / Código de Recolhimento	129
Quadro 57 – A - Deliberações do TCU no exercício	131
Quadro 58 – B - Deliberações do TCU no exercício.....	134
Quadro 59 – C - Deliberações do TCU no exercício.....	135
Quadro 60 – D - Deliberações do TCU no exercício	140
Quadro 61 – A - Deliberações da CGU no exercício	141
Quadro 62 – B - Deliberações da CGU no exercício	142
Quadro 63 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	144
Quadro 64 - Despesas com publicidade	145
Quadro 65 - Cursos que ofertam Libras	146
Quadro 66 - Declaração de Contratos.....	147
Quadro 67 - Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac....	148
Quadro 68 - Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores	149
Quadro 69 - Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	149
Quadro 70 - Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP	150
Quadro 71 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio	153

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de cursos e alunos nos Campus da Unifap em 2016.....	18
Figura 2 - Número de cursos e alunos de pós-graduação em 2016	19
Figura 3 - Percentual de alunos atendidos/modalidade de assistência nos Campus.....	20
Figura 4 - Número de auxílios concedidos aos alunos por Campus.....	20
Figura 5 - Número de alunos em programa de mobilidade acadêmica	22
Figura 6 - Organograma	23
Figura 7 - Mapa do PDI.....	27
Figura 8 - Série histórica do indicador Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016	77
Figura 9 - Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016	78
Figura 10 - Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016.....	78
Figura 11 - Série histórica do indicador Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016	79
Figura 12 - Série histórica do indicador Grau de Participação Estudantil (GPE) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016.....	80
Figura 13 - Série histórica do indicador Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016	80
Figura 14 - Série histórica do indicador Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016	81
Figura 15 - Série histórica do indicador Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016	82
Figura 16 - Série histórica do indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016.....	82
Figura 17 - Comparativo entre a execução do Paint/2015 e Paint/2016	90
Figura 18 - Força de trabalho da Unifap por escolaridade e categoria funcional.....	99
Figura 19 - Número de servidores de carreira por escolaridade 2015-2016	100
Figura 20 - Atendimento realizado na Ouvidoria em 2015-2016.....	121
Figura 21 - Pesquisa de Avaliação Institucional	124
Figura 22 - Cursos avaliados pelo INEP 2013-2016	125

SUMÁRIO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	15
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	15
1.2 Finalidade e competência	16
1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	16
1.4 Ambiente de atuação	17
1.5 Organograma	22
1.6 Macroprocessos Finalísticos	25
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	27
2.1 Planejamento Organizacional	27
2.1.1 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos 28	
2.2 Desempenho Orçamentário	35
2.2.1 Execução física e financeira das ações da lei Orçamentária anual de responsabilidade da unidade	37
2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	54
2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento ...	54
2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	58
2.3 Execução descentralizada com transferências de recursos	61
2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas 61	
2.3.2 Informações sobre a realização das receitas	62
2.3.3 Informações sobre a execução das despesas	63
2.3.4 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.	70
2.4 Desempenho operacional	71
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho	71
2.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos 83	
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS	83
3.1 Descrições das estruturas de governanças	83
3.1.1 Conselho Superior (CONSU)	84
3.1.2 Conselho Diretor (CONDIR)	84
3.1.3 Reitoria	84
3.1.4 Vice-reitoria	84

3.1.5	Chefia de Gabinete	84
3.1.6	Procuradoria Jurídica (PROJUR).....	85
3.1.7	Assessoria Especial (ASSESP).....	85
3.1.8	Auditoria Interna (AUDINT)	85
3.1.9	Comissão Própria de Avaliação (CPA).....	85
3.1.10	Ouvidoria.....	86
3.1.11	Corregedoria	86
3.1.12	Pró-Reitorias	86
3.1.12.1	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD).....	86
3.1.12.2	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG).....	86
3.1.12.3	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC)	87
3.1.12.4	Pró-Reitoria de Relações Interinstitucionais (PROCRI).....	87
3.1.12.5	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).....	87
3.1.12.6	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	88
3.1.12.7	Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN).....	88
3.2	Atuação da Unidade de Auditoria Interna	88
3.3	Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos.....	94
3.4	Gestão de riscos e controles internos.....	95
4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	96
4.1	Gestão de pessoas	96
4.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	97
4.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal	101
4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	102
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e estagiários	103
4.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	103
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	103
4.2.1	Gestão da Frota de Veículos	103
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis.....	105
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	106
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	110
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	115
4.3	Gestão da Tecnologia da Informação.....	115

4.3.1	Principais sistemas de informação	119
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	119
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	119
5.1	Canais de acesso do cidadão	120
5.2	Carta de Serviço ao Cidadão	122
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	123
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	125
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. .	126
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	127
6.1	Desempenho financeiro no exercício	127
6.2	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	128
6.2.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	130
6.2.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	130
6.2.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.	130
7.	CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	131
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	131
7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	141
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	143
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	144
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	145
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	145
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do decreto 5626/2005	146
8.	RELATÓRIO OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA	147
9.	PARECER DO COLEGIADO	147
10.	ROL DOS RESPONSÁVEIS.....	147
11.	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO	147
12.	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	147

12.1	Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	147
12.2	Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e registro de Atos Admissões e Concessões	148
12.3	Integridade e completude do atendimento dos requisitos da lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas.....	148
12.4	Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI	149
12.5	Integridade dos registros das informações no sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	150
12.6	Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.....	151
13.	INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8958/1994.....	152
14.	Considerações Finais	157
15.	Anexos e Apêndices	158

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) apresenta aos órgãos de controle e à sociedade o Relatório de Gestão do Exercício de 2016, em conformidade com o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal de 1988, bem como as normas do Tribunal de Contas da União (TCU), contidas na Instrução Normativa (IN) n.º 63/2010, Decisão Normativa (DN) n.º 154/2016 e 156/2016; e Portaria n.º 59/2016, com a finalidade de propiciar a sociedade em geral uma visão do desempenho da execução dos recursos aplicados, bem como informar as principais atividades desenvolvidas pela Universidade, em especial no contexto da comunidade amapaense.

Assim sendo, além de cumprir a legislação no que se refere à obrigatoriedade de prestação de contas, a boa gestão dos recursos públicos pressupõe, também, a eficiência, eficácia e efetividade das ações na perspectiva de alcançar os objetivos estabelecidos no planejamento estratégico.

O presente relatório trata da Prestação de Contas do Exercício de 2016 e encontra-se estruturado em seções, conforme a ordem estabelecida no Sistema de Prestação de Contas (e-Contas) do Tribunal de Contas da União. As áreas de atuação da instituição e as ações executadas no âmbito regional, bem como as disponibilidades de recursos aprovados no exercício financeiro, de captação de recursos por meio de emendas parlamentares têm o objetivo de atender as demandas institucionais.

Por fim, o relatório traz no seu contexto o detalhamento da execução orçamentária e financeira por ação, bem como os resultados das metas estabelecidas no exercício de 2016, e ainda, os resultados da pesquisa sobre os serviços prestados por esta Universidade, o qual representa a visão da sociedade sobre Unifap.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Esta seção contempla os elementos identificadores da Unidade Prestadora de Contas (UPC) e informações características da unidade. Ela tem por objetivo retratar a UPC de modo claro, expor as razões de sua existência, suas relações com o contexto onde atua e sua estruturação.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação (MEC)			Código SIORG: 1710
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Universidade Federal do Amapá			
Denominação Abreviada: UNIFAP			
Código SIORG: 1710	Código LOA: 26286	Código SIAFI: 154215	
Natureza Jurídica: Fundação		CNPJ: 34.868.257/0001-81	
Principal Atividade: Ensino, Pesquisa e Extensão			Código CNAE: 8531700
Telefones/Fax de contato:	(96) 3312-1702	(96) 3312-1703	(96) 3312-1706
Endereço Eletrônico: esupert@unifap.br; assessoria@unifap.br			
Página na Internet: http://www.unifap.br			
Endereço Postal: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira, Km 02 - s/n, Bairro Jardim Marco Zero - Macapá - AP, CEP 68.902-280			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Autorizada pela Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986 e criada pelo Decreto nº 98.997, de 02 de março de 1990.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto: Portaria nº 1.053, de 12 de julho de 1999, publicado no Diário Oficial da União em 14 de julho de 1999.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria Ministerial nº 868/90, de acordo com o Parecer nº 649/90-SESu, aprovado em 09.08.1990 e publicado na Documenta MRC nº 35.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
154215		15278	
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154215	Fundação Universidade Federal do Amapá		

1.2 Finalidade e competência

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União, criada pela Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, e instituída pelo Decreto nº 98.977, de 02 de março de 1990, vinculada ao MEC, tendo sede e foro na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá. É dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa; e de gestão financeira e patrimonial, assegurada pela Constituição Federal de 1988, observada a legislação vigente e seu Estatuto, bem como o Regimento Geral e as demais normas aprovadas em suas instâncias colegiadas.

E, de acordo com o artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções “ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; desenvolver as ciências, as letras e as artes; prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e promover o desenvolvimento nacional, regional e local”.

E, para alcançar esses objetivos institucionais, a UNIFAP estruturou suas ações em uma instituição multicampi, distribuída da seguinte forma: Campus Marco Zero do Equador, na cidade de Macapá; Campus Santana, na cidade de mesmo nome; Campus Binacional, na cidade de Oiapoque; Campus Mazagão e Campus Laranjal do Jari.

Neste sentido, a UNIFAP em 2016 trabalhou para cumprir a sua missão: “promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica” (PDI, 2015-2019).

1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.unifap.br/public/>, a Universidade possui em sua estrutura organizacional Órgãos Colegiados Superiores (Conselho Diretor - CONDIR e Conselho Universitário - CONSU); Órgãos Executivos Superiores (Reitoria e Pró-Reitorias); Órgãos de Assessoramento, Órgãos da Administração Geral e Órgãos Executivos de Administração Específica, conforme Regimento Geral aprovado pela Resolução n.º 09/2002-CONSU/UNIFAP, em 29 de abril de 2002; através da Resolução nº 010/2010-CONSU/UNIFAP, de 25 de junho de 2010, que institui a Ouvidoria e pelas Resoluções: n.º 01/2013-CONDIR de 27 de março de 2013, que cria a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI); 05/2012,

que cria o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); 07/2013, que cria o Departamento Acadêmico de Meio Ambiente e Desenvolvimento (DMAD); as Resoluções n.º 19/2006-CONSU, 09/2009-CONSU e 01/2013-CONSU que criam, respectivamente, os Campi de Santana, Mazagão e Binacional; e ainda a Resolução n.º 028/2015-CONSU de 28 de setembro de 2015, que dá nova redação ao artigo 11 do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Amapá. Além desses instrumentos que regulam e normatizam a estrutura da Universidade, encontram-se publicados no <http://www2.unifap.br/consu/?cat=10> as demais resoluções.

1.4 Ambiente de atuação

A UNIFAP, objetivando atender a missão institucional no que tange a formação de cidadãos na perspectiva de contribuir com desenvolvimento social, econômico, e ambiental da sociedade em geral e, em particular a sociedade amapaense, portanto, a melhoria da qualidade de vida do homem, está presente em quatro municípios (Santana, Mazagão, Oiapoque, Laranjal do Jari), através dos campi, além do município de Macapá, capital do Estado do Amapá, onde se encontra instalada o Campus Marco Zero do Equador.

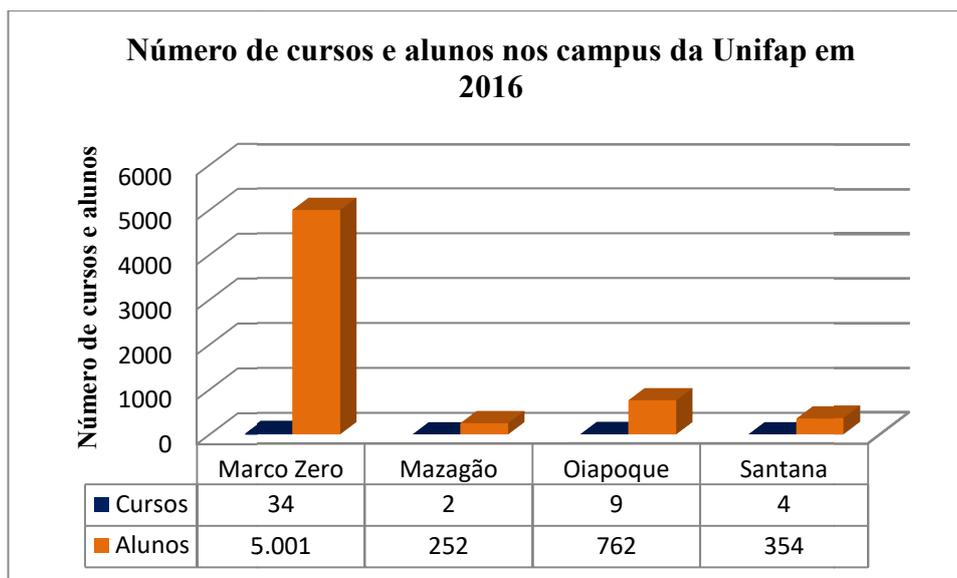
O Censo da Educação Superior registrou em 2015 que existem 16 instituições de ensino superior: além da UNIFAP, existem mais 02 instituições públicas (Instituto Federal e a Universidade Estadual do Amapá) e 13 privadas, que juntas matricularam 44.957 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e sete) alunos, sendo 12.716 (doze mil setecentos e dezesseis) na rede pública e 32.241 (trinta e dois mil duzentos e quarenta e um) na particular, que mostra o predomínio da rede particular sobre a pública.

No que tange a atuação da Unifap, em termos de cursos e alunos matriculados, em 2016 a Universidade ofertou 59 (cinquenta e nove) cursos de graduação - sendo 57 (cinquenta e sete) presenciais, incluindo 7 (sete) cursos na modalidade do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) e 02 (dois) de Educação à Distância (EAD), nos quais em 2016, estavam matriculados 6.761 (seis mil, setecentos e sessenta e um) alunos, sendo 6.371 (seis mil, trezentos e setenta e um) na modalidade presencial, 82 (oitenta e dois) na EAD e 308 (trezentos e oito) no PARFOR. Vale ressaltar que em 2016 a Unifap abriu em Vitória do Jari o Curso de Administração à distância com 50 (cinquenta) vagas.

Quanto à distribuição de alunos por Campus, o Marco Zero apresenta a maior concentração de alunos: 5.001 (cinco mil e um) em 34 (trinta e quatro) cursos; o Campus Binacional, em Oiapoque, o qual oferta 08 (oito) cursos de graduação com 762 (setecentos e sessenta e dois) alunos matriculados; Campus Santana, com 4 (quatro) cursos e 354 (trezentos

e cinquenta e quatro) alunos matriculados; Campus Mazagão, com 02 (dois) cursos e 232 (duzentos e trinta e dois) alunos matriculados; e 02 (dois) alunos remanescentes que estão matriculados no Curso de História Licenciatura no Campus de Laranjal do Jarí – nos últimos anos não foram abertos novos processos seletivos; perfazendo 6.761 (seis mil, setecentos e sessenta e um) alunos de graduação na Universidade, conforme Figura 1.

Figura 1 - Número de cursos e alunos nos Campus da Unifap em 2016



Fonte: DERCA/PROGRAD

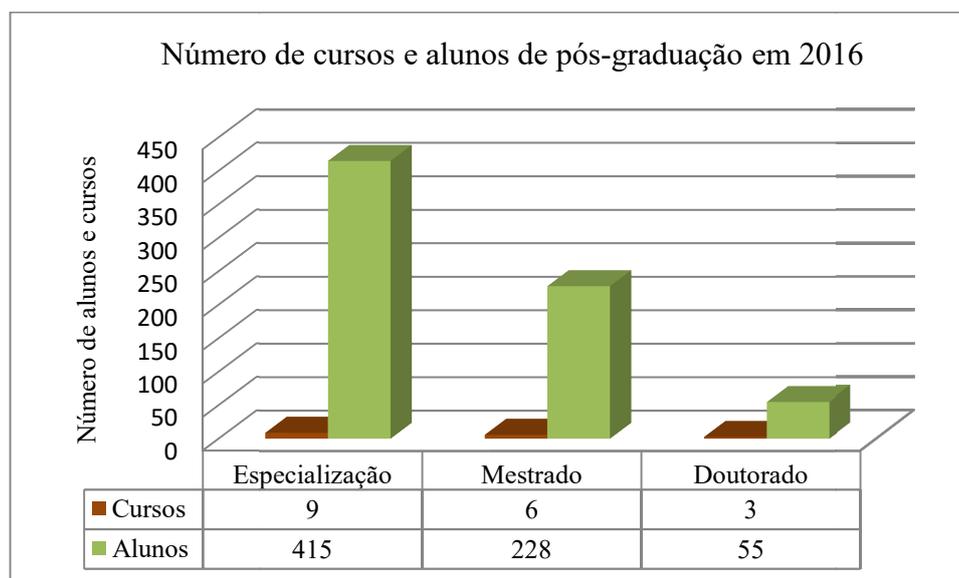
A pós-graduação *stricto sensu* em 2016 ofertou 09 (nove) programas, sendo 03 (três) de doutorado e 04 (quatro) de mestrado acadêmico e 02 (dois) de mestrado profissional; enquanto que *lato sensu* foram 09 (nove) cursos de especialização - todos realizados no Campus Marco Zero, conforme Figura 2 abaixo. A PROPESPG encaminhou à CAPES a proposta para implementação de 3 mestrados, os quais foram aprovados. O Mestrado Profissional de Estudos de Fronteiras (PPGEF), no final do exercício de 2016 - o qual se encontra em processo de seleção; os demais foram aprovados ainda no início de 2017.

As atividades de extensão universitária foram desempenhadas em duas frentes de trabalho: a primeira são as ligadas às ações de extensão por meio de atividades extensionistas; a segunda, por meio de assistências estudantis de ensino, pesquisa e extensão.

No que tange a atividade de extensão, foram registradas 122 (cento e vinte e duas) ações voltadas a essas atividades, com 78 (setenta e oito) bolsas de extensão aos discentes de graduação e também em ações por meio da participação de 185 (cento e oitenta) alunos em caráter voluntário. Essa ação contribuiu para a formação de agentes extensionistas, acadêmica

e cidadãos, de estudantes em áreas de conhecimento junto à sociedade na produção científica, bem como estimular a articulação da extensão universitária com o ensino e a pesquisa.

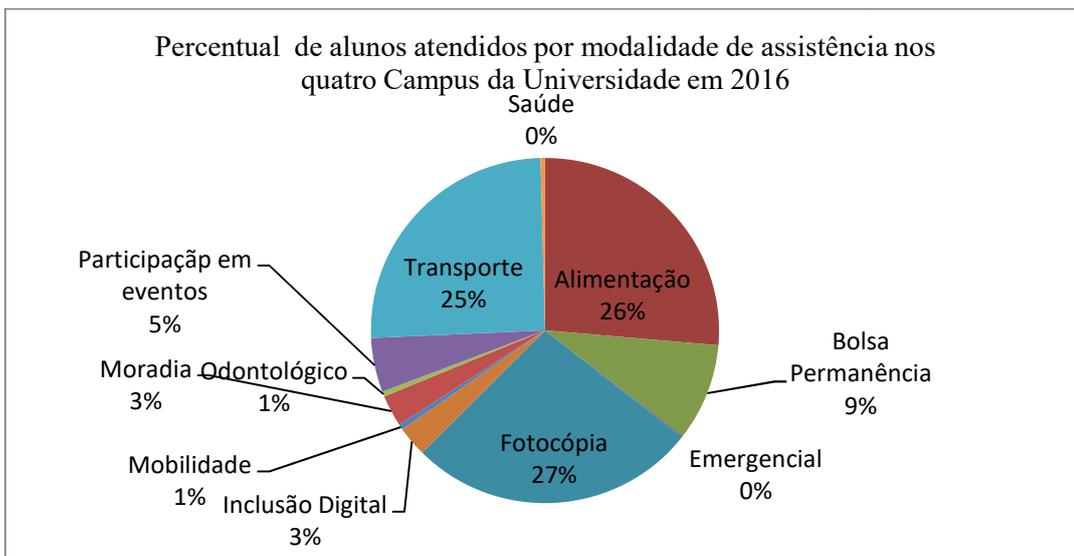
Figura 2 - Número de cursos e alunos de pós-graduação em 2016



Fonte: PROPESG

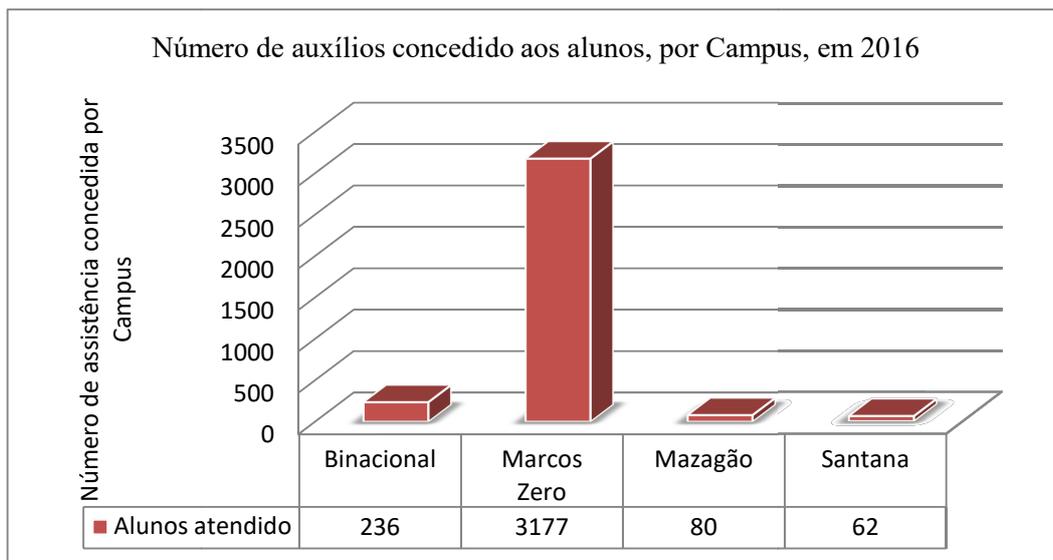
No que tange aos programas voltados à assistência estudantil, a PROEAC concedeu 3.555 (três mil, quinhentos e cinquenta e cinco) auxílios (alimentação, bolsa permanência, emergencial, fotocópia, inclusão digital, mobilidade, moradia, odontológico, transporte, saúde, participação em eventos) aos alunos dos *campi* da universidade, conforme as Figuras 3 e 4.

Figura 3 - Percentual de alunos atendidos/modalidade de assistência nos Campus



Fonte: PROEAC

Figura 4 - Número de auxílios concedidos aos alunos por Campus



Fonte: PROEAC

Em relação ao projeto de Internacionalização Universitária da UNIFAP, um conjunto de ações institucionais e acadêmicas contribuiu para o avanço e o fortalecimento das relações internacionais com o Platô das Guianas - região considerada estratégica para a UNIFAP. As instituições na região das Guianas e Caribe estiveram no foco dos esforços institucionais - a Universidade da Guiana Francesa, a Universidade de Anton de Kon (Suriname), a Universidade da Guyana (inglesa), a *University Of The West Indies – UWI* (Trinidad e Tobago

Caribe), e também a Universidade Federal de Roraima, que faz parte da rede de IES na mesma região de fronteira com a Unifap.

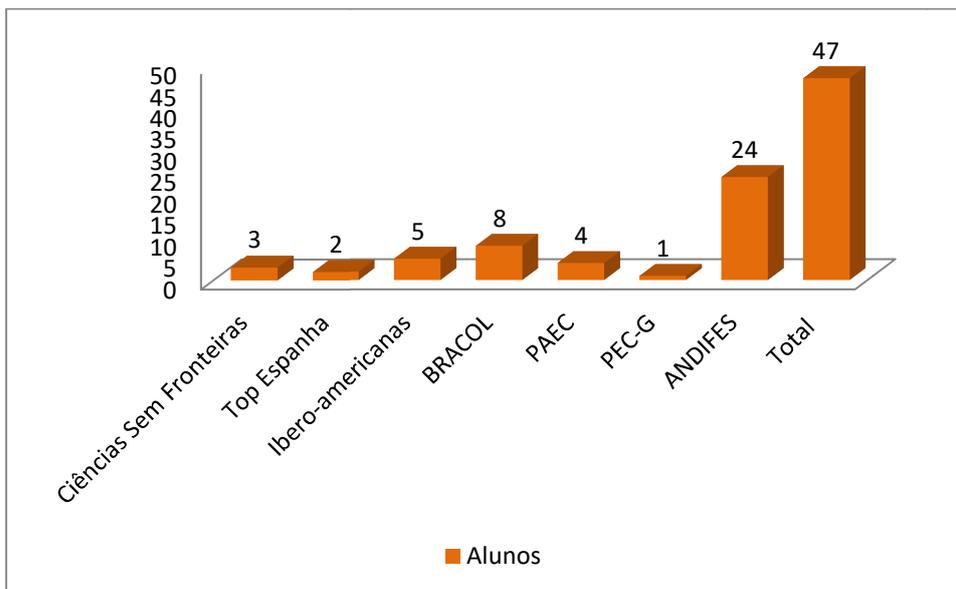
Outro foco da PROCRI, diz respeito aos programas de mobilidade acadêmica no âmbito nacional e internacional. Em 2016 a PROCRI proporcionou a participação de 47 (quarenta e sete) alunos em 07 (sete) programas de mobilidade acadêmica, com destaque para o programa da ANDIFES que absorveu a maior parte dos alunos em mobilidade, conforme Figura 5.

Vale destacar que dos 47 (quarenta e sete) alunos em mobilidade, 44 (quarenta e quatro) foram selecionados em 2016. Ressaltamos ainda que 06 (seis) são alunos oriundos de outros países que participam de acordos de mobilidade acadêmica com a Unifap. Dos 06 (seis), 04 (quatro) são do Programa PAEC provenientes de países da América, como Haiti, Perú, Colômbia e Honduras; e 01(um) do Programa Estudante Convênio Graduação (do PEC-G) proveniente do Cabo Verde e outro do PEC-G.

Além desses alunos em processo de mobilidade, 16 (dezesesseis) docentes também foram contemplados em programas de mobilidade acadêmica para os países de Portugal, França, Espanha, Suriname e Guiana Francesa.

As ações realizadas 2016, no que tange a internacionalização, produziram resultados positivos, conforme o Ranking Universitário Folha – RUF, que classifica as 192 (cento e noventa e duas) universidades brasileiras a partir de indicadores de pesquisa, inovação, internacionalização, ensino e mercado. A Unifap em 2014 ocupava a 164º colocação; enquanto em 2016 alcançou 94º colocação, melhorando assim sua colocação no contexto geral das Universidades Brasileiras.

Figura 5 - Número de alunos em programa de mobilidade acadêmica



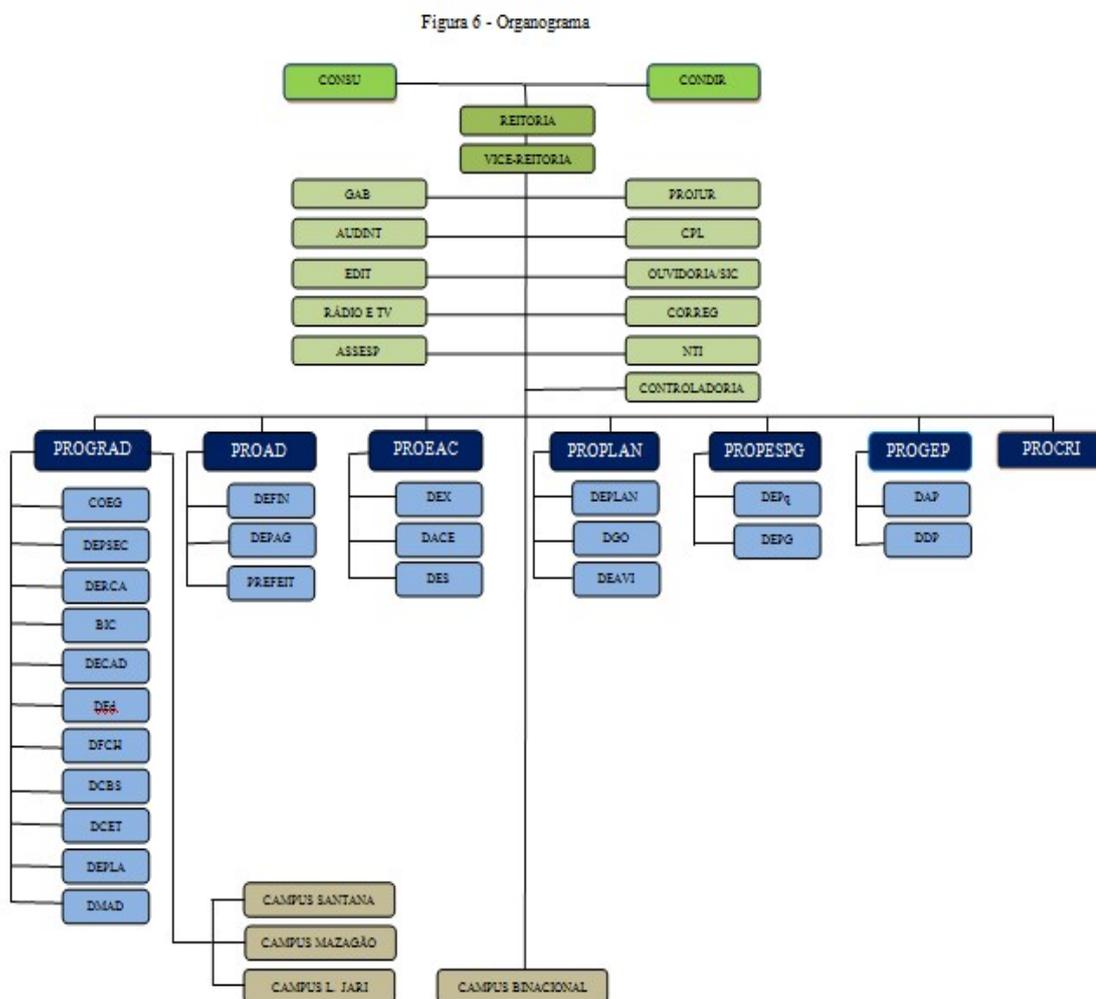
FONTE: PROCRI

1.5 Organograma

De acordo com o Estatuto e o Regimento Geral, disponíveis no endereço eletrônico <http://www.unifap.br/public/>, a estrutura organizacional da Universidade, destacada na Figura 6, apresenta os seguintes órgãos:

- a) Órgãos Colegiados Superiores (Conselho Diretor e Conselho Universitário);
- b) Órgãos Executivos Superiores (Reitoria e Pró-Reitorias);
- c) Órgãos de Assessoramento;
- d) Órgãos de Administração Geral; e
- e) Órgãos Executivos de Administração Específica.

Figura 6 - Organograma



As informações sobre áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da Universidade Federal do Amapá encontram-se no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	É órgão executivo superior que coordena e superintende todas as atividades universitárias.	Eliane Superti	Reitora	Janeiro a dezembro/2016
Vice-Reitoria	Substituir o Reitor em suas faltas, seus impedimentos ou vacância, bem como auxiliá-lo em caráter permanente.	Adelma das Neves Nunes Barros Mendes	Vice Reitora	Janeiro a dezembro/2016
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Definir a política de ensino de graduação da Universidade; apoiar e acompanhar o trabalho pedagógico dos cursos de graduação; acompanhar e avaliar permanentemente o ensino de graduação;	Leila do Socorro R. Feio Margareth Guerra dos Santos	Pró-Reitora	Janeiro a dezembro/2016 Agosto a Dezembro/2016
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	Planejar e coordenar as atividades de ensino de Pós-graduação, bem como aquelas ligadas ao desenvolvimento de pesquisas.	Helena Cristina Guimarães Q. Simões	Pró-Reitora	Janeiro a dezembro/2016
Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias	Coordenar a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; executar e acompanhar as atividades relacionadas à extensão e às ações comunitárias.	Rafael Pontes Lima	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2016
Pró-Reitoria de Relações Interinstitucionais	Viabilizar a cooperação técnico-científica nacional e internacional; estimular a troca de experiências entre professores e alunos da UNIFAP com outros pares das universidades nacionais e internacionais; apoiar todos os professores/alunos provenientes de outros países que estejam estudando/trabalhando na UNIFAP;	Paulo Gustavo Pellegrino Correa	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2016
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, orientar, promover a execução, acompanhar políticas de Gestão de Pessoas; gerir o sistema de gestão de pessoas no âmbito da UNIFAP.	Dorivaldo Carvalho dos Santos e Emmanuelle Silva Barbosa	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2016
Pró-Reitoria de Administração	Trata da política de Administração Universidade; assessorar o Reitor na formulação e na execução da política global de administração; e executar	Wilma Gomes Silva Monteiro	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2016

	o acompanhamento físico-financeiro dos planos e programas anuais e plurianuais.			
Pró-Reitoria de Planejamento	Planejar, coordenar e organizar ações com vistas a elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade elaborar e acompanhar o planejamento e controle da matriz orçamentária e de custos; elaborar, estudar e propor, permanentemente, adequação da estrutura organizacional da Instituição; monitorar as ações com vistas à avaliação institucional.	Allan Jasper Rocha Mendes	Pró-Reitor	Janeiro a dezembro/2016

1.6 Macroprocessos Finalísticos

Os Macroprocessos Finalísticos estão ligados à essência do funcionamento da instituição, por isso, visam cumprir a missão institucional na perspectiva de alcançar o cidadão-usuário. Neste sentido os macroprocessos são entendidos como agrupamentos de processos necessários à produção de uma ação ou atividades pelos quais a organização cumpre sua missão. Assim sendo, os macroprocessos da Unifap estão agrupados no tripé ensino, pesquisa e extensão, os quais se encontram diretamente relacionados aos objetivos estratégicos, conforme o Quadro 3.

A exigência do TCU, em relação aos macroprocessos, orienta que “o gestor deverá identificar os macroprocessos finalísticos da UPC, os quais correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas”. Por ser parte relevante da missão institucional, mostra-se salutar a menção aos macroprocessos de apoio e gestão - que são responsáveis pelas atividades-meio e sustentam os processos finalísticos, dando suporte com ações de Planejamento, Administração, Gestão de Pessoas e Relações Internacionais.

Vale ressaltar que os macroprocessos dessas pró-reitorias são tão importantes quantos os finalísticos, uma vez que sem eles os macroprocessos finalísticos não seriam possíveis de ocorrer. Como exemplo, caso a Pró-reitoria de Graduação crie um curso novo, este exigirá salas e equipamentos (infraestrutura), como também, aquisição de livros, e ainda, contratações de professores e pessoal administrativos para o funcionamento do curso implantado, dentre outros. Dessa maneira, os macroprocessos finalísticos encontram-se entrelaçados aos macroprocessos de apoio, e que são imprescindíveis na gestão do plano estratégico da Instituição.

Quadro 3 - Macroprocesso Finalístico da Unifap

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino	O macroprocesso abrange o planejamento pedagógico do curso, seleção, ingresso, aulas práticas e teóricas, avaliação, atendimento aos alunos durante o curso e conclusão/Diplomação. Este macroprocesso tem por objetivo formação acadêmica e humana dos discentes e a construção de conhecimento para sociedade através do desenvolvimento dos alunos.	Cidadão transformado em profissional com conhecimento para atender à sociedade por meio do ensino de Graduação presencial e EAD	Sociedade, organizações públicas e privadas, Universidades e centros de pesquisa.	PROGRAD, PROPESPG, PROCRI, DPG, DEPSEC, DERCA E DEPARTAMENTO ACADÊMICO
Pesquisa e Pós-graduação	O macroprocesso abrange o planejamento dos cursos de Pós-graduação e das linhas de pesquisa e de seus projetos, busca de recursos para viabilizar a pesquisa, celebração de convênios, execução do projeto, publicação e encerramento.	Produção e disseminação de conhecimento através de cursos de Pós-graduação e pesquisas, teses, artigos, patentes, dissertações, exposição em eventos.	Sociedade, organizações públicas e privadas, Universidades e órgãos de fomento.	PROPESPG, DPQ, DPG E COORDENAÇÃO DOS CURSOS
Extensão	O macroprocesso abrange o planejamento das ações de extensão, busca de recursos para viabilizar as ações, celebração de convênios, execução do projeto e encerramento.	Atendimento às necessidades da sociedade nos âmbitos técnico, cultural e social, através de cursos, atendimentos à saúde, ações culturais, eventos e outras forma.	Sociedade, comunidade local, organizações públicas e privadas	PROEAC, PROCRI, COORDENAÇÃO DE CURSOS

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Esta seção trata da maneira como a Unifap planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas.

2.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento da Universidade Federal do Amapá está alicerçado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o qual está projetado para o período compreendido entre 2015-2019. O PDI é uma ferramenta de gestão, pois define os objetivos estratégicos, os programas, projetos, metas e indicadores de desempenho. Por isso, ele é um instrumento balizador das estratégias de planejamento, tanto, como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas pela IES, como também, como mecanismo de avaliação de desempenho institucional.

Vale ressaltar que a construção do PDI baseou-se na aplicação da metodologia BSC (*Balanced Scorecard*), concebida pelos pesquisadores americanos Robert Kaplan e David Norton, que permite coordenar diferentes objetivos inseridos em quatro perspectivas (sociedade, processos internos, crescimento e aprendizagem e orçamento), conforme Figura 7 – Modelo de Implementação dos Objetivos Estratégicos, e que atuam sob a lógica de causa e efeito de forma a possibilitar o desenvolvimento equitativo da Instituição, visando oferecer à população ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de contribuir com o avanço científico e tecnológico da região.

Figura 7 - Mapa do PDI



Fonte: PROPLAN

Essa construção deu-se de forma participativa com a formação de Grupos de Trabalhos (GT's) por eixos-dimensões, para a discussão, análise de dados e documentos que serviram de base para gerarem as seguintes diretrizes e objetivos estratégicos:

Missão: promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica.

Visão: Ser norteadora da construção de conhecimento, gestão e competências, fomentando o desenvolvimento regional.

Valores: Ética e responsabilidade, transparência e prestação de contas, comprometimento e participação, inclusão e equidade, e eficiência e sustentabilidade.

Com a definição da Missão, Visão e Valores da instituição - elementos básicos para a elaboração dos objetivos estratégicos –, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços e expandir a atuação da Universidade na região o PDI encontra-se estruturado em 04 (quatro) perspectivas, 18 (dezoito) objetivos estratégicos e 51 (cinquenta e um) indicadores de desempenho. E, para traduzir os objetivos estratégicos em ações, a Pró-reitoria de Planejamento adotou a metodologia dos 5W2H como instrumento para sistematizar os planos táticos por parte das Pró-reitorias e os planos operacionais pelos departamentos, nas perspectivas de alinhar os programas, projetos e ações aos objetivos institucionais, bem como promover a integração dos planos.

Vale ressaltar que o plano estratégico da Universidade encontra-se no segundo ano de execução e que os objetivos estratégicos, as metas decorrentes desses objetivos e os resultados da execução dos planos tático e operacional do exercício foram compilados no Quadro 4 - Objetivos Estratégicos, Metas Previstas e Executadas em 2016.

2.1.1 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Para mensurar as metas propostas no PDI, a Unifap instituiu 51 (cinquenta e um) indicadores que expressam ou quantificam os resultados alcançados no exercício de 2016, conforme Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Objetivos Estratégico, Metas Previstas e Executadas em 2016

Objetivos Estratégicos	Metas	Previstas	Executadas
Contribuir com o avanço científico e tecnológico na região	Publicações distribuídas pelo QUALIS (A,B e C)	0,05	1,44
	Produção Acadêmica (publicações em eventos e congressos, promoções de eventos).	7%	1,44
	Patentes	7%	10%
	Livros e materiais didáticos/multimídias	7%	200%
Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica	Alunos formados na graduação	3%	29,08%
	Alunos formados na pós-graduação	0,05	2,06
	Índice de empregabilidade do egresso na sua área de formação	0,03	0,33*
Fomentar e Valorizar a diversidade Cultural	Projetos de pesquisa voltados à diversidade e valorização cultural	2%	4,82%
	Projetos de extensão voltados à diversidade e valorização cultural	0,03	0,28
Criar e implementar políticas de inclusão	Projetos de pesquisa que envolvam a inclusão	2%	2,19%
	Projetos de extensão que envolvam a inclusão	3%	3,55%
	Alunos atendidos nos projetos de inclusão	0,05	0,20
	Pessoas da comunidade atendidas	5%	3,38%
	Expansão da acessibilidade	5%	6,58%
Promover a interação com a sociedade e instituições	Convênios firmados com instituições nacionais e locais	0,05	-0,33
Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão	Setores com plano de ação e projetos de pesquisa, ensino, extensão e PPC alinhados ao PDI	0,10	DNA
Fortalecer a política de Governança Corporativa	Redução do número de recomendações do Controle Interno (CCG/TCU)	-0,10	2,27
	Pontos de conformidade com o MEC/INEP	10%	DNA
	Monitoramento/acompanhamento do desempenho organizacional dos setores na IFES	5%	DNA
	Índice de melhoria da Correição interna	5%	0%
Intensificar a internacionalização	Convênios com instituições internacionais	0,05	0,67
	Pessoas da comunidade acadêmica enviadas e recebidas por meio de intercâmbio	0,03	0,79
Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar	Existência de Normas interna	10%	2%
	Índice Geral de Cursos (IGC)	10%	DNA
	Projetos interdisciplinares	3%	1,14%
	Índice de evasão	-5%	0,24%*

	Conceito médio dos cursos na organização didático-pedagógica	3	3,1
	Implementação do acompanhamento de atividades docentes de ensino, pesquisa e extensão	10%	DNA
Fortalecer e Ampliar o processo de interiorização	Alunos no interior (com base no ano de 2014) considerando ainda a EAD	0,05	0,15
Intensificar o acesso à Tecnologia da informação	Cobertura de internet (wi-fi ou cabeado)	10%	21,92%
	Acesso a novas tecnologias educacionais	0,05	1,03
Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional	Qualidade da informação institucional percebida pela comunidade acadêmica	5%	DNA
	Percepção da informação institucional pela sociedade	7%	DNA
Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Setores com todos os processos mapeados (com e fluxos e prazo médio determinados)	5%	DNA
	Processos divulgados	10%	5,69%
	qualificação nos controles e registros internos (bens móveis e imóveis)	0,05	0,27
	Índice de execução de projetos infraestrutura	0,10	0,35
Avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional	Eficiência nos serviços administrativos prestados	10%	DNA
	Eficiência na execução de projetos de extensão	0,05	0,28
	Eficiência na resposta a demandas da sociedade interna e externa	0,10	0,95
Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)	Servidores técnicos qualificados (<i>lato e stricto sensu</i>)	0,05	2,46
	Servidores capacitados	0,10	0,63
	Docentes qualificados stricto sensu (doutorado)	0,10	1,58
	Docentes qualificados stricto sensu (mestrado)	0,05	0,47
Fortalecer a política de valorização e bem-estar do servidor (técnicos e docentes)	Servidores satisfeitos	5%	DNA
	Modernização e adequação da infraestrutura e ambientes laborais	0,05	0,33
	Número de espaços de cultura e lazer	0	DNA
	Servidores atendidos em programas d qualidade de vida	0,15	0,45
Assegurar os recursos orçamentários	Índice de cumprimento da execução do orçamento para os projetos estratégicos	5%	DNA
Reduzir os custos operacionais	Projetos/programas - editais (extensão e pesquisa) para captação de recursos externos	3%	DNA
	Redução de custos operacionais	5%	DNA

OBS: DNA: Dado ainda não apurado *Dado referente ao ano de 2015

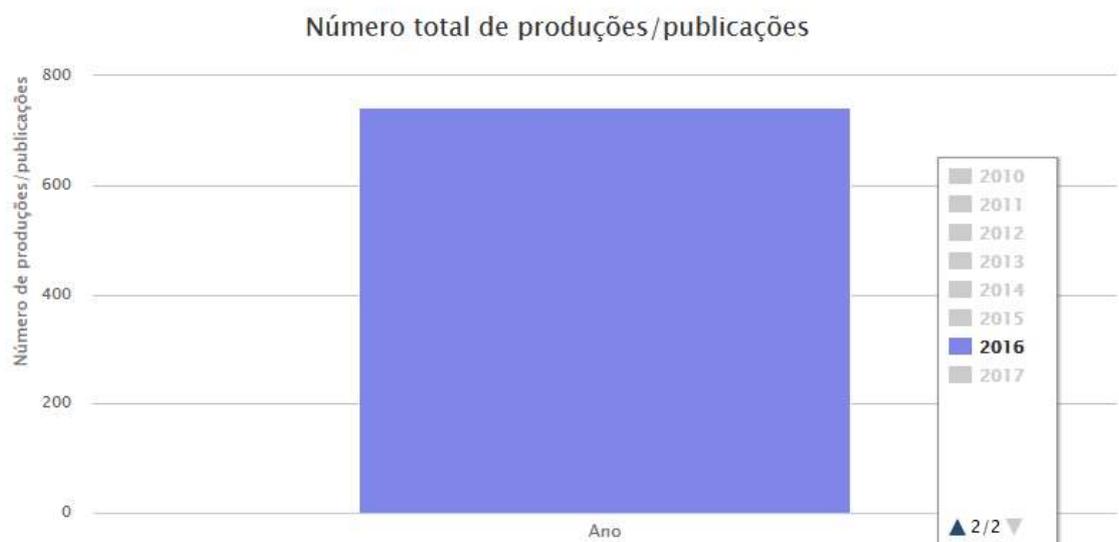
Análise das metas executadas

Os indicadores, dependendo de suas especificidades, são expressos em números, percentagem, índice ou razão, que medem o desempenho institucional a partir das metas preestabelecidas nas dimensões ensino, pesquisa, extensão e gestão, com o objetivo de melhorar os processos e serviços destinados ao público geral.

A meta referente ao avanço científico e tecnológico foi alcançada no ano de 2016, haja vista, que houve aumento no número de publicações 1,44 de índice, em relação ao ano anterior, prova que o investimento em pesquisas está causando o efeito esperado. Os indicadores de Produções Acadêmicas, Registros de Patentes e Unidades de Livros e Materiais Didáticos Multimídias Disponibilizados representaram um avanço sem precedentes nesta Universidade. Pela primeira vez, foi submetido um registro de patente e um registro de software no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual – INPI do Brasil, cujos autores foram a Universidade Federal do Amapá e pesquisadores a ela vinculados. Livros em Materiais Didáticos também tiveram um aumento em relação ao ano de 2015.

A título de exemplo foram publicados em média 293 artigos completos em periódicos, além disso a universidade teve 43 capítulos de livros e 20 Livros completos publicados/organizados.

Total de produção bibliográfica



No que tange a formação de cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica, fomentou o aumento de alunos formados na graduação em 29,08% e na pós graduação atingiu o índice de 2,06. O índice de empregabilidade do ano de 2015 em 0,33 reforça os números que traduzem os investimentos voltados para atingir este objetivo estratégico.

O fomento à valorização e diversidade cultural na Unifap atingiu as respectivas metas projetadas para o ano de 2016. O número de projetos de pesquisa neste quesito aumentou em 4,82%; já o número de projetos de extensão voltados à diversidade e valorização cultural alcançou índice de 0,28.

As projeções de criação e implementação de políticas de inclusão da Unifap foram parcialmente atendidas em suas metas. Os projetos de pesquisa e extensão envolvendo inclusão atingiram 2,19% e 3,55%, respectivamente; houve crescimento no número de alunos atendidos nos projetos de inclusão - que alcançou índice de 0,20; e, no indicador de expansão da acessibilidade, mostra-se em 6,58% de crescimento - logo, superior à meta projetada de 5%. Quanto ao número de pessoas da comunidade atendidas, o percentual ficou em 3,38% e não atingiu a meta estabelecida inicialmente, que era de 5%. A interação da Unifap com a sociedade e outras instituições nacionais se apresenta em um crescente como referência, pois a Unifap tem 35 convênios vigentes.

A interação da Unifap com a sociedade e outras instituições nacionais não apresenta números positivos em 2016, tendo 2015 como referência, pois, apresenta um índice negativo em 0,33; contudo, este índice não reflete claramente, em números absolutos, a realidade, pois a baixa quantidade de convênios firmados faz com que poucas alterações reflitam em grandes percentuais. Por fim, detecta-se que atingir este objetivo estratégico requererá maiores investimentos nesta área e dedicação árdua desta universidade.

Quanto ao indicador de setores com plano de ação e projetos de pesquisa, ensino e extensão e PPC alinhados ao PDI, não foi possível mensurar este indicador, o que impossibilita a verificação de alcance do objetivo estratégico. A Unifap está trabalhando as ferramentas corretas para mensurarmos nos próximos períodos.

O fortalecimento da governança corporativa é um dos objetivos estratégicos da Unifap. Estes eixos apresentam resultados positivos, pois por meio da criação da Unidade de Controle Interno, foi possível responder em tempo hábil as recomendações do órgãos de

controle, ao mesmo tempo em que se encaminham as soluções das demandas, considerando as especificidades a ser atendidas levando em conta tempo mais curto ou tempo mais longo. O mais importante é que há agora um acompanhamento por meio de metas e prazos a ser obedecidos. O índice de melhoria na correição teve pequena evolução, mas avançou com criação da Corregedoria, separando-a do Ouvidoria.

Os dados sobre a internacionalização mostram-se positivos - o número de convênios com instituições internacionais atingiu índice de 0,67 e o número de acadêmicos enviados e recebidos por meio de intercâmbio, 0,79 (dados em relação ao ano de 2015). Os dados sobre projetos interdisciplinares não atingiram a meta estabelecida para o período, ficando em 1,14%, deixando sem atingir a meta quanto o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, sob a perspectiva interdisciplinar.

No ano de 2016 foram instituídos 33 normativos, entre outros foram feitos o Regramento para acompanhamento e prestação de contas de Projetos e Programas; Prestação de contas de diárias e Passagens; Regulação de horário especial a servidor estudante e servidor portador de deficiência; Regimento do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão; Resolução que institui a Corregedoria; Resolução que regrou o processo de remoção de servidores entre campi da Unifap; Resolução que regra deslocamento de docentes; Regimento interno do Restaurante Universitário. A apuração do indicador sobre a existência de normas internas e o IGC, que é um indicador divulgado pelo MEC/INEP, ainda não foi liberado acesso às informações. O índice de evasão em 2016 ainda está sendo apurado no Censo da Educação Superior, motivo pelo qual ainda não apresentaremos os dados deste indicador. O conceito médio dos cursos atingiu a meta, mas apenas um curso foi avaliado pelo MEC/INEP no ano de 2016. Isso torna o dado pouco expressivo em uma universidade com quase 30 cursos.

O fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, sob a perspectiva interdisciplinar não foi apurado com pleno sucesso. Houve problemas na apuração do indicador sobre a existência de normas internas e o IGC, que é um indicador divulgado pelo MEC/INEP, ainda não foi liberado acesso às informações. Os dados sobre projetos interdisciplinares não atingiram a meta estabelecida para o período, ficando em 1,14%. O índice de evasão em 2016 ainda está sendo apurado no Censo da Educação Superior, motivo pelo qual ainda não apresentaremos os dados deste indicador. O conceito médio dos cursos atingiu a meta, mas apenas um curso

foi avaliado pelo MEC/INEP no ano de 2016 - o que torna o dado pouco expressivo em uma universidade com quase 30 cursos a serem avaliados.

O fortalecimento e ampliação do processo de interiorização atingiu a meta estabelecida o aumento em 23,5% na interiorização reflete o investimento desta universidade no fortalecimento e na ampliação deste processo.

Quanto a intensificação do acesso à tecnologia da informação, o investimento na expansão da cobertura de internet, que gerou 21,92% de ampliação, e a disponibilização de novas tecnologias, que alcançou índice de 1,03, refletem dados significativos para este objetivo.

A evolução da implementação da política de comunicação e fortalecimento da comunicação institucional ainda não foi percebida em números. Os problemas na apuração deste indicador impossibilitaram o devido acompanhamento destes dados.

Quanto ao aprimoramento dos processos gerenciais e operacionais, o número de processos mapeados em 2016 não foi devidamente apurado; mas, para 2017, há previsão de regularização, já que medidas estão sendo tomadas para tal. O controle dos registros de bens alcançou índice de 0,27. Os projetos de infraestrutura alcançaram índice de execução de 0,35 - o que é significativo e valoriza o empenho desta IFES em alcançar os objetivos traçados.

O objetivo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, no geral, atingiu as metas. A efetividade na execução dos projetos de extensão atingiu índice de 0,28 e a eficiência nas respostas às demandas externas e internas foi de 0,95. Por ser de difícil mensuração, o indicador de eficiência nos serviços administrativos prestados não foi devidamente apurado. Contudo, os números expostos traduzem não só um parcial sucesso nos objetivos estabelecidos, mas também a necessidade de ajustes no indicador não mensurado, para os próximos períodos.

Quanto ao objetivo de qualificar e capacitar os servidores da Unifap, os números foram satisfatórios. Apesar das limitações orçamentárias do ano de 2016, ainda foi possível grande investimento na capacitação e qualidade de vida. Entre os resultados, tem-se o índice de 0,47 dos docentes qualificados no mestrado, em relação ao ano anterior; 1,58 dos docentes qualificados no doutorado; em relação a cursos gerais, alcançou-se 0,63 de servidores

capacitados e o índice de servidores técnicos qualificados em *lato e stricto sensu* ficou em 2,46.

Visando fortalecer a política de valorização e bem-estar do servidor, os indicadores que se referem a este objetivo são positivos em quase sua totalidade. A modernização e adequação da infraestrutura e ambientes laborais apresentou índice de 0,32; o indicador de número de espaços de cultura e lazer não foi apurado corretamente; e o indicador de servidores atendidos em programas de qualidade de vida atingiu índice de 0,45.

Os números revelam que as ações estão sendo implantadas em consonância com os objetivos estratégicos previstos no PDI, haja vista que dos 51 (cinquenta e um), 37 (trinta e sete) atingiram resultados satisfatório.

A necessidade de investimentos na estrutura física disponibilizada para toda a comunidade e também nas ações voltadas para o público discente mostra-se necessária. Sabe-se que toda universidade tem como foco seus alunos e o tripé indissociável de ensino, pesquisa e extensão, bem como qualificar os produtos e serviços ofertados.

Ressalta-se que alguns indicadores não foram devidamente apurados neste exercício - esta impossibilidade deu-se devido a alguns entraves que já estão sendo solucionados para o ano de 2017.

Os números revelam que as ações estão sendo implantadas em consonância com os objetivos estratégicos previstos no PDI, haja vista que dos 51 (cinquenta e um), 37 (trinta e sete) atingiram resultados satisfatório.

2.2 Desempenho Orçamentário

O valor da dotação inicial, de acordo com a LOA 2016, foi de R\$268.717.393,00 (duzentos e sessenta e oito milhões, setecentos e dezessete mil, trezentos e noventa e três reais); a dotação atualizada foi de R\$291.358.375,00 (duzentos e noventa e um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais), devido à suplementação ocorrida durante o exercício de 2016 por emendas parlamentares. Deste valor, as despesas empenhadas foram de R\$286.547.973,55 (duzentos e oitenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos); as despesas liquidadas foram de R\$149.786.366,97 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos); as despesas pagas somaram R\$146.589.355,65 (cento e quarenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos); e os restos a pagar inscritos fecharam o exercício em R\$136.271.576,90 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e setenta e um mil, quinhentos e setenta e seis reais e noventa centavos). As ações referentes estão sintetizadas no Quadro 5, abaixo, e detalhadas conforme demonstrada nos Quadros 6 a 13.

Quadro 5 - Execução Física e Financeira das Ações 2016

Item Informação		Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar do Exercício Processados Inscritos	Restos a Pagar do Exercício Não Processados Inscritos
Ação Governo		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)					
00M1	Benefícios assistenciais de correntes do auxílio funeral e natalidade.	21.204,00	44.059,00	40.920,77	40.920,77	40.920,77	0,00	0
00OL	Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais	40.000,00	40.000,00	27.822,79	27.822,79	27.822,79	0,00	0,00

0181	Aposentadorias e pensões - servidores civis	3.640.000,00	4.527.748,00	4.486.662,01	4.486.662,01	4.486.662,01	0,00	0,00
09HB	Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais	16.014.193,00	18.749.175,00	18.295.457,05	18.295.457,05	18.295.457,05	0,00	0,00
157B	Implantação do hospital universitário da universidade federal do Amapá	6.000.000,00	6.000.000,00	3.238.687,42	935.780,04	935.780,04	0,00	2.302.907,38
2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	1.680.000,00	2.025.203,00	1.995.588,29	1.995.588,29	1.995.588,29	0,00	0
2010	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares	120.000,00	729.702,00	706.271,65	706.271,65	706.271,65	0,00	0,00
2011	Auxílio-transporte aos servidores civis, empregados e militares	97.128,00	97.128,00	55.336,27	55.336,27	55.336,27	0,00	0,00
2012	Auxílio alimentação aos servidores civis empregados e militares	4.800.000,00	5.966.032,00	5.904.108,52	5.904.108,52	5.904.108,52	0,00	0,00

20GK	Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão	5.541.165,00	5.511.165,00	5.482.314,62	752.988,60	547.781,04	205.207,56	4.729.326,02
20RK	Funcionamento de instituições federais de ensino superior	22.509.725,00	22.891.533,00	22.701.882,16	17.588.778,87	17.342.252,31	246.526,56	5.113.103,29
20TP	Pessoal ativo da união	76.944.272,00	93.533.690,00	93.326.147,85	93.326.147,85	93.326.147,85	0,00	0,00
216H	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos	21.600,00	21.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4002	Assistência ao estudante de ensino superior	5.632.203,00	5.632.203,00	5.552.984,28	2.378.793,81	2.166.979,11	211.814,70	3.174.190,47
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	455.000,00	388.234,00	384.350,36	267.485,23	267.485,23	0,00	116.865,13
8282	Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior	125.200.903,00	125.200.903,00	124.349.439,51	3.024.225,22	490.762,72	2.533.462,50	121.325.214,29
TOTAIS		268.717.393,00	291.358.375,00	286.547.973,55	149.786.366,97	146.589.355,65	3.197.011,32	136.761.606,58

2.2.1 Execução física e financeira das ações da lei Orçamentária anual de responsabilidade da unidade

Quadro 6 - Implantação do Hospital Universitário da Unifap

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral () Parcial					
Código	157B		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá					
Objetivo	Implantação, expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento do Hospital da Universidade Federal do Amapá, contemplando licitações para contratação de obras, compras de equipamentos e mobiliários, bem como, para o desenvolvimento das demais ações pertinentes e necessárias à construção e ampliação do Hospital, objetivando a promoção da qualidade dos recursos humanos na saúde e ampliação de programas de residência, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.000.000,00	6.000.000,00	3.238.687,42	935.780,04	935.780,04	0	2.302.907,38
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Unidade com serviço implantado		% de execução				29%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.150.000,00	3.150.000,00	0	Unidade c/ serviço implantado	% de execução	100%	

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

A análise do Quadro 6 apresenta a dotação orçamentária disponibilizada para a ação Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá que totalizou o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo empenhado o valor de R\$ 3.238.687,42 (três milhões, duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 2.044.240,00 (dois milhões, quarenta e quatro mil duzentos e quarenta reais) para complementar o contrato de estudos e projetos; e, R\$ 1.194.447,42 (um milhão, cento e noventa e quatro mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos) para obra de construção do hospital universitário.

Foi liquidado e pago o valor de R\$ 935.780,04 (novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e oitenta reais e quatro centavos). O valor inscrito em restos a pagar não processados em 1º de janeiro de 2016 foi de R\$ 3.150.000,00 (três milhões, cento e cinquenta reais), sendo liquidado e pago na sua totalidade.

Foi firmado acordo de cooperação técnica com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) com objetivo de desenvolver estudos e projetos arquitetônicos e de engenharia para viabilizar a construção do hospital universitário desta UJ. O crédito orçamentário foi descentralizado através da nota de crédito 2016NC00001, no valor de R\$ 516.338,55 (quinhentos e dezesseis mil, trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

Portanto esta ação finalizou sua execução com um saldo não utilizado no valor de R\$ 2.244.974,03 (dois milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e três centavos). Vale ressaltar que no dia 03/10/2016, foi bloqueado o valor de R\$ 1.478.398,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais), atendendo determinação contida no Decreto nº 8.859/2016, tendo em vista os limites estabelecidos para algumas despesas correntes.

Foram inscritos em restos a pagar não processados o valor de R\$ 2.302.907,38 (dois milhões, trezentos e dois mil, novecentos e sete reais e trinta e oito centavos).

Quadro 7 - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial
Código	20GK Tipo: Atividade
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Objetivo	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para

	laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.541.165,00	5.511.165,00	5.482.314,62	752.988,60	547.781,04	200.407,56	4.237.611,18
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa apoiada		Unidade	514		107	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
755.247,13	459.187,80	28.695,49				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

O Quadro 7 apresenta análises da ação de Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. A dotação inicial totalizou o valor de R\$ 5.541.165,00 (cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, cento e sessenta e cinco reais), para atender somente despesas de custeio; finalizando com o valor de R\$ 5.511.165,00 (cinco milhões, quinhentos e onze mil, cento e sessenta e cinco reais), em virtude de contingenciamento no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Foi empenhado o valor de R\$ 5.482.314,62 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos), sendo liquidado o valor de R\$

752.988,60 (setecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), e pago o valor de R\$ 547.781,04 (quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e quatro centavos), que corresponde somente a aproximadamente de 10% do valor total empenhado. A execução dos créditos ficou comprometida tendo em vista que a maioria somente foi empenhada no fim do segundo semestre, em consequência das restrições na liberação de limites orçamentários.

Nesta ação estão contemplados dois programas específicos, a seguir detalharemos sua execução.

Para o programa Viver sem limite – Educação Bilíngue foi destinada o valor de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais) para despesas de custeio e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para despesas de capital. Foi empenhado de despesas de custeio o valor de R\$ 44.956,45 (quarenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e cinco centavos); e de capital o valor integralmente destinado para este fim.

O programa Inglês sem Fronteiras teve consignado no orçamento o valor de R\$ 27.945,00 (vinte e sete mil, novecentos e quarenta e cinco reais) de custeio; e, R\$ 9.720,00 (nove mil, setecentos e vinte reais) de capital. Porém não houve execução dos valores liberados.

Os créditos provenientes de emenda parlamentar nesta ação totalizaram o valor de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos reais), sendo R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem reais) de custeio; e, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de capital. Dos créditos de custeio houve um contingenciamento no valor de R\$ 407.857,00 (quatrocentos e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete reais), portanto, o valor dos limites liberados foi de R\$ 1.992.143,00 (um milhão, novecentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e três reais).

No decorrer do exercício foi empenhado o valor de R\$ 1.990.442,20 (um milhão, novecentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), que representa 99,91% da dotação total liberada. Porém, somente foi liquidado o valor de R\$ 184.446,84 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), valor este inscrito em Restos a pagar processados. Ressaltamos que neste exercício a dificuldade da liberação dos recursos financeiros de créditos provenientes de emenda parlamentar, o que tem dificultado sobremaneira a execução desses créditos, gerando

inclusive o pagamento de juros e multas em decorrência do vencimento do prazo para pagamento das notas fiscais.

Para atender os projetos de extensão intitulados Universidade da Maturidade (UMAP) e Universidade da Mulher (UNIMULHER) foi empenhado o valor de R\$ 592.143,00 (quinhentos e noventa e dois mil, cento e quarenta e três reais), sendo R\$ 92.924,00 (noventa e dois mil, novecentos e vinte e quatro reais) para despesas com auxílio financeiro a estudantes; e, R\$ 499.219,00 (quatrocentos e noventa e nove mil, duzentos e dezenove reais) com contratação da Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento.

Outras despesas também atendidas com os créditos de emenda parlamentar consignados nesta ação: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para atender as despesas de restituições referentes ao edital 024/2016-PROPESPG, do programa institucional de apoio à publicação – PROPUBLIC; R\$ 392.509,00 (trezentos e noventa e dois mil, quinhentos e nove reais) para auxílio ao pesquisador.

Para auxílio financeiro a estudantes foi empenhado o valor de R\$ 345.111,48 (trezentos e quarenta e cinco mil, cento e onze reais e quarenta e oito centavos); e, R\$ 30.679,52 (trinta mil, seiscentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) com aquisição de material de consumo, para atender os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Pró Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias, desta instituição.

Do valor total destinado a despesa de capital, foi empenhado o valor de R\$ 299.999,20 (duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos), sendo R\$ 199.967,20 (cento e noventa e nove mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos) com aquisição de material permanente para atender diversas demandas desta IFES; e R\$ 100.032,00 (cem mil e trinta e dois reais) para contrato da obra de construção de dois prédios de três pavimentos no Município de Oiapoque.

Para as ações internas de fomento a graduação, pesquisa e extensão foi destinado inicialmente o valor de R\$ 2.216.000,00 (dois milhões e duzentos e dezesseis mil reais) para despesa de custeio, no decorrer do exercício foi efetuado bloqueio no valor de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) atendendo determinação contida no Decreto nº 8.859/2016, tendo em vista os limites estabelecidos para algumas despesas correntes; porem, no encerramento do exercício foi feito o desbloqueio do crédito apenas para regularizar as contas, já que os limites não foram liberados, impedindo a utilização desses créditos.

Durante sua execução foi empenhado o valor de R\$ 1.864.829,74 (um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos), atendendo as seguintes despesas: Auxílio financeiro a estudantes – R\$ 473.290,79 (quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e noventa reais e setenta e nove centavos); Suporte a usuários de TI – R\$ 647.024,74 (seiscentos e quarenta e sete mil, vinte e quatro reais e setenta e quatro centavos); Manutenção e conservação de bens imóveis – R\$ 220.651,24 (duzentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos); Serviços de apoio ao ensino (PROCAMPO) – R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais); Assinatura de periódicos (EBOOKS) – R\$ 91.936,72 (noventa e um mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta e dois centavos); Premiações científicas – R\$ 53.400,00 (cinquenta e três mil e quatrocentos reais); demais despesas de serviços de terceiros – pessoa jurídica – R\$ 80.750,00 (oitenta mil setecentos e cinquenta reais); material de consumo – R\$ 65.176,25 (sessenta e cinco mil, cento e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Das despesas acima elencadas, foi liquidado o valor de R\$ 442.040,91 (quatrocentos e quarenta e dois mil, quarenta reais e noventa e um centavos), e pago o valor de R\$ 423.706,21 (quatrocentos e vinte e três mil, setenta e seis reais e vinte e um centavos), que representa 22,72% da dotação empenhada.

Esta ação finalizou o exercício com inscrição em restos a pagar: Processados R\$ 200.407,56 (duzentos mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e seis centavos); e Não Processados no montante de R\$ 4.237.611,18 (quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil, seiscentos e onze reais e dezoito centavos).

Em 1º de janeiro de 2016 o saldo da reinscrição de restos a pagar não processados, de exercícios anteriores, totalizou o valor de R\$ 755.247,13 (setecentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e treze centavos), sendo liquidado no decorrer do exercício o valor de R\$ 459.187,80 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e sete reais e oitenta centavos); e, cancelado o valor de R\$ 28.695,49 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Cabe informar que a meta inicialmente prevista não foi alcançada, visto que houve contingenciamento de recursos no ano de 2016 e que parte deles foi desbloqueada somente no fim do exercício, tendo sido liquidado apenas 14%. Ressalta-se que o produto constante no

acompanhamento físico da ação é divergente dos que constam nos Acompanhamentos Físicos dos Planos Orçamentários.

Quadro 8 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RK		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Objetivo	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.					
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
22.509.725,00	22.891.533,00	22.701.882,16	17.588.778,87	17.342.252,31	246.526,56	5.114.788,45
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		Unidade	6.681		6.761	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
6.904.939,03	4.628.186,26	514.690,46				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

O Quadro 8 apresenta análise da ação Funcionamento das Instituições de Ensino Superior, que é responsável por garantir o funcionamento e a manutenção das IFES, portanto, é onde está contemplado o maior volume de despesas fixas.

A dotação inicial foi de R\$ 22.509.725,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais), finalizando o exercício com o montante de R\$ 22.891.533,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e trinta e três reais). Houve uma suplementação no valor de R\$ 381.808,00 (trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e oito reais) proveniente de remanejamentos e cancelamentos entre grupos de despesa e ações orçamentárias.

Foi consignado nesta ação crédito proveniente de emenda parlamentar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para despesas de custeio, atendendo demandas do curso de mestrado para servidores técnico administrativo desta IFES.

Para despesas de custeio foi destinado o valor de R\$ 21.395.749,00 (vinte e um milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais), sendo empenhado o valor de R\$ 21.208.244,30 (vinte e um milhões, duzentos e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos). Para despesas de capital foi creditado valor de R\$ 1.495.784,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e quatro reais).

Durante a execução desta ação foi liquidado o valor de R\$ 17.588.778,87 (dezessete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), e pago o valor de R\$ 17.342.252,31 (dezessete milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e um centavos).

Foram inscritos em Restos a Pagar Processados o valor de R\$ 246.526,56 (duzentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos); e, em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 5.113.103,29 (cinco milhões, cento e treze mil, cento e três reais e vinte e nove centavos).

As despesas que refletiram maior volume nesta ação foram: Serviços de vigilância – R\$ 5.428.604,84 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos), Serviços de limpeza e conservação predial – R\$ 2.995.580,50 (dois

milhões, novecentos e noventa e cinco mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos), Fornecimento de energia elétrica – R\$ 1.593.135,00 (um milhão, quinhentos e noventa e três mil, cento e trinta e cinco reais), Bolsas de Estudos no País – R\$ 1.684.426,41 (um milhão, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos), serviços de manutenção e conservação de bens imóveis – R\$ 999.871,45 (novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos), Contribuição do PIS/PASEP (1% folha de pessoal) – R\$ 932.182,56 (novecentos e trinta e dois mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), Serviços de seleção e treinamento – R\$ 884.168,53 (oitocentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e três centavos), Material de consumo – R\$ 645.313,19 (seiscentos e quarenta e cinco mil, trezentos e treze reais e dezenove centavos), Aparelhos e equipamentos de materiais laboratoriais e hospitalares – R\$ 580.226,74 (quinhentos e oitenta mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos), Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos – R\$ 474.156,50 (quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), Diárias a servidor no País – R\$ 472.634,62 (quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e dois centavos), Mobiliário em geral – R\$ 441.008,00 (quatrocentos e quarenta e um mil e oito reais), Passagens no País – R\$ 433.187,69 (quatrocentos e trinta e três mil, cento e oitenta e sete reais e sessenta e nove centavos), Serviços técnicos profissionais – R\$ 399.992,34 (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta e quatro centavos), Serviços de comunicação em geral – R\$ 361.000,00 (trezentos e sessenta e um mil reais), Suporte a usuários de T.I. – R\$ 345.917,24 (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e dezessete reais e vinte e quatro centavos), apoio administrativo, técnico, operacional – R\$ 343.851,00 (trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e cinquenta e um reais), Despesas de exercício anterior – R\$ 309.382,90 (trezentos e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e noventa centavos), limpeza e conservação - 300.338,40 (trezentos mil, trezentos e trinta e oito mil e quarenta centavos), combustíveis e lubrificantes – R\$ 290.704,87 (duzentos e noventa mil, setecentos e quatro reais e oitenta e sete centavos), Manutenção e conservação de veículos – R\$ 200.402,58 (duzentos mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos), auxílio alimentação (professor substituto) – R\$ 172.529,07 (cento e setenta e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais e sete centavos), locação de imóveis – R\$ 171.600,00 (cento e setenta e um mil e seiscentos reais), manutenção e conservação e bens imóveis (capital) – R\$ 163.051,91 (cento e sessenta e três mil, cinquenta e um reais e noventa e um centavos), instalações – R\$ 149.996,00 (cento e

quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), obras em andamento – R\$ 133.961,78 (cento e trinta e três mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), assinatura de periódicos e anuidades – R\$ 138.755,11 (cento e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos), assessoria e consultoria técnica e jurídica – R\$ 106.103,37 (cento e seis mil, cento e três reais e trinta e sete centavos), serviços de telecomunicações – R\$ 105.537,94 (cento e cinco mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e quatro centavos), serviços de água e esgoto – R\$ 92.291,70 (noventa e dois mil, duzentos e noventa e um reais e setenta centavos), contribuições previdenciárias de serviços de terceiros pessoa física – R\$ 82.174,79 (oitenta e dois mil, cento e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos), auxílio a pesquisadores – R\$ 64.115,00 (sessenta e quatro mil, cento e quinze reais), serviço de comunicação de dados – R\$ 58.050,00 (cinquenta e oito mil e cinquenta reais), serviços de cópia e reprodução de documentos – R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais), serviços de comunicação em geral – R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais), diárias a servidor no exterior – R\$ 31.035,81 (trinta e um mil, trinta e cinco reais e oitenta e um centavos), multas indedutíveis – R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), diárias a colaborador eventual no país – R\$ 26.853,35 (vinte e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), locação de imóveis (pessoa física) – R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), serviço para distribuição gratuita – R\$ 22.219,00 (vinte e dois mil, duzentos e dezenove reais), restituições – R\$ 20.220,71 (vinte mil, duzentos e vinte reais e setenta e um centavos), locação de meios de transporte – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), equipamentos de processamento de dados – R\$ 18.390,00 (dezoito mil, trezentos e noventa reais), seguros em geral – R\$ 18.078,59 (dezoito mil, setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), demais despesas – R\$ 97.407,67 (noventa e sete mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e sete centavos).

Na ação Funcionamento de Instituições Federais foram matriculados 6761 alunos, distribuídos em cinco campus, sendo 5.001 Marco Zero, 354 Santana, 762 Santana, 252 Mazagão e 02 alunos remanescentes em Laranjal do Jari - já que não se abriu novos processos seletivos e tampouco novas vagas par esse campus; e ainda, 308 alunos matriculados no PARFOR e 82 em EAD. No que tange a ação Manutenção das Instituições Federais, a meta prevista previa vagas disponibilizadas, no entanto foi informado em alunos matriculados, uma vez que as vagas disponibilizadas aprovadas pelo Ministério são apenas 2.537, as quais foram preenchidas 100%, portanto, atingindo a meta prevista.

Quadro 9 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	4002		Tipo: Atividade			
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Objetivo	Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Instituições de Ensino Superior que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.632.203,00	5.632.203,00	5.552.984,28	2.378.793,81	2.166.979,11	211.814,70	3.174.190,47
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		Unidade	3.496		2.547	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.281.328,99	1.725.063,44	310.083,26				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

O Quadro 9 fornece a análise da Ação Assistência ao Estudante de Ensino Superior, que recebeu o valor de R\$ 5.632.203,00 (cinco milhões seiscentos e trinta e dois mil duzentos e três reais), sendo 5.357.203,00 (cinco milhões trezentos e cinquenta e sete mil duzentos e

três reais) para despesas de custeio, e R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) para despesas de capital.

Foi empenhado o montante de R\$ 5.552.984,28 (cinco milhões quinhentos e cinquenta e dois mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos), e durante sua execução foram liquidados o valor de R\$ 2.378.793,81 (dois milhões trezentos e setenta e oito mil setecentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos) e pago o valor de R\$ 2.166.979,11 (dois milhões cento e sessenta e seis mil novecentos e setenta e nove reais e onze centavos).

As despesas por natureza de despesa que atenderam esta ação foram: Bolsa de estudo no País – R\$ 2.614.235,67 (dois milhões seiscentos e quatorze mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos); Fornecimento de alimentação (Restaurante Universitário) – R\$ 2.027.982,61 (dois milhões vinte e sete mil novecentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos); Serviços de apoio ao ensino (Vale transporte) – R\$ 415.350,00 (quatrocentos e quinze mil trezentos e cinquenta mil reais); Equipamentos de processamento de dados – R\$ 273.616,00 (duzentos e setenta e três mil seiscentos e dezesseis reais); e, Material educacional cultural – R\$ 221.800,00 (duzentos e vinte e um mil e oitocentos reais).

Foram inscritos em restos a pagar processados o montante de R\$ 211.814,70 (duzentos e onze mil oitocentos e quatorze reais e setenta centavos), que representa 9,77% da despesa paga. Os restos a pagar não processados totalizou o valor de R\$ 3.174.190,47 (três milhões cento e setenta e quatro mil cento e noventa reais e quarenta e sete centavos), correspondendo a 57,16% da despesa empenhada. Vale ressaltar que o primeiro semestre foi executado ainda com saldos de restos a pagar de 2015, ainda em virtude do período de greve que esta UJ vivenciou anteriormente.

Quanto aos restos a pagar de exercícios anteriores, o saldo em 1º de janeiro de 2016 foi de R\$ 2.281.328,99 (dois milhões duzentos e oitenta e um mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos), tendo sido liquidado do valor de R\$ 1.725.063,44 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos), e, cancelado o montante de R\$ 310.083,26 (trezentos e dez mil oitenta e três reais e vinte e seis centavos).

A Ação Assistência ao Estudante de Ensino Superior contribuiu para o desenvolvimento de atividades da assistência estudantil de ensino, pesquisa e extensão objetivando e democratizando as condições de acesso e a permanência na educação superior pública federal de qualidade, possibilitado através de auxílios e bolsas disponibilizados aos

estudantes de todos os campi da Unifap, atendendo o princípio constitucional de que a educação é dever do Estado, reconhecendo que é fundamental a igualdade de condições para a permanência na Universidade no decorrer da vida estudantil.

Quadro 10 - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	000L Tipo: Operações Especiais					
Título	Contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais e internacionais sem exigência de programação específica					
Programa	Operações especiais: gestão da participação em organismos e entidades nacionais e internacionais Código: 0910					
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
40.000,00	40.000,00	27.822,79	27.822,79	27.822,79	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Benefício concedido		Unidade				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0	0	0				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

O Quadro 10 demonstra que a dotação destinada para Ação foi de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo empenhado, liquidado e pago o valor de R\$ 27.822,79 (vinte e sete mil oitocentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos).

As anuidades financiadas através desta ação foram: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – R\$ 14.372,62 (quatorze mil trezentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos); Grupo Coimbra de Dirigentes de Universidades Brasileiras – R\$ 10.000,17 (dez mil reais e dezessete centavos); Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência – R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais); e, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação – R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Quadro 11 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	4572		Tipo: Atividade			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Objetivo	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo:	
Unidade Orçamentária	26286					
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
455.000,00	455.000,00	384.350,36	267.485,23	267.485,23	0	116.865,13
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor Capacitado		Unidade	150		354	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
197.662,70	139.637,66	51.485,04				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

Os dados sobre a capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação estão contidos no Quadro 11, acima.

Em 1º de janeiro de 2016 foi registrado como restos a pagar não processados – exercícios anteriores o valor de R\$ 197.662,70 (cento e noventa e sete mil seiscentos e sessenta e dois reais e setenta centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 139.637,66 (cento e trinta e nove mil seiscentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), e, cancelado o valor de R\$ 51.485,04 (cinquenta e um mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e quatro centavos). Portanto, no final do exercício de 2016 restou um saldo no valor de 6.540,00 (seis mil quinhentos e quarenta reais) de restos a pagar não processados – exercícios anteriores.

Foram ofertados 40 cursos de capacitação, nas diversas áreas de conhecimento, com a participação de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) servidores desta IFES.

Fatores que contribuíram: recurso orçamentário e financeiro disponível para execução de ações de capacitação no 1º semestre de 2016. Fatores que dificultaram: o contingenciamento do orçamento da Instituição que resultou na suspensão de ações de capacitação programadas para o 2º semestre do exercício.

Quadro 12 - Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral () Parcial
Código	8282 Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior
Iniciativa	
Objetivo	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Ensino Superior que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.

		Código: 0016				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		26286				
Ação Prioritária		(X)Sim ()Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
125.200.903,00	125.200.903,00	124.349.439,51	3.024.225,22	490.762,72	1.867.751,04	116.723.699,32
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto viabilizado			Unidade	21		02
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
19.001.094,32	5.771.273,97	2.722.532,80				

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise

O Quadro 12 demonstra que os créditos orçamentários desta ação foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, totalizando o valor de R\$ 117.750.903,00 (cento e dezessete milhões setecentos e cinquenta mil novecentos e três reais). Deste montante o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) foi proveniente de emenda parlamentar de bancada, cuja finalidade é a construção do hospital universitário desta IFES.

O valor referente à construção do hospital universitário foi integralmente empenhado após a conclusão do processo licitatório que declarou vencedor o consórcio Jota Ele/SH/CDG / Damiani, cuja proposta totalizou o valor de R\$ 172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais).

O valor de 17.750.903,00 (dezessete milhões setecentos e cinquenta mil noventa e três mil reais) para atender as demandas de investimentos desta universidade. Durante sua execução foi empenhado do valor de R\$ 16.999.566,84 (dezesseis milhões novecentos e noventa e nove mil quinhentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), com as

seguintes despesas: Obras em andamentos – R\$ 6.157.169,85 (seis milhões cento e cinquenta e sete mil cento e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos); Serviços técnicos profissionais – R\$ 2.920.465,18 (dois milhões novecentos e vinte mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos); Equipamentos de processamentos de dados – R\$ 2.682.693,80 (dois milhões seiscentos e oitenta e dois mil seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos); Instalações – R\$ 1.831.461,05 (um milhão oitocentos e trinta e um mil quatrocentos e sessenta e um reais e cinco centavos); Coleções e materiais bibliográficos – R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); Aparelhos e equipamentos laboratoriais e hospitalares – R\$ 795.000,00 (setecentos e noventa e cinco mil reais); Mobiliário em geral – R\$ 760.076,00 (setecentos e sessenta mil e setenta e seis reais); Equipamentos para áudio, vídeo e foto – R\$ 634.436,45 (seiscentos e trinta e quatro mil quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e cinco centavos); Peças não incorporáveis ao imóvel – R\$ 108.824,60 (cento e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos); Máquinas, utensílios e equipamentos diversos – R\$ 94.144,51 (noventa e quatro mil cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e um centavos); Aparelhos e utensílios domésticos – R\$ 81.081,40 (oitenta e um mil, oitenta e um reais e quarenta centavos); Máquinas e equipamentos energéticos – R\$ 71.995,00 (setenta e um mil novecentos e noventa e cinco reais); Aparelhos e equipamentos de comunicação – R\$ 61.860,00 (sessenta e um mil oitocentos e sessenta reais); em Máquinas e equipamentos energéticos – R\$ 359,00 (trezentos e cinquenta e nove reais).

Nesta ação também foram contempladas emendas parlamentares individuais, que totalizando o valor de R\$ 7.450.000,00 (sete milhões quatrocentos e cinquenta reais). A execução desses créditos finalizou com valor empenhado de R\$ 7.349.872,67 (sete milhões trezentos e quarenta e nove mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta e sete centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 784.184,60 (setecentos e oitenta e quatro mil cento e oitenta e quatro reais e sessenta centavos). Porém somente foi pago o valor de R\$ 82.646,24 (oitenta e dois mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e quatro centavos), tendo em vista a não liberação dos recursos financeiros na sua totalidade, mesmo esta IFES cumprindo todos os trâmites estabelecidos pela SPO/MEC para solicitação de financeiro; procedimentos esses que sofreram inúmeras alterações no decorrer do exercício de 2016.

De modo geral a execução das ações orçamentárias no exercício de 2016 transcorreu dentro da normalidade em relação a despesas correntes. Tendo em vista que os créditos de capital foram incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, os créditos foram

bloqueados pela SOF, e somente no segundo semestre do exercício é que começaram a ser liberados os limites para utilização dos mesmos, o que justifica a execução das despesas liquidadas em cerca de 13% das despesas empenhadas.

O produto desta ação encontra-se em execução, portanto não há como integralizar a meta física prevista, conforme orientação da Secretaria de Orçamento Federal indicando que a execução física deve ser informada com base no ORÇAMENTO LIQUIDADO, e até a presente data não houve execução.

2.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

No que se refere à dotação orçamentária, apesar do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2016 ter sido aprovado em sua totalidade, ocorreu contingenciamento no limite de empenho afetando a execução das atividades, pois os limites para atender despesas correntes foram liberados em sua totalidade somente no 2º semestre. Já o limite dos créditos de capital somente foram liberados no último trimestre, em decorrência disto não foi possível executar as despesas no exercício de 2016.

Quanto à execução, os reflexos mais acentuados referem-se à despesa liquidada e sua quitação, uma vez que ocorreram repasses de recursos de forma parcial gerando atrasos nos pagamentos de fornecedores - tal situação pode ser constatada nas informações referentes a Restos a Pagar Processados Inscritos, constantes no Quadro 5, que trata da execução física e financeira das ações orçamentárias de 2016.

Cabe destacar que a liberação dos repasses era mensal e priorizava as despesas de funcionamento com água, energia elétrica, assistência estudantil e as despesas obrigatórias.

2.2.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Este item do relatório tem por objetivo oferecer informações sobre o reconhecimento da Unifap de passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Quadro 13 - A - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110101		SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	154215/15278	0,00	672.000,33	672.000,33	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 14 - B - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS -INTRA OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	110245	0,00	6.978,75	6.978,75	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 15 - C - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	154215/15278	0,00	707,34	707,34	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 16 - D - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	09.248.608/0001-04	0,00	125,31	125,31	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 17 - E - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	05.965.546/0001-09	0,00	87.868,88	87.868,88	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 18 - F - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	06.012.731/0001-33	0,00	2.590,00	2.590,00	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 19 - G - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS - OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	55.285.365/0001-00	0,00	2.794,00	2.794,00	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 20 - H - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218910100		INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	098.122.447-43	0,00	550,00	550,00	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Quadro 21 - I - Reconhecimento de Passivos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218910200		DIARIAS A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
154215	341.978.002-82	0,00	721,41	721,41	0,00
Fonte: Tesouro Gerencial					

Análise

No decorrer do exercício de 2016 foram efetuados reconhecimentos de passivos que totalizaram o valor de R\$ 774.336,02 (setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais e dois centavos).

A execução detalhada do reconhecimento de passivos ocorreu da nas seguintes contas e seus respectivos valores: 211110101 - Salários, Remunerações e Benefícios (folha de pessoal) - R\$ 672.000,33 (seiscentos e setenta e dois mil reais e trinta e três centavos); 213120400 - Contas a Pagar de Credores Nacionais – Intra OFSS (Imprensa Nacional) – R\$ 6.978,75 (seis mil novecentos e setenta e oito mil e setenta e cinco centavos); 213110400 – Contas a Pagar de Credores Nacionais OFSS (diversos credores) – R\$ 94.085,53 (noventa e quatro mil oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos); 218910100 – Indenizações, Restituições e Compensações – R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais); e 218910200 – Diárias a Pagar – R\$ 721,41 (setecentos e vinte e um reais e quarenta e um centavos).

Ressaltamos que em relação aos credores nacionais, os reconhecimentos de passivos não foram em decorrência da insuficiência de crédito orçamentário, grande parte foi em virtude da falta de tempestividade para autuar os processos para regularização dos mesmos.

Com intuito de minimizar a ocorrência das situações acima relatadas está em via de implementação o projeto que busca estabelecer procedimentos operacionais padrão (POP) com a definição de fluxos e prazos, objetivando identificar falhas processuais e melhorar os trâmites administrativos.

2.2.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Este item tem por objetivo oferecer informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP) vinculados a empenhos de exercícios anteriores e ainda vigentes no exercício de referência do relatório de gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

Quadro 22 - Restos a pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 do ano 2016 (d) = (a-b-c)	
2013	1.104,50	1.104,50	0	0	
2014	118,77	0	118,77	0	
2015	157.276,59	154.891,59	2.385,00	0	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 do ano X (i) = (e-g-h)
2011	178.445,30	0	0	0	178.445,30
2012	2.228.161,54	274.216,95	274.216,95	479.632,63	1.474.311,96
2013	7.130.734,69	1.408.010,70	1.400.824,50	1.076.460,49	4.653.449,70
2014	3.709.744,88	1.986.599,42	1.978.426,67	418.721,75	1.313.291,96
2015	29.025.876,56	19.185.661,53	19.114.653,51	2.148.236,52	7.762.986,53

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Os Restos a Pagar Processados, referentes aos exercícios de 2013 a 2015, foram destacados no Quadro 22 e apresentaram um saldo em 01/01/2016 de R\$ 158.499,86 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e seis centavos), foi pago o valor de R\$ 155.996,09 (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e seis reais e nove centavos), e cancelado o valor de R\$ 2.503,77 (dois mil quinhentos e três reais e setenta e sete centavos), zerando o saldo da inscrição.

Quanto aos Restos a Pagar Não Processados referentes ao exercício de 2011 foram reinscritos o valor de R\$ 178.445,30 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos). O referido crédito é proveniente de descentralização externa da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, para atender o projeto “FOMENTAR A REORIENTAÇÃO DA FORMACAO PROFISSIONAL EM SAUDE - CURSOS DE MEDICINA E ENFERMAGEM”, cujo termo de execução tem sua vigência até novembro/2017.

Em 2012 foi reinscrito o valor de R\$ 2.228.161,54 (dois milhões duzentos e vinte e oito mil cento e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), foi liquidado e pago do valor de R\$ 274.216,95 (duzentos e setenta e quatro mil duzentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos), no final do exercício de 2016 foi efetuado cancelamento no valor de R\$ 479.632,63 (quatrocentos e setenta e nove mil seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos), restando um saldo de R\$ 1.474.311,96 (um milhão quatrocentos e setenta e quatro mil trezentos e onze reais e noventa e seis centavos), sendo executados 66,17% do valor inicial.

Em 2013 a reinscrição totalizou o valor de R\$ 7.130.734,69 (sete milhões cento e trinta mil setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e nove centavos), sendo liquidado o valor de R\$ 1.408.010,70 (um milhão quatrocentos e oito mil dez reais e setenta centavos), pago R\$ 1.400.824,50 (um milhão quatrocentos mil oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos). No final do exercício de 2016 foram efetuados cancelamentos que totalizaram o valor de R\$ 1.076.460,49 (um milhão setenta e seis mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos), apresentando o saldo de R\$ 4.653.449,70 (quatro milhões seiscentos e cinquenta e três mil quatrocentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), executando 65,26% do valor inicial.

Em 2014 o valor apresentado na reinscrição foi de R\$ 3.709.744,88 (três milhões setecentos e nove mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), no decorrer do exercício foi liquidado o valor de R\$ 1.986.599,42 (um milhão novecentos e oitenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos), pago o valor de R\$ 1.978.426,67 (um milhão novecentos e setenta e oito mil quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos). Foi cancelado o montante de R\$ 418.721,75 (quatrocentos e dezoito mil setecentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos), finalizando o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 1.313.291,96 (um milhão trezentos e treze mil duzentos e noventa e um reais e noventa e seis centavos), sendo executados 35,39% do valor reinscrito em 01/01/2016.

Em 2015 o valor da reinscrição totalizou o valor de R\$ 29.025.876,56 (vinte e nove milhões vinte e cinco mil oitocentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), sendo liquidado no decorrer do exercício de 2016 o valor de R\$ 19.185.661,53 (dezenove milhões cento e oitenta e cinco mil seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e três centavos), pago o valor de R\$ 19.114.653,51 (dezenove milhões cento e quatorze mil seiscentos e cinquenta e três mil e cinquenta e um centavos). O montante cancelado totalizou o valor de R\$ 2.148.236,52 (dois milhões cento e quarenta e oito mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), finalizando o exercício de 2016 com um saldo de R\$ 7.762.986,53 (sete milhões setecentos e sessenta e dois mil novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos), sendo executado, portanto, 26,75% do valor inicial.

O montante de restos a pagar não processados reinscritos totalizou o valor de R\$ 42.273.658,47 (quarenta e dois milhões duzentos e setenta e três mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e sete centavos), sendo efetivamente pago o valor de R\$ 22.768.121,63 (vinte e dois milhões setecentos e sessenta e oito mil cento e vinte e um real e sessenta e três centavos), que representa 53,86% de execução.

Atendendo o disposto no Art. 68 do Decreto 93.872/1986, e as normas de encerramento do exercício, foram efetuados cancelamentos em restos a pagar não processados no valor de R\$ 4.123.051,39 (quatro milhões cento e vinte e três mil cinquenta e um reais e trinta e nove centavos), 9,75% dos valores reinscritos, finalizando o exercício de 2016 com o saldo de R\$ 15.382.485,45 (quinze milhões trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), 36,39% do valor total reinscrito.

2.3 Execução descentralizada com transferências de recursos

Este item tem por objetivo informar sobre a descentralização de recursos da Unifap, para outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, consórcios públicos e Entes da Federação, para execução de ações ou atividades de responsabilidade desta UPC, conforme demonstrado no Quadro 23, abaixo.

Quadro 23 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Fundação Universidade Federal do Amapá					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Execução Descentralizada	1	-	-	516.338,55	-	-
Totais	1	-	-	516.338,55	-	-

Fonte: Siafi Operacional

No exercício de 2016 foi firmado Termo de Execução Descentralizada com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, com a finalidade de atender ao projeto de cooperação técnica para elaboração de projetos para construção do hospital universitário desta IFES.

O início da vigência foi em 18/09/2015, porém o repasse financeiro ocorreu somente em 17/03/2016, através do documento 2016PF000040.

Ressaltamos que o referido termo teve sua vigência encerrada em 15/07/2016. Estamos aguardando o envio pela a unidade recebedora da prestação de contas.

2.3.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A UNIFAP não dispõe de unidade administrativa constituída especificamente para tratar, analisar e se posicionar acerca das prestações de contas pelos recebedores dos recursos descentralizados.

2.3.2 Informações sobre a realização das receitas

O total das receitas próprias arrecadadas no exercício de 2016 foi de R\$ 825.700,20 (oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos reais e vinte centavos) dos quais R\$618.101,23 (seiscentos e dezoito mil e cento e um reais e vinte e três centavos) correspondem a 74,85% de taxa de inscrição, sendo que 46,19% corresponde o valor de R\$ 381.361,23 (trezentos e oitenta e um mil trezentos e sessenta e um reais e vinte e três centavos) a receitas com taxa de inscrição em vestibular e 28,66% no valor de R\$ 236.740,00 (duzentos e trinta e seis mil setecentos e quarenta reais) corresponde à taxa de inscrição em concurso público.

Observou-se que os meses com movimentações mais expressivas foram fevereiro e maio, cuja arrecadação totalizou o valor de R\$ 546.383,16 (quinhentos e quarenta e seis mil trezentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos); desse montante R\$ 512.110,00 (quinhentos e doze mil cento e dez reais), foi proveniente da realização de concurso para técnicos administrativos e do processo seletivo de matrículas especiais, que representou 93,70% do total arrecadado nos meses acima mencionados.

Vale ressaltar que houve um decréscimo de 28,24% nas arrecadações das receitas próprias no exercício de 2016 comparando com o exercício de 2015 - tendo em vista a redução de realização de Concurso Público, que, no exercício de 2015 foram realizados 05 concursos públicos em detrimento de 02 concursos públicos em 2016.

2.3.3 Informações sobre a execução das despesas

Este item tem como objetivo demonstrar de forma sucinta e gerencial a consolidação da execução da despesa pela Unifap, sob duas perspectivas, a saber: por grupo ou elemento de despesa e por modalidade de licitação ou contratação.

Quadro 24 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
319011	90.306.485,15	76.776.218,30	90.306.485,15	76.687.196,17	0	89.022,13	90.306.485,15	76.687.196,17
319113	18.295.457,05	15.695.773,00	18.295.457,05	15.535.837,76	0	159.935,24	18.295.457,05	15.535.837,76
319001	3.701.546,15	3.095.233,84	3.701.546,15	3.087.409,43	0	7.824,41	3.701.546,15	3.087.409,43
Demais elementos do grupo	3.804.778,56	2.068.172,02	3.804.778,56	2.054.369,59	0	13.802,43	3.804.778,56	2.054.369,59
3. Outras Despesas Correntes								
339039	10.638.873,90	7.958.059,62	5.381.803,67	3.753.413,68	5.257.070,23	4.204.645,94	5.031.926,36	3.718.793,29
339037	9.324.861,34	8.828.188,30	8.239.927,97	6.477.328,43	1.084.933,37	2.350.859,87	8.202.549,47	6.468.545,13
339018	6.105.698,35	3.020.723,93	2.228.306,00	2.116.346,87	3.877.392,35	904.377,06	2.219.249,34	2.067.290,87
Demais elementos do grupo	18.590.014,27	17.456.559,14	15.698.300,88	15.327.593,69	2.891.713,39	1.850.895,73	15.422.634,53	12.966.590,56
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
449051	119.198.607,67	16.723.851,43	4.130.782,10	888.747,70	115.067.825,57	15.835.103,73	4.094.955,20	888.747,70
449052	12.477.046,76	6.625.895,87	3.757.576,29	3.317.470,17	8.719.470,47	3.308.425,70	1.238.016,69	3.315.470,17

449039	3.087.657,09	307.946,00	163.544,18	6.961,68	2.924.112,91	300.984,32	163.544,18	6.961,68
Demais elementos do grupo	0	158.564,18	0	158.564,18	0	0	0	158.564,18

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 25 - Despesas por modalidade de licitação ou contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	146.845.612,46	49,70	25.515.260,55	16,34	14.926.307,55	9,79	8.922.606,81	7,03
a) Convite	0	-	0	-	0	-	0	-
b) Tomada de Preços	374.403,72	0,13	1.811.539,49	1,16	163.051,91	0,11	452.474,78	0,36
c) Concorrência	9.977.880,50	3,38	7.088.346,29	4,54	935.780,04	0,61	52.129,15	0,04
d) Pregão	26.854.544,75	9,09	16.399.846,25	10,50	10.668.300,44	7,00	8.418.002,88	6,63
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	109.638.783,49	37,10	215.528,52	0,14	3.159.175,16	2,07	0	-
2. Contratações Diretas (h+i)	10.636.054,61	3,60	17.669.990,12	11,32	5.155.414,51	3,38	7.009.381,35	5,52
h) Dispensa	3.653.099,71	1,24	7.821.398,29	5,01	1.592.068,39	1,04	5.158.752,81	4,06
i) Inexigibilidade	6.982.954,90	2,36	9.848.591,83	6,31	3.563.346,12	2,34	1.850.628,54	1,46
3. Regime de Execução	15.091,50	0,01	0	-	15.091,50	0,01	0	-

Especial								
j) Suprimento de Fundos	15.091,50	0,01	0	-	15.091,50	0,01	0	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	138.034.267,72	46,71	112.953.679,01	72,34	132.384.329,12	86,62	111.023.788,37	87,45
k) Pagamento em Folha	116.108.266,91	0,25	97.635.397,16	0,39	116.108.266,91	0,48	97.364.812,95	0,48
l) Diárias	739.189,75	39,29	607.431,35	62,53	739.189,75	76,15	607.431,35	76,69
m) Outros	21.186.811,06	7,17	14.710.458,85	9,42	15.536.872,46	10,19	13.051.152,42	10,28
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	295.531.026,29	100	156.138.929,68	100	152.481.142,68	100	126.955.776,53	100
6. Total das Despesas da UPC	295.531.026,29	100	156.138.929,68	100	152.481.142,68	100	126.955.776,53	100

Análise

Podemos observar no Quadro 25 acima, que diminuiu significativamente as contratações através de dispensa de licitação comparada com o exercício de 2015. No exercício de 2016 foi empenhado o valor de R\$ 3.653.099,71 (três milhões seiscentos e cinquenta e três mil noventa e nove reais e setenta e um centavos); e pago o valor de R\$ 1.592.068,39 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil sessenta e oito reais e trinta e nove centavos), que representa uma execução de 43,58% do valor total contratado.

As despesas com maior volume de gastos nesta modalidade foram: Contrato emergencial, tendo em vista decisão judicial que determinou a rescisão do contrato licitado, para atender fornecimento de alimentação do restaurante universitário desta IFES - R\$ 1.680.870,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil oitocentos e setenta reais); contrato emergencial para fornecimento de combustível, em virtude da frustração do processo licitatório em dois momentos, totalizando o valor de R\$ 280.581,39 (duzentos e oitenta mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos); contratação de fundações de apoio para executar parcialmente alguns projetos financiados com créditos recebidos externamente – R\$ 1.026.295,31 (um milhão, vinte e seis mil duzentos e noventa e cinco reais e trinta e um centavos).

Nas contratações por inexigibilidade também houve uma redução de aproximadamente 41% em relação a 2015, totalizando o valor de R\$ 6.982.954,90 (seis milhões novecentos e oitenta e dois mil novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos). Sendo pago o valor de R\$ 3.563.346,12 (três milhões quinhentos e sessenta e três mil trezentos e quarenta e seis reais e doze centavos), que corresponde a 51,03% do total de despesas contratadas nesta modalidade. As despesas com maior volume de gastos foram: Contratação de fornecimento de energia elétrica – R\$ 2.061.055,00 (dois milhões, sessenta e um mil, cinquenta e cinco reais); Aquisição de aparelhos e equipamentos laboratoriais e hospitalares – R\$ 1.375.226,74 (um milhão trezentos e setenta e cinco mil duzentos e vinte e seis reais e setenta e quatro centavos); serviços de suporte a usuários de tecnologia da informação, atendendo a execução do contrato 004/2014 – R\$ 1.192.941,98 (um milhão cento e noventa e dois mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos); Aquisição de passagens aérea – R\$ 577.138,79 (quinhentos e setenta e sete mil cento e trinta e oito reais e setenta e nove centavos); Serviços de apoio ao ensino, para atender fornecimento de vale transporte aos acadêmicos – R\$ 415.350,00 (quatrocentos e quinze mil trezentos e cinquenta

reais); serviços de publicação de matérias oficiais na imprensa nacional – R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais); Coleta de lixo biológico – R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); Assinatura e periódicos – R\$ 235.439,68 (duzentos e trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos).

A modalidade de contratação Pagamento de Pessoal totalizou o valor de R\$ 138.034.267,72 (cento e trinta e oito milhões trinta e quatro mil duzentos e sessenta e sete reais e setenta e dois centavos), representado 46,71 da execução total. O maior volume de despesa nesta contratação refere-se às despesas da folha de pessoal desta IFES, que totalizou o valor de R\$ 125.912.035,42 (cento e vinte e cinco milhões novecentos e doze mil trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos), sendo R\$ 116.108.266,91 (cento e dezesseis milhões cento e oito mil duzentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos) – Pessoal e encargos sociais; R\$ 8.871.682,95 (oito milhões oitocentos e setenta um mil seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos) – Benefícios assistências de pessoal; e, R\$ 932.182,56 (novecentos e trinta e dois mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) – PASEP.

Foi executado ainda o valor de R\$ 6.105.698,35 (seis milhões cento e cinco mil seiscentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos) com Auxílio Financeiro a Estudantes, atendendo o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, garantindo o atendimento ao acadêmico conforme a legislação vigente, sendo essas as despesas com maior volume de execução.

O total de despesas pagas nas contratações na modalidade Pagamento de Pessoal foi de R\$ 132.384.329,12 (cento e trinta e dois milhões trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e nove mil e doze centavos), que representa 95,91% das despesas executadas, cuja execução transcorreu normalmente.

O Regime Diferenciado de Contratação - RDC totalizou o valor de R\$ 109.638.783,49 (cento e nove milhões seiscentos e trinta e oito mil setecentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos), que representa 37,10% do total das despesas executadas. As despesas que refletiram maior volume foram: Obra: Construção do Hospital Universitário – R\$ 101.194.447,42 (cento e um milhões cento e noventa e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos); e, Obra: Construção do Laboratório de Engenharia Civil – R\$ 4.453.000,00 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e três mil reais); Obra: Construção da Pista de Atletismo (descentralização de crédito) - R\$ 3.991.336,07 (três milhões novecentos e noventa e

um mil trezentos e trinta e seis reais e sete centavos). O volume de despesas pagas nesta modalidade totalizou o valor de R\$ 3.159.175,16 (três milhões cento e cinquenta e nove mil cento e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), apenas 2,88% do total executado, o que se justifica em virtude da execução, quase que na sua totalidade, ter iniciado somente no mês de dezembro de 2016.

A execução de despesas na modalidade de pregão totalizou o valor de R\$ 26.854.544,75 (vinte e seis milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos), 9,09% da execução total. As despesas de custeio com maior volume foram: Serviços de vigilância – R\$ 5.985.429,84 (cinco milhões novecentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos); Serviços de limpeza e conservação predial – R\$ 2.995.580,50 (dois milhões novecentos e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta reais e cinquenta centavos); Manutenção predial – R\$ 1.246.984,87 (um milhão duzentos e quarenta e seis mil novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos); Material de consumo – R\$ 821.111,50 (oitocentos e vinte e um mil cento e onze reais e cinquenta centavos); Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos – R\$ 538.564,50 (quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos); Serviços técnicos profissionais – R\$ 399.992,34 (trezentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e dois mil e trinta e quatro centavos); Fornecimento de alimentação – R\$ 357.112,61 (trezentos e cinquenta e sete mil cento e doze reais e sessenta e um centavos); Apoio administrativo, técnico e operacional – R\$ 343.851,00 (trezentos e quarenta e três mil oitocentos e cinquenta e um reais); Material para distribuição gratuita (educacional e cultural) – R\$ 236.488,00 (duzentos e trinta e seis mil quatrocentos e oitenta e oito mil reais); Manutenção de veículos – R\$ 200.402,58 (duzentos mil quatrocentos e dois reais e cinquenta e oito centavos).

Despesas de capital com maior volume de gastos foram: Equipamentos de processamento de dados – R\$ 3.538.536,27 (três milhões quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta e seis reais e vinte e sete centavos); mobiliário em geral – R\$ 2.857.115,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta e sete mil cento e quinze reais); Instalações – R\$ 1.981.457,05 (um milhão novecentos e oitenta e um mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos); Aparelho e equipamentos de laboratórios e hospitalares – R\$ 1.451.195,41 (um milhão quatrocentos e cinquenta e um mil cento e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos); aparelhos e utensílios domésticos – R\$ 889.236,18 (oitocentos e oitenta e nove mil duzentos e trinta e seis reais e dezoito

centavos); Coleções e materiais bibliográficos – R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais); Equipamentos para áudio, vídeo e fotos – R\$ 649.892,45 (seiscentos e quarenta e nove mil oitocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos); Peças não incorporáveis a imóveis – R\$ 367.852,40 (trezentos e sessenta e sete mil oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos); Estudos e projetos – R\$ 309.600,00 (trezentos e nove mil, seiscentos reais); aparelhos e equipamentos de comunicação – R\$ 148.069,30 (cento e quarenta e oito mil, sessenta e nove reais e trinta centavos).

Nesta modalidade de contratação foi pago o valor de R\$ 10.668.300,44 (dez milhões seiscentos e sessenta e oito mil trezentos reais e quarenta e quatro centavos), que representa 39,76% do total de despesas contratada através de pregão.

As contratações na modalidade de concorrência totalizou o valor de R\$ 9.977.880,50 (nove milhões novecentos e setenta e sete mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta centavos), finalizando sua execução com pagamentos que totalizaram o valor de R\$ 935.780,04 (novecentos e trinta e cinco mil setecentos e oitenta reais e quatro centavos), que represente apenas 9,38% das despesas contratadas, em virtude da finalizar dos processos licitatórios desta modalidade, terem acontecido somente no final último trimestre do exercício.

As despesas contratadas nesta modalidade foram: Obras em andamento – R\$ 5.013.175,32 (cinco milhões, treze mil cento e setenta e cinco reais e trinta e dois centavos); Serviços de engenharia – R\$ 2.920.465,18 (dois milhões novecentos e vinte mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezoito centavos); e, Estudos e Projetos – R\$ 2.044.240,00 (dois milhões, quarenta e quatro mil duzentos e quarenta reais).

Na modalidade de Tomada de Preços foram contratadas despesas que totalizaram o valor de R\$ 374.403,72 (trezentos e setenta e quatro mil quatrocentos e três reais e setenta e dois centavos), cujas despesas com maior volume foram: Execução de pequenas obras – R\$ 163.051,91 (cento e sessenta e três mil, cinquenta e um reais e noventa e um centavos); atender ao aditivo do contrato 24/2015, referente aos serviços de expansão da rede elétrica desta IFES. Foi pago o valor de R\$ 163.051,91 (cento e sessenta e três mil, cinquenta e um reais e noventa e um centavos), cerca de 43% do total empenhado.

Do valor total executado de R\$ 295.531.026,29 (duzentos e noventa e cinco milhões quinhentos e trinta e um mil, vinte e seis reais e vinte e nove centavos) foi

efetivamente pago o valor de R\$ 152.481.142,68 (cento e cinquenta e dois milhões quatrocentos e oitenta e um mil cento e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos), que corresponde a aproximadamente 52% da despesa contratada, que se justifica pela forma como vem sendo liberadas as programações financeiras, que ocorrem em média uma vez por mês, porém sem considerar o montante total liquidado, dificultando sobremaneira a execução financeira da UJ.

2.3.4 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.

Quadro 26 - Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	154215	UNIFAP			02	16.000,00	8.000,00
2015							
Fonte:							

Quadro 27 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	154215	UNIFAP	-	-	02	4.000,00	11.091,50	15.091,50
2015	154215	UNIFAP	-	-	-	-	-	-
Fonte:								

Quadro 28 - Dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154215	UNIFAP	339030-Material de Consumo	1- Combustíveis e Lubrificantes	1.168,00
			04 - Gás e Outros	1.180,00

			Materiais Engarrafados	
			07 - Gêneros Alimentícios	10.440,20
			16 - Material de Expediente	1.218,00
			19 - Material de Acondicionamento e Embalagem	390,00
			21 - Material de Copa e Cozinha	200,30
		TOTAL	22 - Material de Limpeza e Produto de Higienização	495,00

Análise

Os Quadros 26 a 28 mostram que a utilização do Suprimento de Fundo por esta Unidade Administrativa neste exercício deve-se a gestão dos recursos recebido da UG 200401/Gestão 00001 – Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON para a execução do Projeto LINGUAS CRIOULAS DO NORTE DO AMAPA, através da 2016NC00005 – Transferência 686717, executado no Campus Binacional no município de Oiapoque.

Foram concedidos 02 Suprimentos de Fundos para atender as demandas com despesas de pequeno vulto e suas prestações de contas foram aprovadas.

2.4 Desempenho operacional

Esta seção tem por finalidade demonstrar os resultados auferidos pela Unifap na condução dos objetivos definidos nos planos estratégico, tático e operacional, ou ainda relacionados no Plano Plurianual (PPA).

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

A partir do exercício do ano-base de 2002 (Decisão TCU nº408/2002-Plenário e Modificações Posteriores) as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devem apresentar no seu respectivo relatório de gestão do exercício o conjunto de doze Indicadores, doravante denominados de Indicadores do TCU: (i) Custo Corrente com Hospitais Universitários (HU) / Aluno Equivalente; (ii) Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente; (iii) Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente; (iv) Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU; (v) Aluno Tempo Integral / Funcionário

Equivalente sem HU; (vi) Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente; (vii) Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente; (viii) Grau de Participação Estudantil (GPE); (ix) Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG); (x) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação; (xi) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); e, (xii) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

Os doze Indicadores do TCU também são gerados a partir de doze insumos denominados pelas orientações do TCU de Indicadores Primários, a saber: Custo Corrente com e sem HU; Número de Professores Equivalentes; Número de Funcionários Equivalentes com e sem HU; Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação; Total de Alunos na Pós-graduação *stricto sensu* (APG), incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado; Alunos de Residência Médica (AR); Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE); Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral – TI (APGTI); Número de Alunos da Pós-graduação em TI; Número de Alunos de Residência Médica em TI (ARTI).

A seguir, demonstraremos os cálculos para cada Indicador do TCU e quando pertinente para cada Indicador Primário. Apresentaremos os resultados, como orientado pelo TCU, com os últimos cinco exercícios. E, finalmente, ilustraremos com gráficos de linhas as séries históricas de cada um dos Indicadores do TCU. Uma observação importante é: como a UNIFAP não possui HU serão desenvolvidos somente os casos onde os indicadores se enquadram como *sem HU*.

I - CUSTO CORRENTE SEM HU / ALUNO EQUIVALENTE

O indicador Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente é definido pela Equação 1:

$$\text{Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{\text{AGE} + \text{APGTI} + \text{ARTI}} \quad (1)$$

O resultado desse indicador para o exercício de 2016 foi:

$$\frac{177.424.655,58 - 3.713.513,99 - 758.018,32 - 435.416,84 - 483.095,13 - 9.900,35}{7498,94 + 203,00 + 25,00} = 22.262,98$$

II - ALUNO TEMPO INTEGRAL / PROFESSOR EQUIVALENTE

Este indicador é definido de acordo com a Equação 2:

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente} = \frac{AGTI + APGTI + ARTI}{N^{\circ} \text{ de Professores Equivalentes}} \quad (2)$$

Para o atual exercício, 2016, esse indicador resultou em:

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente} = \frac{5.223,75 + 203,00 + 25,00}{511,00} = 10,67$$

III - ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU

O indicador é o resultado da Equação 3:

$$\text{ATI / FuncEquisemHU} = \frac{AGTI + APGTI + ARTI}{N^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes sem HU}} \quad (3)$$

onde: *FuncEqui sem HU* é o Funcionário Equivalente sem HU; *ATI* é o Aluno Tempo Integral.

O desenvolvimento desse indicador para o exercício de 2016 foi:

$$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU} = \frac{5.223,75 + 203,00 + 25,00}{694,70} = 7,85$$

IV - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU / PROFESSOR EQUIVALENTE

O indicador Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente é o resultado da Equação 4:

$$\text{FuncEquisemHU / ProfEqui} = \frac{N^{\circ} \text{ de Funcionários Equivalentes sem HU}}{N^{\circ} \text{ de Professores Equivalentes}} \quad (4)$$

onde: *FuncEqui sem HU* é o Funcionário Equivalente sem HU; *ProfEqui* é o Professor Equivalente.

No exercício de 2016, esse indicador resultou em:

$$\text{Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente} = \frac{694,70}{511,00} = 1,36$$

V - GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL (GPE)

O indicador Grau de Participação Estudantil (GPE) é definido de acordo com a seguinte Equação 5:

$$GPE = \frac{AGTI}{AG} \quad (5)$$

onde: *AGTI* é o Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral; e *AG* é o total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação.

O cálculo desse indicador para o exercício de 2016 gerou:

$$GPE = \frac{5.223,75}{6.482,00} = 0,81$$

VI - GRAU DE ENVOLVIMENTO DISCENTE COM PÓS-GRADUAÇÃO (GEPG)

O Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) é o resultado da Equação 6:

$$GEPG = \frac{APG}{AG + APG} \quad (6)$$

Para o exercício de 2015, o cálculo desse indicador para resultou em:

$$GEPG = \frac{101,50}{6.482,00 + 101,50} = 0,02$$

VII - CONCEITO CAPES/MEC PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Este indicador é o resultado da Equação 7, definida como:

$$C.CAPES/MEC = \frac{\sum \text{conceitodetodososprogramasdepós - graduação}}{\text{Número de programas depós - graduação}} \quad (7)$$

onde: *C.CAPES/MEC* é o conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação.

Neste exercício, o cálculo desse indicador produziu:

$$\text{Conceito CAPES/MEC} = \frac{4+3+4+3+2+3+4}{7} = 3,29$$

VIII - ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

O IQCD é definido de acordo com a Equação 8:

$$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G} \quad (8)$$

onde: *D* é o número de docentes doutores; *M* é o número de docentes mestres; *E* é o número de docentes especialistas; e *G* é o número de docentes graduados.

Neste exercício de 2016, o cálculo do indicador foi demonstrado como se segue:

$$IQCD = \frac{5 \square (194 + 4) + 3 \square (247 + 23) + 2 \square (111 + 28) + 1 \square (9 + 1)}{194 + 4 + 247 + 23 + 111 + 28 + 9 + 1} = \frac{2088}{617} = 3,38$$

IX - TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO (TSG)

O indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), Equação 9, resulta da seguinte definição:

$$TSG = \frac{NDI}{NI} \quad (9)$$

onde: *NDI* é número de diplomados; *NI* é o número total de alunos ingressantes.

No exercício de 2016, o cálculo desse indicador resultou em:

$$TSG = \frac{778}{1183} = 0,66$$

A partir da elaboração do demonstrativo anterior com informações sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, elaboramos os demonstrativos abaixo, Quadros I e II, onde são apresentados os doze Indicadores Primários e os Indicadores do TCU fixados pela Decisão TCU nº 408/2002 – Plenário e modificações.

Quadro 29 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	172.024.710,95	137.402.858,15	108.740.783,36	86.133.929,68	62.284.841,71
Número de Professores Equivalentes	511,00	461,00	401,00	398,00	274,00
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	694,70	640,55	564,25	404,50	310,00
Total de Alunos Regularmente	6.482,00	6.565,00	5.166,00	4.558,50	4.380,00

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Matriculados na Graduação (AG)					
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	101,50	261,00	176,00	228,00	241,00
Alunos de Residência Médica (AR)	12,50	27,00	28,00	43,00	...
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	7.498,94	8.870,52	3.419,77	3.843,12	3.620,09
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5.223,75	5.862,03	2.549,40	2.870,81	2.816,83
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	203,00	522,00	352,00	456,00	482,00
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	25,00	54,00	56,00	86,00	...

Nota: NSA significa que o indicador não se aplica a instituição; ... significa que o dado numérico não está disponível.

Quadro 30 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002-Plenário

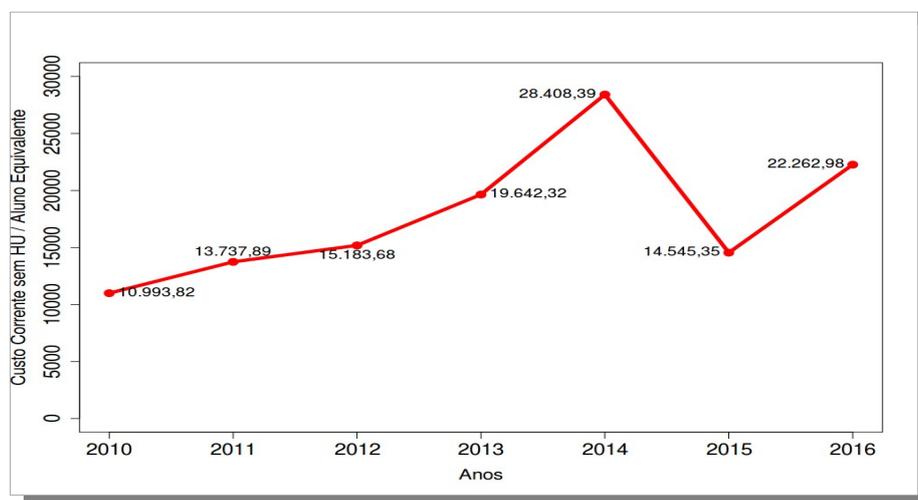
Indicadores Decisão TCU 408/2002 - Plenário	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	22.262,98	14.545,35	28.408,39	19.642,32	15.183,68
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	10,67	13,97	7,38	8,57	12,04
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,85	10,05	5,24	8,44	10,64
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	NSA	NSA	NSA	NSA	NSA
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,36	1,39	1,41	1,02	1,13
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,81	0,89	0,49	0,63	0,64
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,02	0,04	0,03	0,05	0,05
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,29	3,50	3,33	3,33	1,06
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,38	3,36	3,28	3,22	3,29
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,66	0,69	0,45	0,50	0,62

Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017). **Nota:** NSA significa que o indicador não se aplica a instituição.

A seguir, serão analisadas as séries históricas dos Indicadores Decisão TCU 408/2002 na UNIFAP gerados a partir do Quadro 30.

O indicador Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente mede os custos das atividades correntes (manutenção e funcionamento) por aluno equivalente, no entanto, o componente de custo (numerador da equação) não separa os custos educacionais de não educacionais já que em sua definição apenas toma cuidado em excluir a ocorrência ou não de hospital universitário (situação atual da UNIFAP) e as exclusões das despesas com aposentadorias, pensões, sentenças judiciais, com pessoal cedido e afastado. A evolução deste indicador ao longo dos anos, Figura 8, demonstrava crescimento até o exercício de 2014. No exercício de 2015, entretanto, este indicador sofreu uma diminuição que foi revertida no exercício de 2016 com novo crescimento, assumindo o segundo maior valor observado na série.

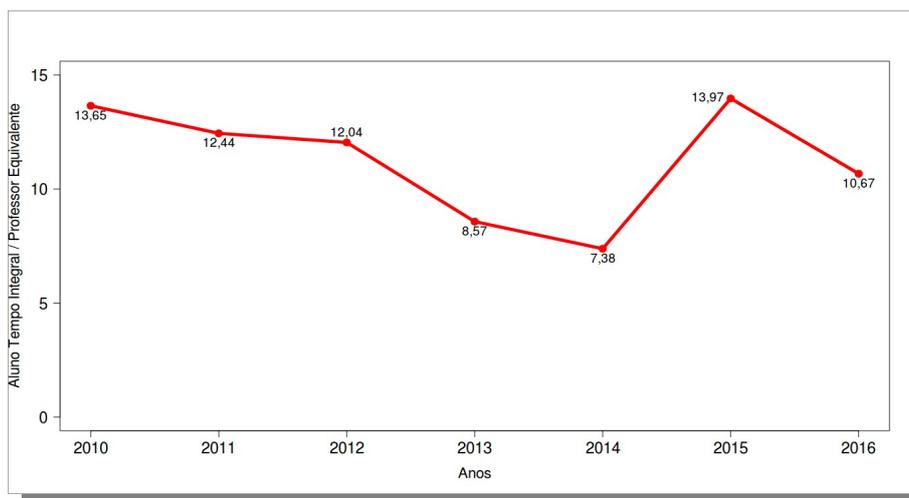
Figura 8 - Série histórica do indicador Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

A série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente, Figura 9, indicava decréscimo anual desde o exercício de 2010, quando no exercício de 2015 houve crescimento em relação aos outros anos gerando o maior valor da série. Neste exercício, no entanto, o indicador decresceu novamente. Como este indicador capta o equilíbrio da relação entre alunos e docentes, o aumento no quantitativo do corpo docente da instituição captado pelo indicador primário Professores Equivalentes impactou com maior intensidade, juntamente com a redução do indicador Aluno Tempo Integral, provocando sua redução neste exercício.

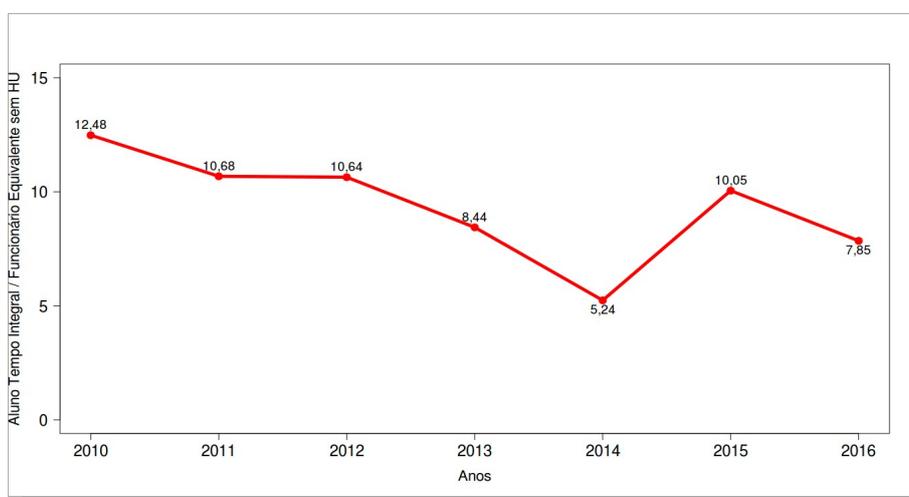
Figura 9 - Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

O indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU, Figura 10, diminuiu em relação ao exercício anterior, produzindo o segundo menor valor da série histórica (7,85), maior apenas do que no exercício de 2014. Esse indicador mensura alunos em relação à carga administrativa da instituição, ou seja, quando a instituição aumenta seu volume de discentes (graduação, pós-graduação e residência médica), o indicador aumentará se a componente de Funcionário Equivalente não acompanhar esse crescimento. Como Aluno Tempo Integral diminuiu e Funcionário Equivalente aumentou, houve diminuição deste indicador neste exercício, conforme exibido no Figura 9 (nove).

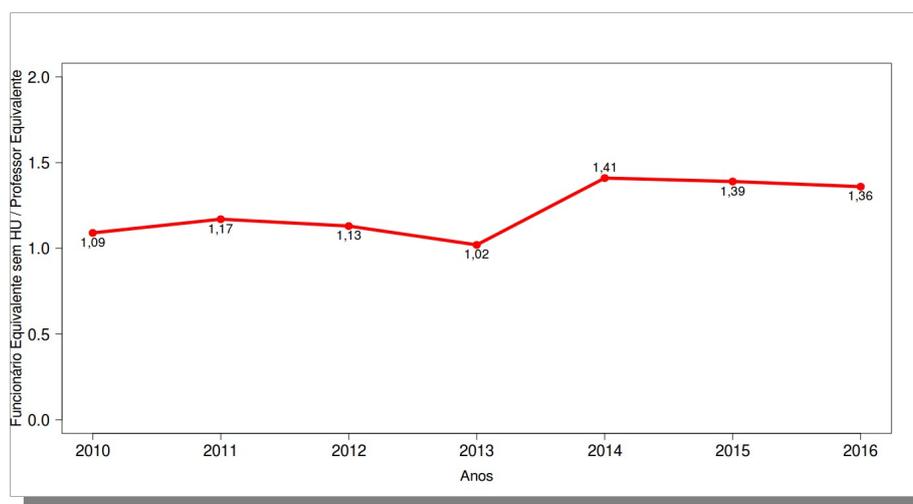
Figura 10 - Série histórica do indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

Na Figura 11 exibimos a série histórica do indicador Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente. Esse indicador reflete a carga administrativa (servidores envolvidos na atividade meio) sob o enfoque unitário do docente (servidores envolvidos na atividade fim). O indicador manteve seu comportamento com um leve decréscimo do exercício de 2015 para o exercício corrente (variou de 1,41, depois para 1,39 e, agora, está em 1,36). Neste exercício, o valor de 1,36 ainda indica que há mais funcionários do que professores. Esse fato pode ser inflacionado pelo quantitativo de terceirizados, os quais são considerados com maior peso na apuração do indicador primário Funcionário Equivalente dado seu regime de trabalho diferenciado. Mesmo ambos os indicadores primários, Professor Equivalente e Funcionário Equivalente, terem aumentado em relação ao exercício anterior (Figura 10) e a variação maior para Funcionário Equivalente, o aumento de Professor Equivalente compensou e influenciou na redução desse indicador.

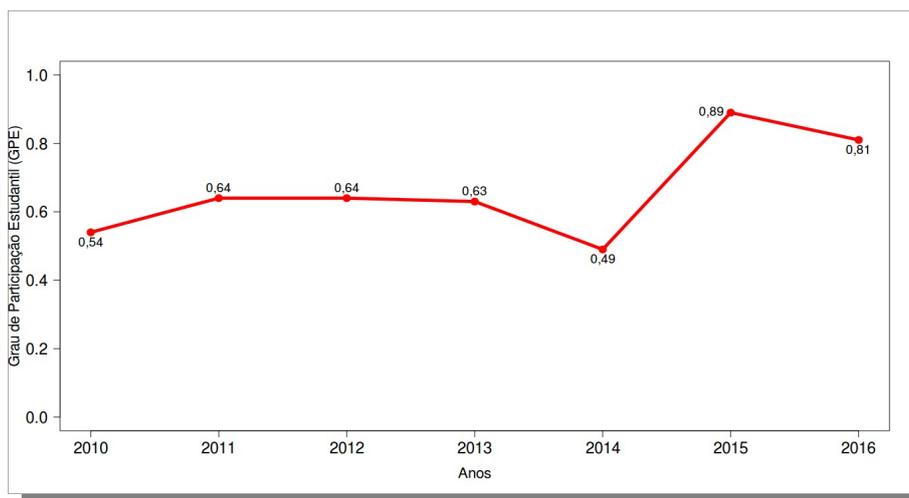
Figura 11 - Série histórica do indicador Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

O Grau de Participação Estudantil (GPE) pode ser entendido como uma medida da velocidade de integralização curricular ou o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UNIFAP. A Figura 12 abaixo demonstra o seu comportamento. Observa-se que no exercício corrente houve uma diminuição desse indicador (de 0,89 para 0,81), segundo maior valor da série histórica que pode ser explicado pela pequena redução no indicador primário alunos de graduação em tempo integral (AGTI).

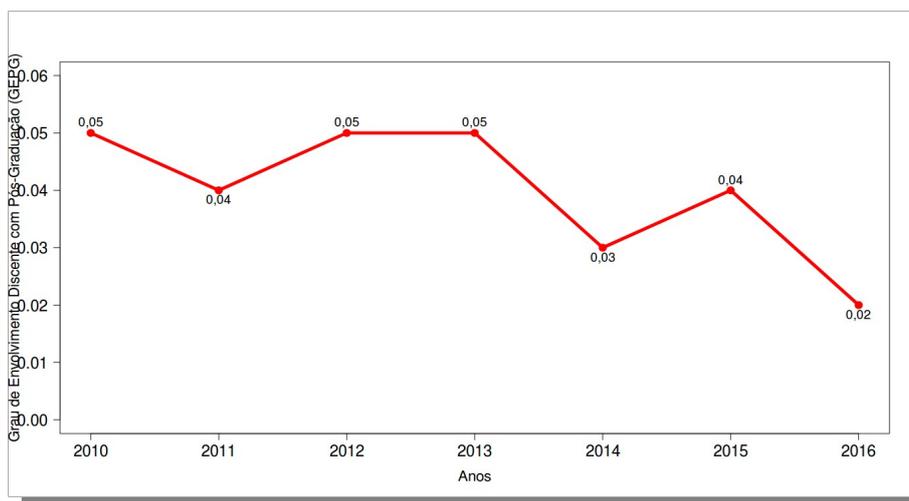
Figura 12 - Série histórica do indicador Grau de Participação Estudantil (GPE) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

O Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG), Figura 13, reflete se a instituição possui intensa atividade de pesquisa. Esse indicador, para o período em análise, apresentou o mínimo de 0,02 reflexo do atual exercício. É o menor registro encontrado desse indicador na instituição. Mais uma vez, observa-se que a expansão mais acelerada de matrículas na graduação sobre da pós-graduação *stricto sensu* na instituição acarretou no decréscimo deste indicador.

Figura 13 - Série histórica do indicador Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016

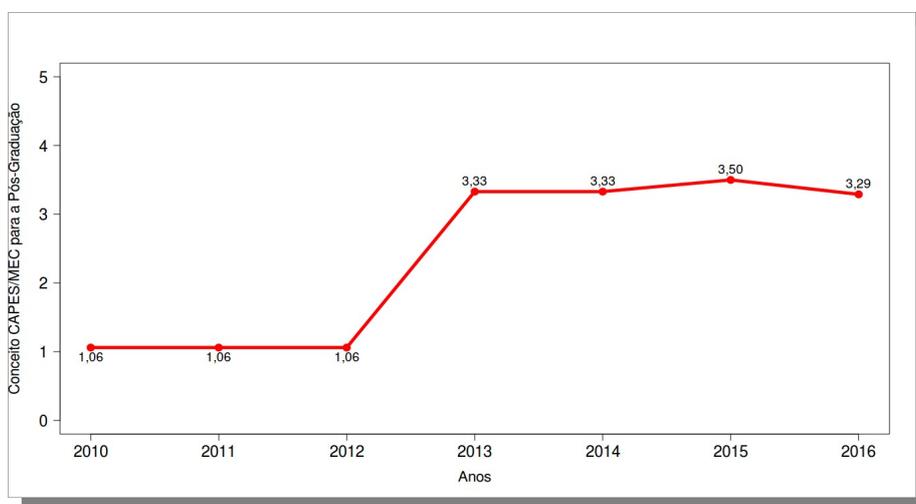


Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

A Figura 14 apresenta o indicador Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação, o qual mede a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* com base na metodologia de avaliação da CAPES. No exercício de 2016, esse indicador diminuiu

seis por cento em relação ao exercício anterior. Ainda assim, observa-se que foi mantido o nível médio desde o exercício de 2013.

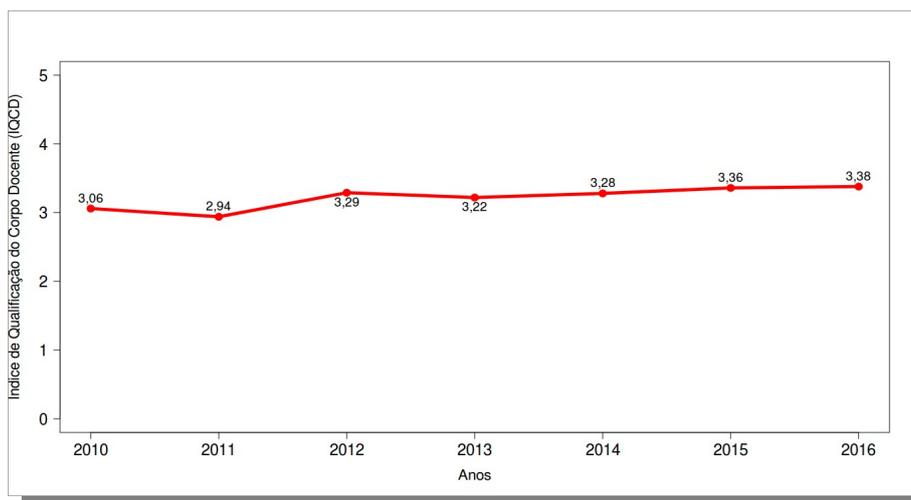
Figura 14 - Série histórica do indicador Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) reflete o nível de qualidade do corpo docente com maiores ponderações para as maiores titulações. No exercício de 2016, este indicador teve o maior valor observado de toda a série (Figura 15). Esse comportamento é resultado da maioria dos docentes no exercício serem mestres ou doutores, respectivamente, 270 e 198 (totalizando em 468 docentes nessas duas categorias de qualificação). É esperado que esse indicador aumente um pouco mais nos próximos exercícios, com o efeito do retorno à instituição dos docentes que se encontraram afastados ou cedidos no exercício de 2016.

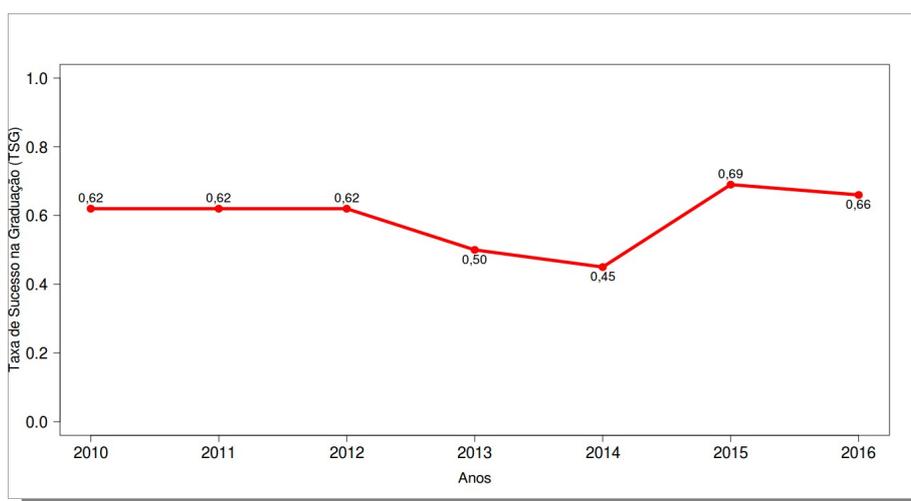
Figura 15 - Série histórica do indicador Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), Figura 16, informa a organização e o desempenho da instituição, pois mensura o quantitativo de alunos formados em tempo regular baseado na duração padrão de cada curso. Também informa uma medida do grau de evasão (forma inversa) dos alunos que ingressaram na instituição. No ano de 2016, esse indicador diminuiu, em relação ao exercício anterior, para 66%, sendo o segundo maior valor registrado na série, demonstrando que a instituição manteve sua capacidade de formação dos alunos no período da duração-padrão dos cursos de graduação.

Figura 16 - Série histórica do indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) na UNIFAP no período compreendido entre os exercícios de 2010 a 2016



Fonte: DIEIS/DEAVI/PROPLAN (2017).

De maneira sintética, o comportamento dos indicadores nos últimos exercícios de 2015 para 2016 revelaram que houve crescimento somente em dois indicadores: Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente e Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). Para todos os outros indicadores houve decréscimo: Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente; Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU; Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente; Grau de Participação Estudantil (GPE); Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG); Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação; Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

2.4.2 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

A Universidade não recebeu recursos externos contratos junto a organismos multilaterais de créditos e agências governamentais estrangeiras.

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

Esta seção demonstra a estrutura da governança da unidade, explicitando atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correição, bem como a forma de remuneração dos membros de diretoria e de colegiados.

3.1 Descrições das estruturas de governanças

Em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral, a Administração da UNIFAP é responsabilidade dos órgãos deliberativos, executivos complementares e de apoio aos Conselhos Superiores, como órgãos normativos, deliberativos e consultivos. Assim sendo, a Administração Universitária estrutura-se da seguinte forma, segundo o art.6º do seu Regimento Geral:

I – Órgãos Colegiados Superiores:

- a) Conselho Diretor.
- b) Conselho Universitário;

II – Órgãos Executivos Superiores:

- a) Reitoria;

b) Pró-Reitorias.

III - Órgãos de Assessoramento;

IV - Órgãos da Administração Geral;

V - Órgãos Executivos de Administração Específica.

3.1.1 Conselho Superior (CONSU)

O Consu é órgão máximo de deliberação da Unifap, colegiado integrante da Administração superior, de caráter deliberativo e normativo em matéria de administração universitária e instância de recursos. Tem a competência de formular a política da Universidade e traçar diretrizes e normas em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, bem como elaborar, reformular e aprovar o regimento geral da universidade, e ainda, aprovar as modificações do estatuto da Universidade e planos de trabalho.

3.1.2 Conselho Diretor (CONDIR)

O CONDIR é órgão de deliberação superior em matéria de controle e fiscalização econômico-financeira, bem como, estabelecer normas, aprovar, acompanhar e fiscalizar as ações pertinentes à execução do regime financeiro, orçamentário e contábil da Universidade, e ainda, autorizar a aquisição, alienação, cessão, locação e transferências de bens imóveis da Universidade, como também, homologar convênios, contratos e acordos firmados com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

3.1.3 Reitoria

A Reitoria, órgão executivo superior que coordena e superintende todas as atividades universitárias.

3.1.4 Vice-reitoria

A Vice-reitoria tem a função de substituir o Reitor em suas faltas, seus impedimentos ou vacância, bem como auxiliá-lo em caráter permanente.

3.1.5 Chefia de Gabinete

A Chefia de gabinete tem a função de prestar assistência ao Reitor e ao Vice-Reitor em suas representações políticas e sociais, bem como, manter em ordem a agenda de compromisso e despachos do Reitor e Vice-reitor, ainda, transmitir ordens, despachos e recomendações do Reitor aos órgãos subordinados.

3.1.6 Procuradoria Jurídica (PROJUR)

A Procuradoria Jurídica tem a competência de prestar assessoramento à Reitoria em assuntos de natureza jurídica; manter atualizados os arquivos de legislação de interesse da UNIFAP, em especial jurisprudências, decisões, acórdãos e pareceres jurídicos; redigir peças e solicitar documentação destinada a instruir processos judiciais; emitir pareceres que envolvam matéria de natureza jurídica, por solicitação do Reitor; representar a UNIFAP em juízo, mediante autorização do Reitor.

3.1.7 Assessoria Especial (ASSESP)

A Assessoria Especial tem a competência de organizar os eventos e promover os respectivos cerimoniais, bem como planejar, coordenar e executar programas e projetos de divulgação e promover a cobertura jornalísticas de eventos e solenidades referentes a Unifap; e, ainda, organizar entrevistas e credenciar jornalistas e representantes da imprensa para acesso a solenidades oficiais da UNIFAP.

3.1.8 Auditoria Interna (AUDINT)

A Auditoria Interna tem a competência de acompanhar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual da Unifap, bem como, atuar de forma preventiva, acompanhando a execução dos programas e do orçamento e ainda acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do sistema de controle interno do poder executivo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

3.1.9 Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação é um órgão de atuação autônomo em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na Instituição. A ela compete, dentre outras atribuições, elaborar e executar o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amapá; constituir subcomissões ou grupos de trabalho para desenvolvimento do processo de avaliação; planejar e organizar as atividades da

Comissão, sensibilizando a Comunidade Acadêmica e fornecendo assessoramento aos diversos setores da UNIFAP; elaborar relatórios e pareceres, e sugerir providências as instâncias competentes para tomada de decisões.

3.1.10 Ouvidoria

A Ouvidoria é um órgão que foi instituído para garantir o direito de manifestação do cidadão-usuário acerca dos serviços ofertados pela UNIFAP, através de atendimento de forma presencial e virtual (on-line), à comunidade.

3.1.11 Corregedoria

A Corregedoria é um órgão encarregado das atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades no âmbito desta Universidade, devendo exercê-las com base na Lei, com autonomia e independência, observando a atuação dos servidores integrantes de seu quadro por padrões éticos de imparcialidade, isenção, integridade moral e honestidade.

3.1.12 Pró-Reitorias

As pró-reitorias são órgãos de assessoramento da reitoria e, a Unifap está congregada em 7 destas, abaixo especificadas.

3.1.12.1 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)

Define a política de ensino de graduação da Universidade; coordena os processos para a melhoria da qualidade do ensino; acompanha e avalia permanentemente o ensino de graduação na UNIFAP.

3.1.12.2 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG)

Define a política de pesquisa e pós-graduação da UNIFAP; estimula atividades de pesquisa, com vistas à melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento regional; busca convênios de captação de recursos com entidades nacionais e estrangeiras de fomento à pesquisa; propõe planos de qualificação, capacitação e aperfeiçoamento docente e de atividades de investigação científica, com respectivo orçamento de custos; possibilita condições para a implantação de cursos de pós-graduação.

3.1.12.3 Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC)

Define e coordena a política de extensão e ações comunitárias da Universidade; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP.

3.1.12.4 Pró-Reitoria de Relações Interinstitucionais (PROCRI)

Viabilizar a cooperação técnico-científica nacional e internacional; realizar a interação entre esta Universidade e as instituições de ensino, pesquisa e extensão; estimular a troca de experiências entre professores e alunos da UNIFAP com outros pares das universidades nacionais e internacionais; promover a integração internacional das ofertas de graduação, de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, em todas as áreas do conhecimento; apoiar todos os professores e alunos provenientes de outros países que estejam estudando ou trabalhando na UNIFAP; estabelecer o diálogo com instituições de natureza acadêmica.

3.1.12.5 Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP)

Planejar, coordenar, orientar, promover a execução, acompanhar políticas de Gestão de Pessoas; gerir o sistema de gestão de pessoas no âmbito da UNIFAP; promover as ações estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de Gestão; assessorar o Reitor nos assuntos de gestão de pessoas no âmbito da UNIFAP.

3.1.12.6 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Definir a política de Administração Universidade; supervisionar, coordenar, gerenciar e avaliar as atividades e informações dos níveis decisório, intermediário e operacional; cumprir e fazer cumprir, na sua área de atuação, as disposições do estatuto e do regimento da instituição; elaborar planos, programas e projetos, estudos e propostas que visem a atender às necessidades e ao desenvolvimento da instituição; avaliar a efetividade dos planos, programas, projetos e atividades da UNIFAP; assessorar o Reitor na formulação e na execução da política global de administração; e executar o acompanhamento físico-financeiro dos planos e programas anuais e plurianuais.

3.1.12.7 Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)

Planejar, coordenar e organizar ações com vistas à elaboração do Planejamento Estratégico da Universidade; assessorar na formulação e no acompanhamento de diretrizes e metas para o desenvolvimento didático, científico e administrativo da Universidade; coordenar as atividades de acompanhamento, avaliação e modernização institucional, propondo medidas corretivas ou preventivas quanto ao funcionamento dos canais de comunicação interna, o fluxo de documentos e processos; elaborar, em parceria com os demais órgãos e unidades da Universidade, estudos de racionalização administrativa, de melhoria de processos e de aperfeiçoamento da estrutura organizacional da instituição; promover a captação, atualização, análise, organização e disponibilização de dados institucionais, estatísticas e indicadores de desempenho da instituição; coordenar e assessorar os demais órgãos e unidades da Universidade na formulação e gestão de projetos institucionais. Coordenar a elaboração dos relatórios de gestão, relatório anual de atividades e demais relatórios que sejam julgados relevantes; elaborar e acompanhar o planejamento e controle da matriz orçamentária e de custos; monitorar as ações com vistas à avaliação institucional.

3.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Unidade de Auditoria Interna (Audint) da Unifap está vinculada ao Conselho Diretor (Condir), em atenção ao disposto no Art. 15, §3º do Decreto 3591/2000. A sua atuação tem como instrumento basilar o seu Regimento Interno, reformulado pela unidade e aprovado pelo Condir, conforme a Resolução nº 10, de 09 de junho de 2016 –

CONDIR/UNIFAP. Este normativo está publicado na *homepage* da Unifap, podendo ser acessado por meio do link: <http://www2.unifap.br/audint/legislacao/regimento-interno/>.

Em relação à estrutura de pessoal, a Audint conta com 05 integrantes (Quadro 31), sendo 01 titular, cuja indicação para nomeação foi submetida à CGU após aprovada pelo Condir, nos termos da Portaria-CGU nº 915 de 29 de abril de 2014.

Quadro 31 - Estrutura da Audint

Matrícula Siape	Cargo
2356177	Docente (Contador e Chefe da Auditoria)
1568984	Administrador
2283449	Auditor
2282875	Auditor
2158114	Técnico em Contabilidade

Como uma das ações de fortalecimento da unidade, os servidores lotados na Audint participaram, em 2016, de diversos cursos de capacitação, eventos e fóruns, *in company* ou em outras instituições, relacionados à área de auditoria interna, que proporcionaram o aprimoramento da equipe e a segurança necessária no exercício da função.

Quanto à estratégia de atuação e de fortalecimento da gestão, a Audint apresentou o planejamento das auditorias a serem realizadas no decorrer do ano de 2016, à alta gestão e aos Pró-reitores, e ao final do exercício, a execução com os resultados obtidos por Pró-reitoria, ao mesmo público, assim como, a situação de atendimento.

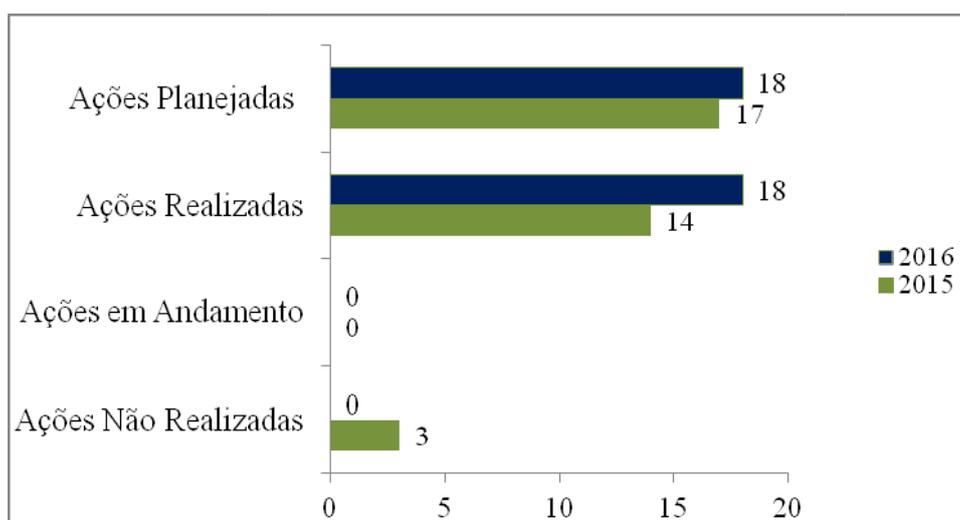
Por recomendação também da Audint foi instituída, pela alta gerência, a Unidade de Controle Interno (UCI), vinculada à Reitoria, a qual é interlocutora junto às unidades administrativas da Unifap no que se refere ao cumprimento das demandas tanto da Audint quanto do TCU e CGU. Ainda não foi alterado o organograma, mas, concretamente, já está em atuação desde junho de 2016. Dessa forma, fica evidente a

segregação de funções entre atividades de competência da Unidade de Auditoria Interna e do Controle Interno.

E, especialmente, no que tange à IN-Conjunta nº 01/2016, que determina a constituição do Comitê Gestor de Risco e a elaboração da Política de Gestão de Risco na Unifap até maio/2017, como ação de assessoramento à gestão a Audint propôs à alta gestão a realização do curso sobre gestão de risco, o qual foi ministrado em agosto/2016, pela UFABC, com a participação de servidores de todas as Pró-reitorias, incluindo seus titulares. Além disso, em março/2017 a Unifap participará com 12 integrantes, do curso promovido pela CGU em Macapá sobre a temática Gestão de Risco com foco no citado normativo.

O desempenho da Audint tem sido verificado no cotejamento entre o número de ações planejadas e as executadas. A Figura 17 revela que em 2016 a unidade teve 100% de efetividade em seu planejamento. Durante o percurso houve necessidade de alguns ajustes, o que é salutar, pois planejamentos devem ser flexíveis a ponto de permitirem eventuais adequações. Houve três ações coincidentes com auditorias realizadas por órgãos de controle, nos mesmos objetos. Assim, foi necessária a substituição por outras, de maneira que o número de ações previstas foi preservado.

Figura 17 - Comparativo entre a execução do Paint/2015 e Paint/2016



Dentre as ações previstas para o ano de 2016 estão algumas previstas em normativos, a exemplo do Paint e Raint e parecer no Relatório de Gestão. No bojo do

planejamento foram realizadas nove auditorias que resultaram, portanto, na produção de nove relatórios e 73 (setenta e três) recomendações (Quadro 32).

Quadro 32 - Situação do atendimento das recomendações emitidas pela Audint em 2016

Recomendações					
Unidades	Emitidas	Situação			
		Atendidas	Ainda no prazo	Não atendidas	Em andamento
Proeac	7	1	0	3	3
Reitoria	3	2	0	0	1
Progep	13	12	0	0	1
Proad	32	4	0	23	5
Proplan	6	0	6	0	0
Prograd	12	6	0	0	6
Total	73	25	6	26	16

Os dados mostram que o maior número de recomendações foi imputado à Pró-Reitoria de Administração e, analisando os relatórios, verificou-se que se referem à execução contratual e gestão do patrimônio imobiliário. Nestes casos, as recomendações preponderaram sobre os controles internos administrativos que, de acordo com os relatórios da Audint, denotam elevada fragilidade e submetem essas atividades à situação de risco iminente. Segundo a Audint, essas recomendações estão em grande parte sem atendimento e, portanto, sem respostas positivas às suas orientações para melhoria. Quando a unidade justifica o não atendimento, há indicativos de futuro para atendimento, inclusive para demandas que não requerem elevado esforço de qualquer natureza. Por conta dessa situação, a alta gestão foi notificada por meio da Nota de Auditoria nº 03/2016, a tomar as devidas providências.

Há que se destacar, também, a auditoria realizada em atividades finalísticas, envolvendo cursos de Graduação no que tange, sobretudo, à composição e comprovação de carga horária, envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão, além de exames nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) para verificação quanto à abordagem acerca dos componentes curriculares exigidos em normativos. Nesta auditoria foram constatadas, dentre outras: carga horária mínima e máxima não cumprida; horas para projetos de extensão e de pesquisa computados nos Planos Individuais de Atividades Docentes (PAID) sem o devido registro nas Pró-Reitorias correspondentes; e, componentes curriculares não contemplados nos PPC como, por exemplo, o Núcleo Docente

estruturante (NDE). A Pró-Reitoria de Graduação está providenciando as correções nos desajustes apontados pela Audint.

Em todas as auditorias realizadas, a Audint constatou que os controles internos administrativos permanecem frágeis ou inexistentes, da mesma forma que no exercício de 2015. É notório que devido a essa fragilidade as unidades estão sujeitas à elevado grau de fragilidade, implicando em riscos à Instituição. Nos relatórios produzidos pela Audint há frequentes recomendações para o equacionamento dessa fragilidade. Em resposta a esse aspecto, a unidade de Controle Interno (UCI) está incumbida de fazer gestão junto às unidades auditadas, colaborando na elaboração de controles internos para que, no ano de 2017, essa pendência seja sanada.

Ressalte-se que a alta gerência toma conhecimento de todas as recomendações prescritas pela Audint, por meio do recebimento dos relatórios conclusivos de cada auditoria realizada, os quais também são enviados às unidades auditadas, à Controladoria Geral da União (CGU) via e-mail, além de serem postados na *homepage* da unidade (http://www2.unifap.br/audint/auditorias/auditoria_2016/) para consulta pública. Nesses relatórios, costuma-se associar a causa da ocorrência, aos riscos de sua manutenção.

É importante salientar que, no ano de 2016, os monitoramentos das recomendações internas e do TCU (Quadro 33) foram realizados de forma manual, por meio de planos de providências permanente (PPP) elaborados em excel, pela Audint, devido ainda não haver sistema automatizado para esse fim.

Quadro 33 - Monitoramento das demandas do TCU

Documento	Determinações emitidas	Situação			Observação
		Atendidas	Em andamento	Não atendidas	
Acórdão 100/2015; Acórdão 2589/2015 (ref. Acórdão 100/2015)	10	3	4	3	-
Acórdão 1626/2012, reiterado pelo Acórdão 1409/2015	2	1	-	1	-
Ofício 0088/2016	1	11	6	-	A determinação se refere a 17 docentes com DE que integram o quadro de sociedades privadas.
	1	10	1	-	A determinação se refere a 11 docentes com DE que exercem atividades como empresários individuais.
	1	3	16	-	A determinação se refere a 19 docentes com DE com outros vínculos.
	1	4	3	-	A determinação se refere a 7 docentes com DE que exercem atividades advocatícias.
Acórdão 2911/2016	5	4	-	1	-
Acórdão 2350/2016	20	-	20	-	-

Fonte: Audint/2017

Está em fase experimental o módulo “Auditoria e Controle Interno”, hospedado no Sistema de Gestão Integrado (SIG) em funcionamento na Unifap. De acordo com a descrição do fornecedor este módulo permitirá registrar demandas da Audint e o cadastramento das notificações, constatações e recomendações do TCU e da CGU, além da verificação do *status* das providências tomadas. Há expectativa de que esse sistema contribua pra que o monitoramento do atendimento das recomendações internas e as emanadas dos órgãos de controle sejam 100% realizadas de forma automatizada e que disponha de recursos práticos que facilitem a visualização das providências tomadas e da situação de atendimento.

No caso das demandas da CGU, o monitoramento foi realizado através do Sistema Monitor daquele órgão, cujo resultado pode ser visualizado no Quadro 34.

Quadro 34 - Monitoramento das demandas da CGU

Unidade Gestora	Recomendações				Rec. em Monitoramento		Rec. providências do Gestor	
	Atendidas	Canceladas	Em monitoramento	Outras situações	Em análise pela CGU	Para Providências do Gestor	No Prazo	Prazo Expirado
Unifap	141	15	27	7	1	26	26	0

Fonte: Sistema Monitor da CGU (Jan/2017)

Desde 2015 a equipe da Audint tem realizado o monitoramento das recomendações de forma contínua e atenta aos prazos e os resultados tem sido positivos,

como revelam os dados. No quadro acima consta que, dentre as recomendações emanadas da CGU, sobretudo no exercício de 2016, há somente 27 em monitoramento, sendo que 26 ainda estão no prazo para atendimento, o que ratifica o esforço da alta gestão em equacionar pendências apontadas nas três instâncias.

Em relação às recomendações emitidas e com prazos vencidos, após as reiteraões junto às unidades auditadas, é importante mencionar que a Audint comunica a alta gestão por meio de notificações de auditorias (NA), para que tomem as providências e enviem respostas sobre as pendências.

Importa relatar, que alguns desdobramentos dos trabalhos de auditorias resultaram em novas Resoluções, Ordens de Serviço, cartilhas, dentre outros, para normatizar a execução de ações que estavam sem amparo legal, e que foram apontadas nas auditorias realizadas.

É importante frisar que, os trabalhos realizados, em 2016, tiveram caráter orientativo, preventivo e corretivo, com foco na melhoria dos processos administrativos como forma de fortalecer a gestão e se manter alinhado às diretrizes delineada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)/UNIFAP vigente. Para que se trilhasse essa linha de atuação, o apoio do Condir ao fortalecimento da Audint tem sido fundamental para que a unidade atue com autonomia, imparcialidade e tranquilidade.

A Audint está, continuamente, melhorando seus controles internos, a exemplo do mapeamento de seus processos, os quais foram escritos, desenhados em fluxogramas e vigentes desde julho de 2016, podendo ser acessados por meio do endereço <http://www2.unifap.br/audint/>. Nesse endereço também estão postados todos os relatórios de auditoria – exercício 2016, o Paint, o Raint, dentre outros, para fins de consulta pública.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A UNIFAP, em 2012 instituiu a Coordenação das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e de Sindicância por meio da Portaria nº 136/2012, cujo primeiro Gestor foi designado pela Portaria nº 0798/2012, para atuar como Coordenador, orientador, bem como acompanhar todas as comissões de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da UNIFAP.

Em junho de 2015, o CONSU aprovou a Resolução nº 016/2015, que instituiu na estrutura organizacional da Universidade Federal do Amapá a Corregedoria como Unidade Seccional de Correição, nos termos do Decreto nº 5.480/2005. No entanto, essa Resolução sofreu algumas alterações por meio da Resolução nº 020/2016/CONSU-UNIFAP na perspectiva de normatizar as ações da Corregedoria na Universidade.

Com base na referida Resolução a Corregedoria em 2016 recebeu 44 denúncias e/ou constatações de supostas irregularidades (Relatório Anual de Atividades – 2016/Anexo V.1- Procedimentos Instaurados). Desse montante, apenas 13 foram instaurados Processos Administrativos Disciplinares, dos quais 03 foram Sindicância e 10 Processos Administrativos Disciplinares (PAD), onde 08 Procedimentos Ordinários e 02. Procedimentos Sumários, com exceção, os demais foram cadastrados no Sistema de Gestão de processos disciplinares (CGU-PAD).

Apesar das várias mudanças de Corregedor na Unidade Seccional de Correição, 04 em um ano, pode-se dizer que em 2016 a Corregedoria registrou alguns avanços como a elaboração de um fluxograma visando ordenar – mesmo que provisoriamente – a movimentação dos processos administrativos disciplinares, bem como palestras realizadas para servidores do Campus Binacional e Campus Mazagão.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

A UNIFAP está em fase de implementação de uma política relacionadas a gestão de riscos conforme a Instrução Normativa Nº 01 MP/CGU de 10 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União Nº 88 de 11 de maio de 2016. Neste sentido, algumas iniciativas, conduzidas pela Pró-Reitoria de Planejamento e Auditoria Interna, já estão em andamento para dar suporte à utilização adequada e eficiente do modelo de gestão de riscos, a exemplo do melhoramento do volume e da capilaridade do mapeamento dos processos institucionais (Projeto POP), além da melhoria das ferramentas de planejamento atrelado a indicadores, com uso do método *balanced scorecard*.

Por conta do não atendimento às recomendações do relatório da Audint, a administração foi notificada através da Nota de Auditoria 03/2016 a tomar as devidas providências:

- 1- Com auxílios de várias ferramentas, a análise ficou mais cuidadosa no ingresso

- de servidores;
- 2- Com uma margem de prazo na homologação da folha são analisados e corrigidos os lançamentos da Folha de pagamento;
 - 3- No sistema SIGRH ferramenta pelo qual se pode entregar a Declaração de Acumulação ou não de Cargos dos Servidores;
 - 4- Necessita-se de uma uniformização de métodos e critérios de contabilização de bens imóveis, bem como administração do Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União;
 - 5- O uso dos imóveis necessita-se de acompanhamento para atender as legislações de segurança patrimonial
 - 6 Despesas não previstas podem prejudicar o funcionamento das atividades da IFES
 - 8 Investimento em sistema específico a fim de eliminar desperdícios;
 - 9 Capacitação dos servidores responsáveis pelo Planejamento Operacional Padrão (POP).

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Esta seção contempla informações sobre gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação, critérios de sustentabilidade ambiental, além dos fundos e programas geridos por esta UPC. Ela tem por finalidade dar melhor compreensão sobre aspectos da estrutura e organizacional da Unifap, que a direcione para atingir os objetivos.

4.1 Gestão de pessoas

Esta sessão trata da estrutura de pessoal da UNIFAP em geral, focando a força de trabalho por tipologia dos cargos, a autorizada e a efetiva, bem como os ingressos e egressos e os servidores lotados na área meio e área fim; e os servidores cargos de comissões e funções gratificadas, como também as ações de capacitação e treinamento, e ainda, as despesas com pessoal.

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro 35, referente à força de trabalho da Unifap no ano de 2016, apresenta o perfil dos servidores da UNIFAP no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Quadro 35 - Força de Trabalho da UNIFAP em 2016

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.186	1.127	115	33
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.186	1.127	115	33
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1.107	113	28
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	01	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	04	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	15	0	03
2. Servidores com Contratos Temporários	0	44	29	10
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.186	1.171	144	43

Fonte: PROGEP/SIAPE

No item 1 – consideramos as vagas autorizadas e efetivas disponíveis no sistema SIAPE, bem como os ingressantes por meio de concurso público, considerando ainda um servidor em excedente de lotação.

No item 1.2.1 – os egressos no exercício foram considerados os servidores do quadro efetivo, sendo; 16 exonerações e vacâncias por posse em cargo inacumulável, 08 aposentados, 1 demitido e 03 falecidos.

No item 1.2.2 - foi considerado servidor da carreira descentralizada da AGU em exercício na UNIFAP.

No item 1.2.3 - foram considerados os servidores de outras IFES que estão com lotação provisória e colaboração técnica na UNIFAP, sendo 02 ingressantes e 02 que retornaram ao seu órgão de origem;

No item 1.2.4 - foram considerados os servidores que pertencem ao quadro do Ex Território Federal do Amapá que desenvolvem suas atividades laborais nesta IFES

com base no § 7º do Artigo 93, da Lei 8.112/90; sendo que 03 retornaram para o órgão de origem.

No item 2 foram considerados os Professores Substitutos com base na Lei nº 8.745/1993;

No item 3, a UNIFAP considera sem vínculos os acadêmicos residentes médicos e multiprofissionais, por isso não foram contabilizados no cálculo;

No item 4 consideramos a soma de todos os servidores do quadro efetivo, carreira descentralizada (AGU), os servidores com colaboração técnica e lotação provisória na IFES, os servidores requisitados do Ex Território e professores substitutos.

2. O Quadro 36 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 36 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	434	693
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	434	693
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	415	692
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	03	01
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	44
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	434	737

FONTE: PROGEP

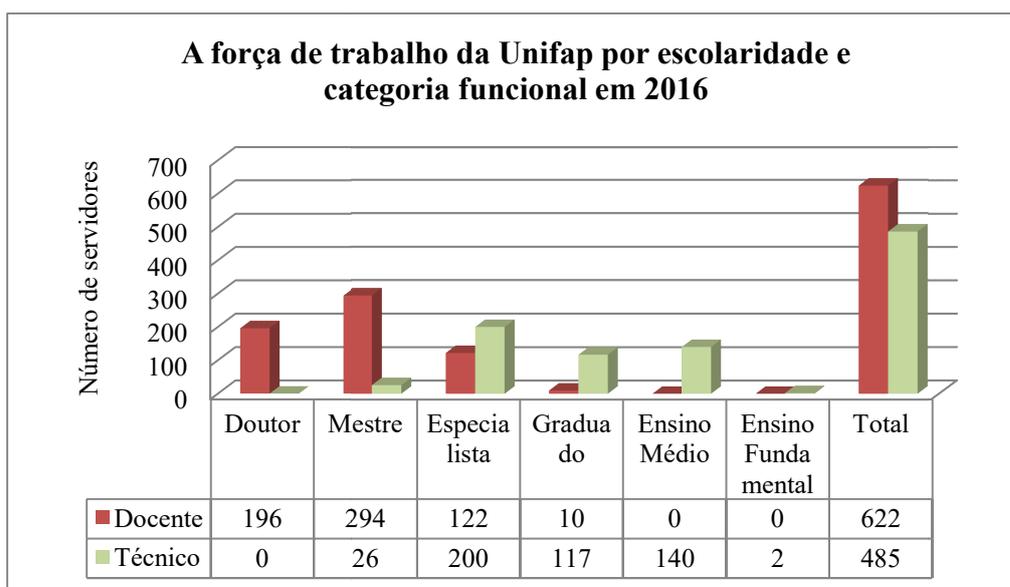
De acordo com a PROGEP, em 2016, a UNIFAP possuía em seu quadro efetivo 1.171 (mil cento e setenta e um); destes, 1.107 (mil, cento e sete) servidores são servidores de carreira vinculados ao órgão, enquanto em 2015 este número era de 960 (novecentos e sessenta). Portanto, atualmente são 147 (cento e quarenta e sete) servidores a mais em relação a 2015, conforme Figura 18.

Dos 1.171 (mil, cento e setenta e um) servidores, 1.107 (mil cento e sete) são servidores de carreira distribuídos em dois segmentos (meio e fim). Dos servidores de carreira, 622 (seiscentos e vinte e dois) são docentes e 485 (quatrocentos e oitenta e cinco) técnicos administrativos, conforme Figura 18.

Dos 622 (seiscentos e vinte e dois) docentes, 196 (cento e noventa e seis) são doutores, 294 (duzentos e noventa e quatro) mestres, 122 (cento e vinte e dois) especialistas e 10 (dez) graduados. Em relação aos técnicos-administrativos, a UNIFAP contava em 2016 com 485 (quatrocentos e oitenta e cinco), dos quais 26 (vinte e seis) são mestres, 200 (duzentos) especialistas, 117 (cento e dezessete) graduados, 140 (cento e quarenta) ensino médio e 02 (dois) com ensino fundamental – demonstrados na Figura 19.

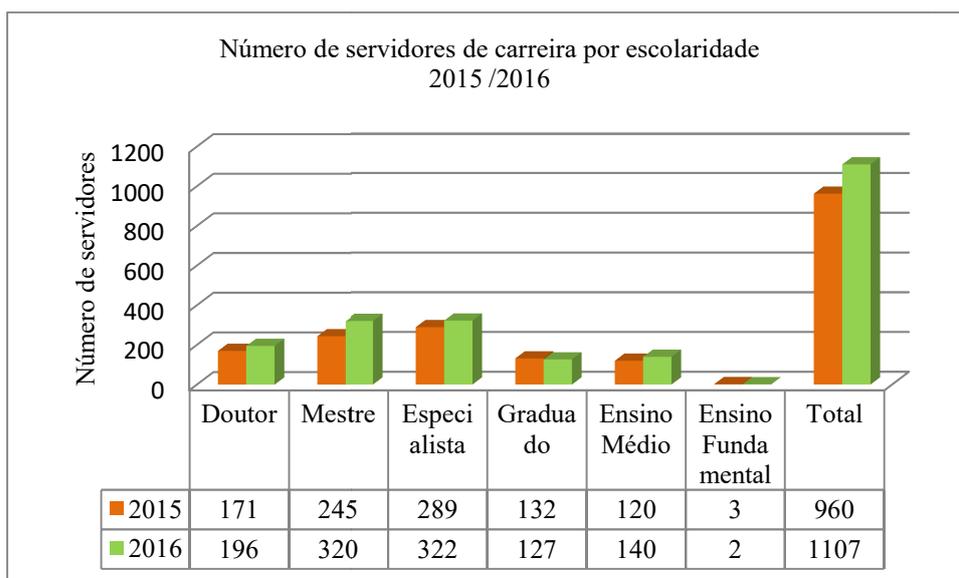
A Figura 19 mostra que o nível de escolaridade (Doutorado, Mestrado e Especialista) dos servidores, principalmente dos docentes, em 2016 aumentou em relação a 2015. Desses três níveis de escolaridade junto aos técnicos, ainda é muita tímida, haja vista, que no nível de Doutorado não há registro dessa escolaridade junto aos técnicos em 2016, enquanto que com Mestrado foram 26 (vinte e seis) e Especialistas 200 (duzentos), o que mostra a necessidade de se investir nesta categoria para que haja equilíbrio em termos de conhecimentos entre as duas categorias existentes na Universidade.

Figura 18 - Força de trabalho da Unifap por escolaridade e categoria funcional



Fonte: PROGEP

Figura 19 - Número de servidores de carreira por escolaridade 2015-2016



Fonte: PROGEP

No que diz respeito à capacitação dos técnicos-administrativos foram oferecidos cursos em duas modalidades: na própria Universidade e em outros estados. Cabendo ressaltar que as capacitações ofertadas na própria Universidade oportunizam a participação de um número maior de servidores, o que gera um menor custo. Nesse sentido, foram oferecidos 40 (quarenta) cursos nas diversas áreas de conhecimento, com a participação de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) servidores.

A capacitação visa qualificar o servidor para o desempenho de suas atividades, bem como promover a progressão funcional por capacitação ao servidor que realizá-la de forma compatível com o cargo ocupado, ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitando o interstício de 18 (dezoito) meses, conforme o disposto da do PCCTAE Lei nº 11.091 de 12 de janeiro de 2005.

Quadro 37 - Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	38	38	16	16
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	38	16	16
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	38	38	16	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	174	155	70	67
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	174	154	70	67

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	01	0	01
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	212	193	86	83

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Este item tem por finalidade informar sobre as principais rubricas de despesas com o pessoal, representadas no Quadro 38, abaixo.

No exercício de 2016, foram consideradas as seguintes despesas:

Quadro 38 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencime ntos e Vantage ns Fixas	Despesas Variáveis						Despes as de Exercí os Anterio res	Decisõ es Judicia is	Total	
		Retribuiç ões	Gratifica ções	Adicion ais	Indeniza ções	Benefícios Assistencia is e Previdenci ários	Demais Despesa s Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício s	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercício s	2016	76.537.02 3,29	3.157.991, 76	10.968.30 0,20	3.245.04 4,47	6.753.509, 60	951.381,31	240.060,2 2	455.618, 94	397.207 ,84	102.706.13 7,63
	2015	43.349.90 2,95	2.855.256, 45	26.528.46 4,71	4.076.10 5,23	4.0366.36 3,04	2.088.023,57	19.465.61 2,68	199.197, 06	458.328 ,64	103.387.25 4,33
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercício s	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício s	2016	2.181.867, 39	0	0	0	0	0	0	0	0	2.181.867, 39
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercício s	2016	285.773,2 1	0	40.208,20	7.946,68	17.705,49	14.865,76	3.090,00	5.519,37	0	375.118,71
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercício s	2016	1.322.977, 94	0	159.338,0 3	12.236,7 0	185.071,8 4	0	0	0	0	1.679,624, 51
	2015	327.930,1 8	0	29.150,80	39.707,3 4	38.418,27	0	0	0	0	435.206,59

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

No exercício de 2016, foram consideradas as seguintes despesas:

- Retribuições – Gratificação por exercício de cargo em comissão/Gratificação por exercício em funções comissionada/Substituições
- Gratificações – Gratificação por exercício de cargo

efetivo/Gratificação por encargo de cursos e concursos/13º

salário

- Adicionais – Férias/Gratificação por tempo de serviço/adicional de insalubridade/Adicional de localização/Férias vencidas e proporcionais/Antecipação de férias
- Indenizações – Auxílio alimentação/Auxílio Creche/Auxílio transporte/Ajuda de Custo
- Benefícios Assistenciais e Previdenciários – Abono de permanência/Ressarcimento a assistência médica e odontológica/Auxílio Natalidade.

Demais despesas variáveis – Contribuição Patronal para RPPS/Proventos/Pensões//Incorporações.

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

I A análise de acumulação de cargos na admissão de servidores se tornou mais criteriosa pela UNIFAP, pois com a implantação do site Portal da Transparência do GEA e PMM, conseguimos reduzir significativamente as supostas irregularidades de acúmulo de cargos já no ingresso.

II Durante a homologação da Folha de Pagamento, esta Unidade analisa e corrige os lançamentos cadastrais e financeiros, evitando lançamentos, conforme determina o Comunica geral nº 548773, transmitido em 12/12/2011 pelo MPOG.

III Em atendimento a recomendação da Controladoria Regional da União no Estado do Amapá, esta IFES instituiu atos de controles internos referentes à Gestão de Pessoas. Desse modo, em 25 de fevereiro de 2016 publicamos a Ordem de Serviço nº 01/2016, a qual Institui a entrega anual de declarações de acumulação ou não acumulação de cargos, empregos e funções públicas pelos servidores da Instituição. Nesse sentido, com a implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), no módulo “financeiro”, passamos a utilizar o referido sistema para receptionar as informações prestadas pelos servidores.

IV Com base no Art. 98 da Lei 8.112/90, em setembro de 2016, publicamos a Ordem de Serviço nº 003/2016, visando estabelecer critérios e procedimentos sobre Concessão de horário especial a servidor-estudante e horário especial para servidor portador de deficiência no âmbito da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e estagiários

A contratação de estagiários está baseada nas Leis n.º 9.394/1996 e 11.788/2008 e tem como finalidade oferecer ao acadêmico a oportunidade de desenvolver suas habilidades administrativas e acadêmicas, a partir do perfil do curso, além de integrar ao mercado de trabalho e à convivência humana no contexto das relações entre a formação acadêmica e o mundo profissional. Desse modo, em 2016 a UNIFAP contou com a colaboração de 22 (vinte e dois) estagiários.

4.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Neste item não há nada a declarar, vez que a instituição não firmou contratação com consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no exercício de 2016.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Neste item, a instituição apresentará uma visão gerencial da sua infraestrutura patrimonial e suficiência, com vistas a responder às necessidades da missão institucional.

4.2.1 Gestão da Frota de Veículos

A gestão da frota de veículos automotores de propriedade da UNIFAP segue as orientações da Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e, dá outras providências, bem como, o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Lei nº 9.327/96 que dispõe sobre a condução de veículos oficial, e ainda, da Ordem Serviço 002/2008-PROAP/UNIFAP de 04/01/2008 que regulamenta uso da frota de veículo no âmbito da Universidade.

O Setor de Transporte está vinculado ao Departamento de Administração Geral - DEPAG, sendo os responsáveis pelo gerenciamento da frota de veículos na Universidade, auxiliando nas atividades administrativas, tais como, circulação de

materiais, de pessoas, documentos e informações, atuando também nas atividades acadêmicas, como, aulas de campo, ações de extensão, projetos de pesquisas e outras demandas de interesse da Instituição e dos cursos. Além, do Campus Marco Zero, há também as unidades administrativas dos demais Campi: Binacional que fica a 600 km da sede, Santana distante 30 km e Mazagão a 70 km, todos em pleno funcionamento, onde o Setor de Transporte também atua no gerenciamento e manutenção da frota.

Para atender as demandas institucionais, a Universidade atualmente, conta com uma frota composta de 34 (trinta e quatro) veículos terrestres automotores, 01 (um) Trator Agrícola e 05 (cinco) veículos automotores marítimos. A frota de veículos automotores terrestres com a idade média de 8 (oito) anos, onde 33% têm mais de 10(dez) anos, 39% têm entre 9(nove) e 6(seis) anos e 30% estão entre 5 (cinco) e 2 (dois) anos. Considera-se que 18% da frota tornaram-se antieconômica, portanto, em processo de avaliação pela Comissão de Baixa de Veículos, conforme Portaria Nº 0351/2017. Em relação ao porte temos: 24% de pequeno porte, como: Veículos de passeio; 50% de porte médio, compreendendo: caminhonetes e vans e micro-ônibus; 26% considerados de grande porte: ônibus e caminhões.

Destaca-se a aquisição em 2016 de e um caminhão 3/4 usado, recebido através de doação do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá e 01 (um) veículo, ônibus rodoviário executivo Comil Campione, adaptado para severas condições das estradas do interior do estado, com objetivo de atender as demandas do Curso de Geografia e demais cursos que realizam atividades de campo. Parte do recurso, aproximadamente 50%, foi capitado por meio de emenda parlamentar e o restante custeado com recursos de manutenção da Ifes.

No que tange aos custos com manutenção e reposição de peças em geral, em 2016, gerou-se um custo de R\$ 141.246,57 (cento e quarenta e um mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) em manutenção preventiva e corretiva.

Pertinentes a 240.712 (duzentos e quarenta mil, setecentos e doze) quilômetros rodados pela frota terrestre de janeiro a dezembro de 2016. O valor corresponde ao consumo até o fechamento do exercício utilizado pela frota, com combustível, incluindo carros, geradores e outros foram de aproximadamente R\$ 190.328,89 (cento e noventa mil, trezentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos), referente ao consumo de 47.665 (quarenta e sete mil, seiscentos e sessenta e cinco) litros de óleo diesel, 7.780 (sete mil, setecentos e oitenta) litros de gasolina e 1.600 (mil e seiscentos) litros de lubrificantes, conforme o Quadro 39.

Quadro 39 - Consumo de combustível em litros

COMBUSTÍVEL	UNIDADE	QUANTIDADE
Óleo Diesel S-10	Litros	13.894
Óleo Diesel S-500	Litros	33.771
Gasolina Comum	Litros	7.780
Lubrificante Arla 32	Litros*	1.600

* 80 Bombonas de 20 litros cada.

O Setor de Transporte também dispõe de mecanismo de controle de deslocamento com dados de saída, quilometragem, consumo, manutenção e percurso registrado em um formulário de autorização de serviços numerado para cada carro. Ressaltamos que esta Instituição não possui em sua frota veículos contratados de terceiros, como também não dispõe de um plano específico de substituição de veículos.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis

A Universidade segue ao disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA 205/1988-SEDAP, bem como o Decreto 99.658/1990 no que diz respeito aos veículos inservíveis ou fora de uso. Para essa atividade a instituição designa uma comissão composta por 03 servidores para realizar a verificação dos veículos passíveis de baixa patrimonial, conforme a seguir procedimentos:

- Identificação e Avaliação dos veículos inservíveis/fora de uso pela comissão de baixa;
- Relatório da comissão de baixa sugerindo a destinação dos veículos, de acordo com os respectivos estados dos mesmos, podendo resultar em recuperação, venda, doação;
- Encaminhamento ao Setor de Transportes para manifestação em caso de recuperação;
- Encaminhamento à Reitoria para autorização de alienação, caso a sugestão seja venda/doação;
- Elaboração de Edital de venda/doação;
- Baixa patrimonial;
- Entrega do veículo ao comprador/donatário.

Neste sentido foi instituída a Comissão Permanente de Baixa de Veículos,

Portaria nº 0351/2017, composta por 03 servidores para realizar a verificação dos veículos passíveis de baixa patrimonial.

Dos 34 veículos oficiais, a Comissão constatou a existência de 05 veículos oficiais não mais servíveis, segundo levantamento realizado recentemente, utilizando-se como parâmetros o ano de fabricação, desgaste físico e custo de manutenção, visando minimizar as despesas e garantir a segurança das pessoas transportadas.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A gestão patrimonial dos bens imóveis da UNIFAP está descentralizada em várias Unidades da Pró-Reitoria de Administração - PROAD, de acordo com suas atribuições. Assim, compete à Prefeitura do Campus: Manter suas edificações e espaços livres, bem como elaborar o plano anual de trabalho para pequenas obras e serviços necessários à manutenção, reparo, conservação e limpeza dos imóveis da Universidade; fornecer à Gestão Superior informações que forem necessárias para subsidiar o plano de expansão física dos Campi; garantir condições de infraestrutura na UNIFAP às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida.

Cabe ainda à Prefeitura com o apoio do Departamento de Administração Geral – DEPAG/Setor de Patrimônio reunir os elementos necessários à regularidade dos seus domínios e lançamento no SPIUNET; os registros contábeis das receitas e despesas oriundas da administração e gestão dos imóveis cabem ao Departamento de Finanças - DEFIN.

Para a normatização e padronização de procedimentos de gestão de imóveis está sendo desenvolvido – o Procedimento Operacional Padrão (POP) pela Divisão de Estrutura e Processos Organizacionais - DIESPO em conjunto com o DEPAG, Prefeitura e DEFIN. Com este procedimento a gestão patrimonial terá o controle quanto a sua regularização cartorial; avaliação; cadastro SPIUnet; reavaliação; e a incorporação de obras e benfeitorias.

Atualmente a Instituição conta com 11 (onze) imóveis próprios distribuídos pelos diversos municípios do Estado, destes, 03 (três) ainda estão em processo de regularização e avaliação patrimonial para registro no SPIUnet, são os localizados nos municípios de Calçoene, Cutias e Tartarugalzinho, conforme quadro nº 40.

Quadro 40 - Distribuição dos imóveis por localização e registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet

Município	Quantidade imóvel	RIP – Regularização Imobiliária Predial	Valor do imóvel (R\$)	SPIUnet (Validade Avaliação)
Calçoene	1	N/C*	-	-
Cutias	1	N/C*	-	-
Tartarugalzinho	1	N/C*	-	-
Amapá	1	0601.00067.500-4	260.000,00	04/12/2009
Macapá	1	0605.00195.500-3	260.372.827,30	19/08/2003
Mazagão	1	0607.00013.500-9	1.004.625,00	04/11/2015
Oiapoque	1	0609.00041.500-8	2.876.545,66	02/12/2004
Oiapoque	1	0609.00044.500-4	10.924,36	06/07/2014
Laranjal do Jarí	1	0613.00008.500-6	46.200,00	19/09/2003
Santana	1	0615.00058.500-5	266.600,00	24/03/2005
Porto Grande	1	0671.00009.500-9	420.000,00	04/12/2010

*Imóvel não cadastrado no SPIUnet

No que tange as despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativas aos imóveis. As demandas dos serviços de manutenção se apresentaram por duas vias. A primeira pelo levantamento feito por meio da avaliação diagnóstica, realizada pela Proplan na dimensão de infraestrutura sobre a qualidade dos espaços destinados aos cursos de graduação e a segunda pelo mapeamento das solicitações da comunidade da UNIFAP, no exercício de 2016 através do SIGU (Sistema Integrado de Gestão Universitária).

Estas demandas são utilizadas como base de cálculo dos indicadores de desempenho da Divisão de Manutenção da Prefeitura, os quais visam avaliar a evolução no atendimento das requisições das atividades dos contratos de manutenção terceirizados.

A UNIFAP dispõe de contratos de serviços de manutenção predial com as seguintes empresas: Ribeiro & Florencio Serviços Ltda-Me (construção civil); Eletrofrios Ltda-ME (refrigeração), Abrasse Empreendimentos Ltda-EPP (construção civil) e Eletroservice Comércio e Engenharia Ltda-EPP (serviços elétricos). O total de demandas de serviços de manutenção segue apresentado no Quadro 41 abaixo, com seu respectivo status:

Quadro 41 - Chamados de manutenção abertos através do SIGU

TIPO DE SERVIÇO	STATUS	Total
SERVIÇOS ELÉTRICOS	Encerrado	488

	Pendente	345
REFRIGERAÇÃO	Encerrado	329
	Pendente	186
CONSTRUÇÃO CIVIL	Encerrado	284
	Pendente	169
Total Geral		1.692

Fonte: Divisão de Manutenção- DIMANUT

Ainda não foi possível contabilizar os valores das despesas de manutenção e reformas em detalhe referente a cada unidade administrativa. No entanto encontra-se em planejamento o fluxo das rotinas necessárias para se mapear essas despesas nas diversas unidades responsáveis pelo processo de avaliação imobiliária.

O montante dos serviços de manutenção executados em 2016 utilizou o valor de R\$ 667.599,04 (seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e quatro centavos), abrangendo os serviços elétricos, refrigeração e construção civil, conforme Quadro nº 42, a seguir.

Quadro 42 - Faturamento/Serviço

FATURAMENTO POR TIPO DE SERVIÇO – Exercício de 2016*				
Mês	Construção civil	Serviços elétricos	Refrigeração	Total
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	23.753,10	12.747,10	36.500,20
ABRIL	-	-	23.231,30	23.231,30
MAIO	105.231,31	15.739,00	-	120.970,31
JUNHO	2.241,95	53.593,45	-	55.835,40
JULHO	45.041,61	71.247,99	14.172,70	130.462,30
AGOSTO	12.721,74	-	36.045,90	48.767,64
SETEMBRO	12.097,44	19.833,84	-	31.931,28
OUTUBRO	56.386,03	13.816,30	-	70.202,33
NOVEMBRO	26.804,20	15.342,50	51.658,70	93.805,40
DEZEMBRO	10.416,43	45.476,45	-	55.892,88
TOTAL	270.940,71	258.802,63	137.855,70	667.599,04

Fonte: Divisão de Manutenção- DIMANUT

*Dados registrados a partir da assinatura dos contratos de manutenção vigentes em 2016.

Os registros contábeis para liquidação das despesas de manutenção, realizados nos imóveis da Unifap, são processados pelo Departamento de Finanças - DEFIN, através dos lançamentos nos sistemas SIASG/SIAFI, com a classificação orçamentária - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS, com a Variação Patrimonial Diminutiva - SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO TÉCNICO,

com base nas informações contidas nos processos de pagamento, de acordo com as faturas e cronogramas de medições apresentadas pelas empresas à Divisão de Manutenção. Ressalte-se que a qualidade e atesto dos serviços são certificados por comissão de fiscalização designada através de portaria.

No que tange aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los, Os riscos relacionados aos imóveis da Unifap parte da necessidade de uniformização dos métodos e critérios de contabilização dos bens imóveis, bem como a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, de acordo com a legislação vigente.

Outros riscos envolvidos estão relacionados ao uso dos imóveis, que dependem de acompanhamento das atualizações feitas para atender às demandas acadêmicas, das legislações de segurança patrimonial, das adequações para acessibilidade e normas de saúde pública, as quais exigem maiores gastos com infraestrutura dentro da Universidade. Além disso, o impacto da depreciação dos valores dos imóveis, decorrente do uso destes, torna necessária a identificação, priorização e o financiamento das necessidades de manutenção, evitando assim a ocorrência de sinistros aos usuários e ao patrimônio. Para esse atendimento a UNIFAP também realiza serviços de manutenção corretivas das edificações de sua propriedade.

A UNIFAP também está sujeita a ocorrências de furtos, perdas, roubos ou danos aos seus bens, o que pode ocasionar prejuízos ao andamento das atividades acadêmicas e na restituição de bens, acarretando despesas não previstas.

Quanto aos controles dos riscos na gestão dos imóveis, a fim de mitigá-los e/ou reduzi-los, são realizados serviços de melhorias na iluminação, contratos de segurança, e mais recentemente, investimento em sistema de CTFV - em planejamento para instalação breve. Essas ações têm reduzido casos de furtos e outros.

Outros fatores determinantes de mitigação dos riscos são os treinamentos aos servidores que irão avaliar os bens imóveis e a implantação do Planejamento Operacional Padrão (POP), o qual estabelecerá os procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização e reavaliação dos imóveis da Instituição em consonância com as demais unidades envolvidas no processo, entre as quais destacamos DEPAG, DEFIN e PREFEITURA.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Informação sobre a ocorrência dos atos de formalização de cessão dos imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, conforme Quadros 43 a 50.

No que tange aos benefícios recebidos pela cessão de espaços são manutenção e melhorias das instalações e adequações nos espaços físicos.

A contabilização dos recursos oriundos das receitas de aluguéis é realizada através dos recebimentos das Guias de Recolhimentos da União – GRU, que são contabilizadas automaticamente no momento do recebimento da GRU, na Conta de Receitas Realizadas na fonte “Recursos Próprios”.

Quadro 43 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0601.00067.500-4
	Endereço	Ramal da Bacabinha, 450 – Quadra 17 – Setor 01- Amapá-AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.989.116/0001-19
	Nome ou Razão Social	Município de Amapá
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ensino
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escola Municipal Maria Elisa
	Prazo da Cessão	31/07/2015 a 31/07/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem Ônus
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica

Fonte: DICONT/UNIFAP - FEV/2017

Quadro 44 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0613.00008.500-6
	Endereço	Av. Mazagão, 105 - Bairro Castanheira - Laranjal do Jari-AP

Identificação do Cessionário	CNPJ	23.066.905/0001-60
	Nome ou Razão Social	Município de Laranjal de Jari
	Atividade ou Ramo de Atuação	Ensino
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Escola Municipal de Ensino Fundamental Teresinha Queiroga de Souza
	Prazo da Cessão	Fev/2015 a Dez/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de 4 (quatro) salas de aula
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Sem ônus
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não se Aplica.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não se Aplica
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não se Aplica	

Fonte: **DICONT/UNIFAP - FEV/2017**

Quadro 45 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, km 2, Jardim Marco Zero - Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.744.520/0001-90
	Nome ou Razão Social	EMPRESA JOELSOM PIMENTEL DOS
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de produção e fornecimento de refeições de baixo custo, com qualidade e nutricionalmente balanceadas (café da manhã, almoço e jantar).
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico nº 048/2015
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de Espaço físico para funcionamento do Restaurante Universitário - RU
	Prazo da Cessão	18/11/2015 a 05/05/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de Espaço físico para funcionamento do Restaurante Universitário - RU
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.218,00 (Quatro mil, duzentos e dezoito reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A contabilização é realizada através das Guias de Recolhimentos da União - GRU com o código 28802-2, que contabilizam automaticamente na Conta de Receitas Realizadas na fonte (0250000000) – Recursos Próprios.
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Resposta da Proplan através da DGO	

	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-
--	---	---

Fonte: DICONT/UNIFAP - FEV/2017

Quadro 46 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, km 2, Jardim Marco Zero - Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.744.520/0001-90
	Nome ou Razão Social	EMPRESA ARENA DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS E
	Atividade ou Ramo de Atuação	Serviços de produção e fornecimento de refeições de baixo custo, com qualidade e nutricionalmente balanceadas (café da manhã, almoço e jantar).
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico nº 048/2015 - Processo nº 0010075-23.2015.4.01.3100 (Decisão judicial)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de Espaço físico para funcionamento do Restaurante Universitário - RU
	Prazo da Cessão	06/05/2016 - 19/11/2017
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de Espaço físico para funcionamento do Restaurante Universitário - RU
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 4.218,00 (Quatro mil, duzentos e dezoito reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A contabilização é realizada através das Guias de Recolhimentos da União - GRU com o código 28802-2, que contabilizam automaticamente na Conta de Receitas Realizadas na fonte (0250000000) – Recursos Próprios.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-	

Fonte: DICONT/UNIFAP - FEV/2017

Quadro 47 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, km 2, Jardim Marco Zero - Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	650.475.062-15
	Nome ou Razão Social	Julio Carvalho Correa
	Atividade ou Ramo de Atuação	Venda de lanches
Caracterização da	Forma de Seleção do Cessionário	Convite

Cessão	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Cessão de espaço físico para funcionamento de lanchonete
	Prazo da Cessão	Dez/2015 a Dez/2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão do espaço para funcionamento de lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 330,00 (Trezentos e trinta reais)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A contabilização é realizada através das Guias de Recolhimentos da União - GRU com o código 28802-2, que contabilizam automaticamente na Conta de Receitas Realizadas na fonte (0250000000) – Recursos Próprios.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: DICONTE/UNIFAP - FEV/2017

Quadro 48 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0605.00195.500-3
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, km 2, Jardim Marco Zero - Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	90.400.880/0001-42
	Nome ou Razão	Banco Santander S.A.
	Atividade ou Ramo de	Posto de atendimento de serviço bancário
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do	Convite
	Finalidade do Uso do Espaço	Cessão de espaço físico para funcionamento de posto de atendimento bancário.
	Prazo da Cessão	2009-2016
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico para funcionamento de posto de atendimento bancário.
	Valores e Benefícios Recebidos	R\$ 5.979,18 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e dezoito centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A contabilização é realizada através das Guias de Recolhimentos da União - GRU com o código 28802-2, que contabilizam automaticamente na Conta de Receitas Realizadas na fonte (0250000000) – Recursos Próprios.
	Forma de utilização dos	-
Forma de Rateio dos Gastos	-	

Fonte: DICONTE/UNIFAP - FEV/2017

Quadro 49 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, km 2, Jardim Marco Zero - Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	08.929.675/0001-21
	Nome ou Razão Social	Sindicato dos Servidores Técnicos Administrativos na UNIFAP -
	Atividade ou Ramo de Atuação	Funcionamento do escritório do Sindicato
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento do escritório do Sindicato
	Prazo da Cessão	08/11/2016 a 08/11/2021
	Caracterização do espaço cedido	Funcionamento do escritório do Sindicato
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 369,46 (Trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A contabilização é realizada através das Guias de Recolhimentos da União - GRU com o código 28802-2, que contabilizam automaticamente na Conta de Receitas Realizadas na fonte (0250000000) – Recursos Próprios.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-	

Fonte: DICONT/UNIFAP - FEV/2017

Quadro 50 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na responsabilidade da Unifap

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	
	Endereço	Rod. Juscelino Kubitschek, km 2, Jardim Marco Zero - Macapá/AP
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.861.628/0001-07
	Nome ou Razão Social	Sindicato Docentes da UNIFAP - SINTUFAP
	Atividade ou Ramo de Atuação	Funcionamento do escritório do Sindicato
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento do escritório do Sindicato
	Prazo da Cessão	01/11/2012 a 01/11/2017
	Caracterização do espaço cedido	Funcionamento do escritório do Sindicato
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais)

	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	A contabilização é realizada através das Guias de Recolhimentos da União - GRU com o código 28802-2, que contabilizam automaticamente na Conta de Receitas Realizadas na fonte (0250000000) – Recursos Próprios.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	-

Fonte: DICONT/UNIFAP - FEV/2017

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Esta seção tem por objetivo informar sobre imóveis locados de terceiros, para uso da unidade, demonstrado no Quadro 51, abaixo.

Quadro 51 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2015	Exercício 2016
BRASIL	UF – ESTADO DO AMAPÁ		
	0609 – Oiapoque	2	2
Total		2	2

Fonte: DICONT/UNIFAP - FEV/2017

4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Este item tem por finalidade a informação sobre os principais aspectos de gestão de TI da unidade desta unidade quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação da sua suficiência para o cumprimento da missão institucional.

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor de TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

A UNIFAP define a direção que pretende caminhar nos próximos anos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) e através do Plano Diretor de Tecnologia da informação (PDTI) apresenta as estruturas, processos, recursos humanos e materiais, com planejamento de sua implementação, de forma a atender as demandas necessárias para o desenvolvimento institucional da UNIFAP, apresentadas no PDI, com soluções de TI.

Esta é a segunda versão do PDTI da UNIFAP, tendo sua primeira versão escrita em 2011, e estabelece diretrizes para um período de 5 anos (2016-2020). O PDTI deve ser atualizado anualmente, tornando o documento dinâmico e interativo, adaptando-se às mudanças de cenários e às novas necessidades.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

Quadro 52 - Atividades do Comitê Gestor de TI e sua composição

Cargo	Função	Atribuições
Reitor	Presidente	Alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos da Universidade;
Vice-Reitor	Membro	Definir a priorização de projetos da Universidade; Estabelecer as políticas e diretrizes da área de TI; Promover e estimular o desenvolvimento de TI internamente;
Pró-Reitor	Membros	Propor dotação orçamentária para a área de informática;
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação	Membro	Estabelecer um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para a Universidade.

Quadro 53 - Reuniões do CGTI que ocorreram em 2016

Data	Ata	Decisões tomadas
31/05/2016	004/2016 NTI/UNIFAP	Aprovação da inclusão de necessidades no PDTI 2016-2020
09/08/2016	008/2016 NTI/UNIFAP	Aprovação do panorama das demandas de equipamentos para aquisição apresentado pelo NTI
20/09/2016	009/2016 NTI/UNIFAP	Aprovação da Política de Uso do Webmail Institucional

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UNIFAP, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

Quadro 54 - Relação dos principais sistemas

Sistema	Objetivo	Funcionalidade	Manutenção		Responsável Técnico	Responsável da área de negócio	Criticidade para área de negócio
			Mão de obra	Despesa Anual			
SIPAC	Oferece operações fundamentais	Integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material,	Terceirizada	R\$ 150.400,00	NTI	PROAD PROPLAN	Alta

	para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da UNIFAP.	prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento distribuído internamente.				PROCRI	
						PROEAC	
SIGAdmin	É a área de administração e gestão dos 3 sistemas integrados	Usuários, permissões, unidades, mensagens, notícias, gerência de sites e portais, dentre outras funcionalidades.	Terceirizada			NTI	Alta
SIGRH	Informatiza os procedimentos de recursos humanos	Marcação/alteração de férias, cálculos de aposentadoria, avaliação funcional, dimensionamento de força de trabalho, controle de frequência, concursos, capacitações, atendimentos on-line, serviços e requerimentos, registros funcionais, relatórios de RH, dentre outros.	Terceirizada	R\$ 132.400,00		NTI	Alta
SIGAA	Informatiza os procedimentos da área acadêmica	Graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual.	Terceirizada	R\$ 125.000,00		NTI	Alta
Sistema Integrado de Gestão Universitária (SIGU)	Gestão acadêmica e administrativa da UNIFAP	Graduação, pós-Graduação, protocolo, cadastro de servidores, banco de horas, chamados, restaurante universitário, biblioteca.	Própria	N/A		DDS/NTI	Alta
						PROAD	
						PROPLAN	
						PROGRAD	
						PROGEP	
						PROPESPG	
						PROCRI	
						PROEAC	
EMC Unisphere	Software com a capacidade de gerência do sistema de armazenamento de grande capacidade (storage), Permitindo assim melhor controle na criação, alteração e manutenção de espaço disponível.	Sistema de armazenamento de arquivos embarcado.	Própria	N/A		DR/NTI	Alta

VMWare Student	Licenças adquiridas para maior capacidade de operacionalização de ambientes virtuais, tornando possível a criação de uma quantidade maior de ambiente virtual.	Sistema de virtualização	Própria	N/A	DR/NTI	NTI	Alta
Open Journal System – OJS	Melhoramento e correção do sistema de periódicos para uma versão atualizada, objetivando otimização do sistema bem como aumentando a segurança.	Sistema responsável por gestão do portal de periódicos CAPES.	Própria	N/A	DR/NTI	PROPESPG	Alta
Moodle	Tornar o ambiente mais seguro, com a instalação de sua última versão, além de fornecer novos recursos novos e otimizados.	Sistema utilizado para criar o ambiente de Sala Virtual da UNIFAP	Própria	N/A	NTI	DEAD NTI PROGRAD	Alta
Vcenter	Software responsável pela gestão das máquinas virtuais, necessário para a criação de ambientes virtuais.	Sistema de gestão de virtualização	Própria	N/A	DR/NTI	NTI	Alta
Zimbra 8.0.6	Atualizado para a última versão, proporciona adição de novas funcionalidades, segurança.	Sistema de e-mail	Própria	N/A	DR/NTI	NTI	Alta
Bacula Backup	Responsável por gerenciar cópias de segurança dos principais dados, dos mais diversos ambientes computacionais, além de garantir seu armazenamento em fitas.	Sistema para automatização de backup	Própria	N/A	DR/NTI	NTI	Alta
OpenLDAP	Necessário para armazenamento de base de usuários, que poderão se autenticar em diversos ambientes, como rede sem fio, e-mail.	Sistema de gerenciamento de credenciais	Própria	N/A	DR/NTI	NTI	Alta

FreeRADIUS	É o responsável pela gerência de logins, dando ou negando a permissão nos ambientes onde é implementado.	Sistema de gestão de acessos wi-fi	Própria	N/A	DR/NTI	NTI	Alta
WordPress	Sistema de blog institucional, atualizado para sua última versão principalmente por razões de segurança.	Sistema de gestão de conteúdo web	Própria	N/A	DR/NTI	Ass. de Comunicação NTI	Média
GLPI	Gestão Livre de Parque Computacional – GLPI	Sistema de Chamados de Atendimento de TI.	Própria	N/A	DDS/NTI	DMSuport	Média
OCS	Sistema Livre de Inventário de Software e Computadores – OCS	Sistema de Inventário de Software e Computadores.	Própria	N/A	DDS/NTI	DMSuport	Baixa

4.3.1 Principais sistemas de informação

Este item contempla os sistemas que mais contribuem para a realização da missão e objetivos institucionais. As informações solicitadas estão respondidas no quadro 54.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Compõe este item tem por finalidade informar sobre os principais aspectos da gestão ambiental e adoção de critérios de garantia da sustentabilidade ambiental na sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

A Unifap ainda não atende de modo uniforme as especificações deste item. Ainda não possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS, e, pelo que se depreende dos Decretos e das Instruções pertinentes, a elaboração e gerenciamento do PLS depende de designação de comissão para realizar a gestão e definição dos parâmetros que serão adotados, tendo como principais itens a serem observados os consumos de energia elétrica, papel, copos descartáveis. A administração tem como desafio a discussão para formação da comissão gestora do PLS e posteriormente sua publicação, conforme orientado.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta seção demonstra a existência de estruturas que garantam canal de comunicação com o cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias e

sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela Unifap e as medidas para garantir a acessibilidade. Ela tem por finalidade proporcionar melhor compreensão sobre os canais de comunicação desta instituição com a sociedade, principalmente sobre o que se refere a acessibilidade do cidadão e à avaliação e grau de satisfação dos serviços prestados, além da transparência de informações relevantes.

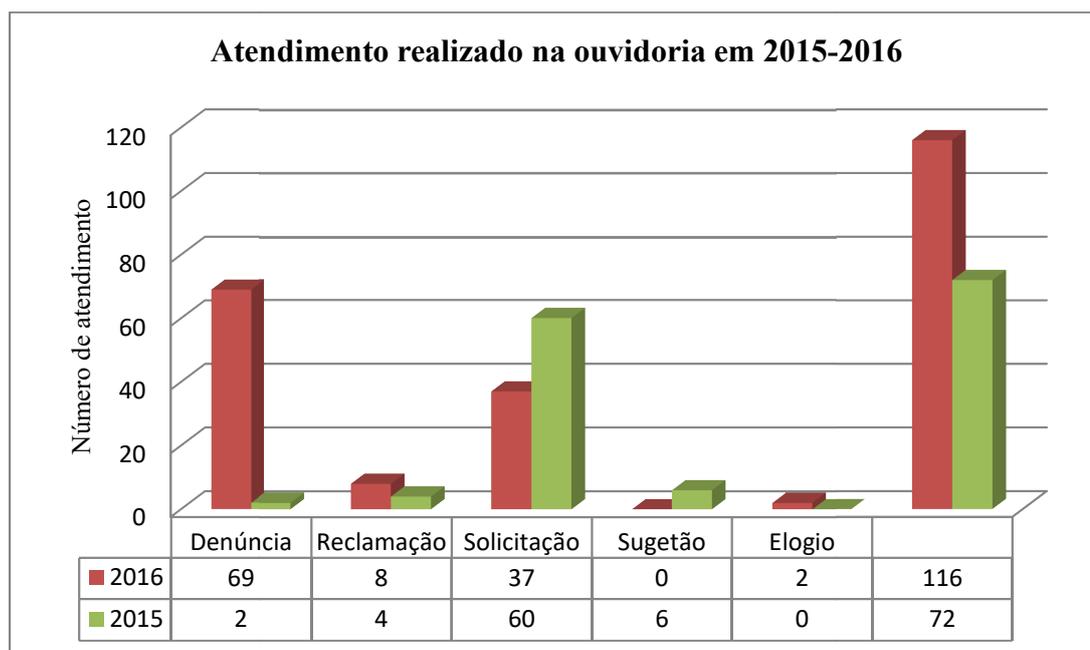
5.1 Canais de acesso do cidadão

A Universidade dispõe de um canal específico para registrar as manifestações da comunidade universitária e os cidadãos em geral por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e através da Ouvidoria, com o objetivo de atender e o público quanto ao acesso as informações (solicitações, denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações de acesso à informações públicas) através dos e-mails institucionais ouvidoria@unifap.br e sic@unifap.br, através dos telefones (96) 3312 1795 e (96) 3312 1711, através dos correios e também presencialmente. Este serviço está localizado no prédio da Reitoria, atendendo o público.

No que tange ao Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) pode ser acessado pelo (<https://sistema.ouvidorias.gov.br/publico/Manifestacao/RegistrarManifestacao.aspx>) onde o cidadão pode fazer as solicitações, denúncias, elogios, reclamações e sugestões. Através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) (<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>), o cidadão pode realizar solicitações de acesso à informações públicas sob posse da UNIFAP.

Em 2016 o e-OUV, registrou 116 (cento e dezesseis) ocorrências, das quais 69 (sessenta e nove) foram denúncias, 2 elogios, 8 reclamações e 37 solicitações, e nenhuma sugestão; enquanto que em 2015, foram apenas 72 ocorrências, conforme a Figura 20.

Figura 20 - Atendimento realizado na Ouvidoria em 2015-2016



Fonte: Ouvidoria

No que tange ao e-SIC, por sua vez, verificou-se que em 2016 houve 101 solicitações de acesso à informação, 5 reclamações à autoridade de monitoramento do SIC e 9 recursos às respostas de acesso à informação dadas pela UNIFAP. Quanto à situação dos registros, todas as solicitações de acesso foram respondidas, as 5 reclamações também foram todas respondidas e, dos recursos, 7 foram respondidos e 2 não, por perda de prazo.

Desta análise também se verificou o aumento de manifestações em comparação ao exercício de 2015, que registrou 60 solicitações de acesso à informação, 1 reclamação à autoridade de monitoramento do SIC e 7 recursos.

Isso mostra que a Universidade dispõem de uma canal aberto para registrar as manifestações da comunidade universitária e os cidadãos em geral por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e e-OUV que buscam orientar e atender o público quanto ao acesso a informações; conceder o acesso imediato à informação disponível; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades e protocolizar documentos e requerimento de acesso a informações.

Além da Ouvidoria, a UNIFAP dispõe de outros instrumentos de acesso aos serviços prestados pela Instituição como a Rádio/TV Universitária e por meio da divulgação pela Assessoria Especial da Reitoria (AER). A Rádio Universitária foi criada em 2009 e inaugurada em 2010 tornando-se um canal interativo com a comunidade de um modo geral; os serviços possuam fins exclusivamente educativos, com foco nas

divulgações de eventos acadêmicos, científicos desta Instituição e culturais Estado do Amapá.

E, por fim, a AER desenvolve papel importante na comunicação interna e externa, por meio do site oficial: www.unifap.br, que traz informações relativas a cursos, projetos, concursos públicos, serviços oferecidos, eventos e notícias gerais, contribuindo deste modo para a divulgação de informações para comunidade acadêmica e sociedade em geral.

5.2 Carta de Serviço ao Cidadão

Quanto a Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pelo Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 no âmbito da administração pública, a Universidade está em elaboração dessa ferramenta na forma solicitada, uma vez que os serviços são disponibilizados para a sociedade por meio de ações fragmentadas, com informações e transparência dos serviços prestados pela Universidade como exemplo, Ouvidoria, SIC, editais, rádio Universitária, e ainda a página institucional que disponibiliza as mais diversas informações sobre ensino, pesquisa e extensão por meio do endereço eletrônico (www.unifap.br). Além desse site, o cidadão pode acessar por meio dos endereços específicos, tais como:

Relatório de Gestão <http://www2.unifap.br/deplan>

Departamento de Processos Seletivos e concursos - DEPSEC <https://depsec.unifap.br/>

Departamento de registro e controle acadêmico - Derca: <http://www2.unifap.br/derca>

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – UNIFAP <http://www2.unifap.br/comite/>

Biblioteca: <http://www2.unifap.br/biblioteca/>

Auditoria Interna: <http://www2.unifap.br/audint/>

Restaurante Universitário: <http://www2.unifap.br/dace/restaurante-universitario>

Ouvidoria e SIC www.unifap.br/public/index/ouvidoria

Editora Universitária www2.unifap.br/editora/a-editora

Rádio Universitária www2.unifap.br/radio

No entanto, com vistas a atender a recomendação legal, a Pró-reitoria de Planejamento está desenvolvendo o “Projeto POP UNIFAP” Procedimentos Operacionais Padrão (POP), que tem como principal objetivo implementar um modelo de gestão, focado no processo.

Este projeto envolve a confecção de manuais e fluxogramas de todos os serviços prestados pela Universidade na perspectiva de dar clareza e objetividade à sociedade dos processos internos da UNIFAP.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Universidade Federal do Amapá, com o objetivo de mensurar a qualidade dos serviços prestados junto aos cidadãos-usuários, por meio da Pró-reitoria de Planejamento (Proplan), desenvolveu uma pesquisa junto à comunidade interna (Docentes, Técnicos, Alunos) e a comunidade externa, a qual foi disponibilizada no site www.unifap.br para o acesso de qualquer cidadão, como também pelo Sistema Integrado de Gestão - SIG, na aba Serviços no mesmo site, para a Comunidade Acadêmica.

O resultado da pesquisa mostra que 806 pessoas acessaram o referido instrumento, cuja participação ocorreu por 60% dos Alunos, 20% dos Docentes, 18% Técnicos-Administrativos, e 2% pela Comunidade Externa.

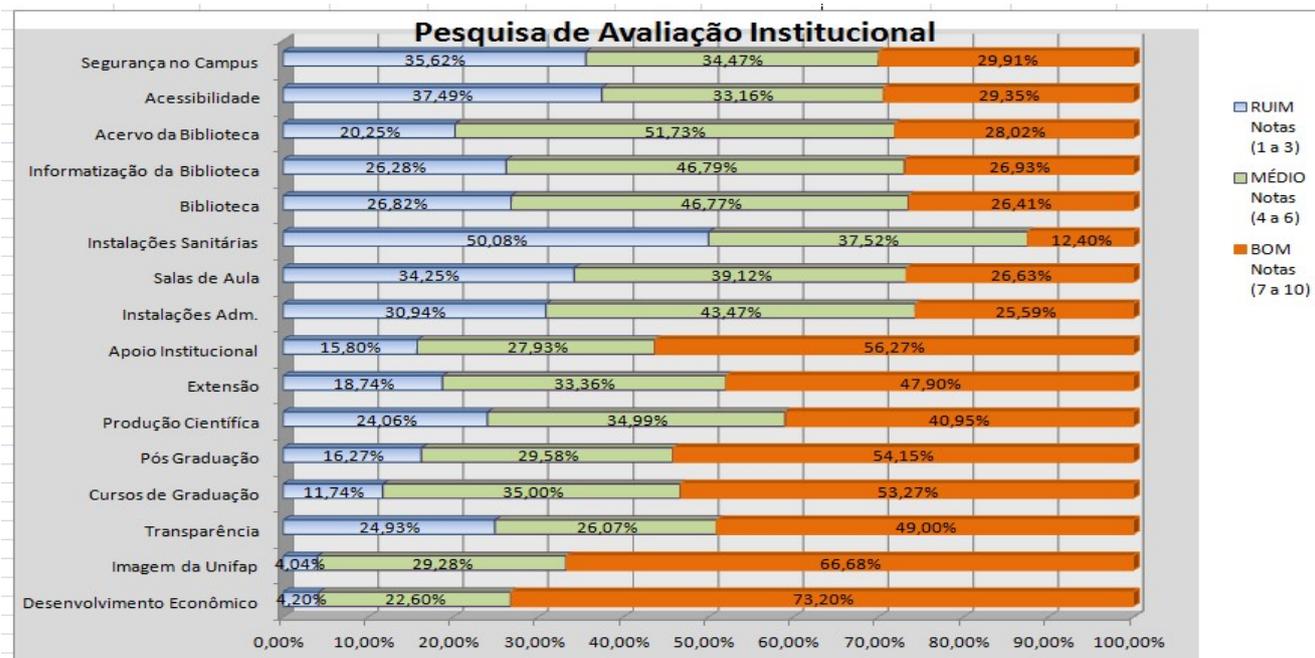
Os dados revelam que a Universidade Federal do Amapá cumpre com a sua missão institucional, haja vista que 73% dos participantes afirmam que a Unifap contribui de modo satisfatório para o desenvolvimento econômico do Estado. Esta afirmação está em consonância com o indicador de qualificação dos cursos, onde aproximadamente 54% opinaram como positiva a qualidade dos cursos de graduação e pós graduação oferecidos, bem como, 41% consideraram boa a produção científica da Unifap; e, mais de 47% atribuíram como positivas as atividades de extensão da universidade e um número acima de 56% dos participantes aprovam os programas de apoio institucional disponibilizados pela Unifap aos alunos.

Os dados revelam que a Universidade Federal do Amapá tem credibilidade no contexto da sociedade amapaense no que tange os cursos de graduação e pós-graduação, como também pelo desempenho da pesquisa científica e o papel da extensão junto as comunidades mais carentes; por isso, 66% dos entrevistados opinaram positivamente sobre a imagem da universidade junto à sociedade; e, ainda, 64% dos participantes indicariam a Unifap como um bom local para se trabalhar.

A pesquisa revelou ainda, que a Universidade precisa investir em infraestrutura (segurança, acessibilidade, acervo bibliográfico, informatização, instalações sanitárias,

salas de aula e instalações administrativas) devido a 50% dos participantes considerarem ruins as instalações sanitárias da Unifap, 37% avaliar como ruins as condições de acessibilidade; 36% relativo a segurança no campus e mais de 26% tiveram a mesma opinião sobre acervo da biblioteca, conforme a Figura 21, que aponta as notas dos serviços prestados pela Universidade federal do Amapá

Figura 21 - Pesquisa de Avaliação Institucional



Fonte: PROPLAN

Além dessa Pesquisa de Avaliação Institucional, os cursos da Universidade são avaliados, anualmente, em consonância com as diretrizes a Lei n.º 10.861/2004 que trata do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que avalia o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

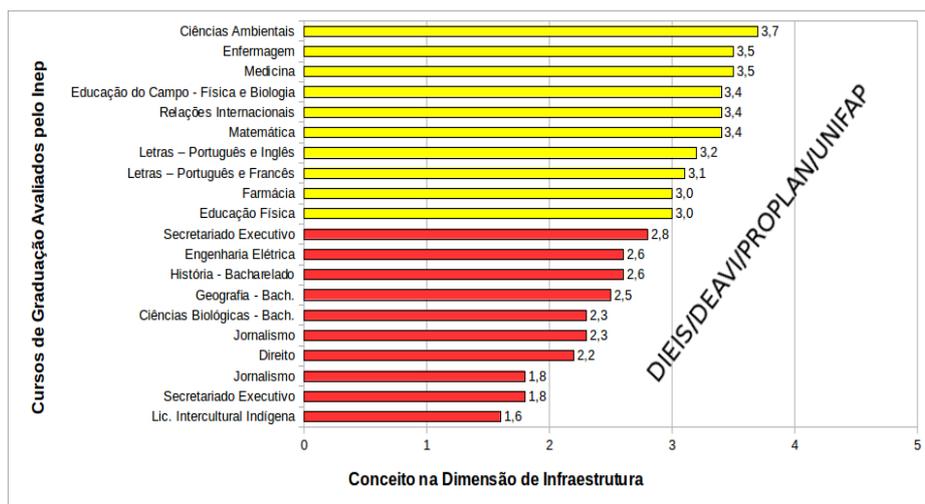
As avaliações feitas pelas comissões de avaliadores designadas pelo Inep caracterizam-se pela visita in loco aos cursos e instituições públicas e privadas e se destinam a verificar as condições de ensino, em especial aquelas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica. No período de 2013 a 2016, a UNIFAP recebeu a visita in loco de 20 comissões para os processos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos Cursos de Graduação, e 03 para o Recredenciamento dos Campus (Marco Zero, Laranjal do Jarí e Binacional), conforme Quadro nº 55. Nos resultados observa-se uma tendência recorrente de

conceitos insuficientes nos relatórios das comissões quanto a Dimensão III que refere-se à infraestrutura, conforme a Figura 22.

Quadro 55 - Cursos avaliados no período de 2013/2016

Ano	Curso Avaliado	Conceito Final
2016	Jornalismo	3
2015	Direito	3
2015	Letras: Francês	3
2015	Matemática – EAD	4
2014	Secretaria Executivo	3
2014	Educação no Campo: Física e Biologia (campus Jari)	4
2014	Letras: Inglês	4
2014	Ciências Biológicas – Bacharelado	3
2014	História – Bacharelado	3
2014	Educação Física – EAD	3
2014	Medicina	3
2014	Jornalismo	3
2014	Engenharia Elétrica	3
2014	Relações Internacionais	4
2014	Farmácia	4
2014	Ciências Ambientais	3
2014	Geografia – Bacharelado	3
2013	Enfermagem	4
2013	Secretaria Executivo	4
2013	Lic. Intercultural Indígena	3

Figura 22 - Cursos avaliados pelo INEP 2013-2016



5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Universidade, através do site www.unifap.br, disponibiliza à sociedade em geral as informações referentes à gestão, pesquisa, ensino e extensão, através dos documentos: estatuto, regimento, organograma, resoluções, editais, calendário acadêmico, avisos e comunicados em geral, o que contribui para a transparência da gestão.

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

Para efeito dessa mensuração, consideram-se prédios com acessibilidade aqueles que possuam pelo menos três elementos de acessibilidade em sua estrutura, tais como: piso tátil, rampas de acesso, desníveis no piso não superior ao estabelecido pela NBR 9050/2015 (ou quando existente esse desnível seja tratado adequadamente), placas de identificação em Braille, mapa tátil, sinalização sonora, plataforma de percurso vertical para acesso a pavimentos superiores, banheiros adaptados à pessoas com deficiência (constando barras de apoio, bacia sanitária com altura adequada, lavatórios com torneira adequada, entre outros).

Existe uma Equipe de Acessibilidade, instituída pela Portaria Nº 1163/2015-UNIFAP, que está responsável pela elaboração de projeto de acessibilidade para edificações que não possuem projeto voltado à acessibilidade. Essa comissão iniciou os serviços de levantamento dos projetos atualizados dos prédios de todos os Campi, com intuito de elaborar os projetos de acessibilidade nas edificações desta IFES. Como resultado desse levantamento constatou-se que grande parte dos projetos das edificações existente somente em planta física, sobretudo as mais antigas, faltando ser digitalizados. Diante desse fato, a Divisão de Meio Físico desta IFES, responsável pelo cadastramento das edificações, iniciou o processo de atualização da planta dos Campi da UNIFAP, visando à locação correta das Edificações e também a elaboração dos Projetos de “As Built” dos prédios da Universidade. Importante destacar, que esse projeto de “As Built” irá subsidiar a Equipe de Acessibilidade na elaboração dos Projetos de Acessibilidade das edificações carentes dessa intervenção. Nesse sentido, paralelo a esse levantamento cadastral das edificações, a Equipe verificou se as novas edificações a serem entregues possuíam projeto de acessibilidade, e constatou-se que essas edificações possuem as condições mínimas de acessibilidade, como é o caso do Prédio do DERCA que fora entregue em Dezembro de 2015, e que possui sinalização tátil horizontal (piso tátil),

sinalização tátil vertical (placas indicativas de ambiente com escrita em Braille), sanitários acessíveis.

O prédio de Engenharia Elétrica, entregue em Fevereiro de 2016 também possui sinalização tátil horizontal (piso tátil), plataforma de elevação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (para acesso ao pavimento superior), sanitário acessível. O prédio de Enfermagem entregue neste mês de Março de 2016 também possui plataforma de elevação para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (para acesso ao pavimento superior), sanitário acessível, sendo que nesse prédio falta somente a sinalização tátil vertical e horizontal que serão acrescentadas a posterior.

Existe ainda em curso na Assessoria Especial de Engenharia (AEEA), elaboração de Termo de Referência para instruir o processo de aquisição de elevadores para atender ao Prédio da Reitoria, Prédio de Coordenações, Prédio de Medicina e Prédio de Letras e Artes. Destaca-se ainda, que todas as edificações projetadas a partir do ano de 2015 já possuem o projeto de acessibilidade, como é o caso do Novo Prédio da Biblioteca, do Laboratório de Engenharia Civil, dos Prédios do DCET e da Vivência, sendo esses projetos de autoria da empresa Gabinete Projetos, contratada pela UNIFAP para elaboração dos Projetos desta IFES. Também o prédio do Hospital Universitário possui projeto de acessibilidade, sendo a autoria de responsabilidade do Consórcio MHA/DPJ contratada pela UNIFAP para este fim. Esses arquivos estão disponíveis no acervo da Prefeitura (AEEA) da Universidade Federal do Amapá.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Esta seção visa demonstrar o desempenho financeiro e as informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pela Unifap; contempla, ainda, a apuração de custos, sob critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas pertinentes. Ela tem por objetivo dar melhor compreensão sobre a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado e o desempenho financeiro desta universidade.

6.1 Desempenho financeiro no exercício

Quanto à execução financeira no exercício de 2016 foi realizada conforme repasse financeiro da Secretaria de Planejamento e Orçamento/Ministério da Educação realizados uma ou duas vezes ao mês. Os processos de pagamentos liquidados contabilmente no mês, geralmente eram pagos no mês subsequente, tendo em vista que

os repasses financeiros eram o valor apurado de 60% a 80% referente os registros de liquidação contábil no SIAFI.

Observamos que em virtude das limitações financeiras vivenciadas no decorrer do exercício de 2016, foi registrado o valor de R\$ 3.313.732,29 (três milhões e trezentos e treze mil e setecentos trinta e dois reais e vinte e nove centavos) em restos a pagar processados, referente às despesas liquidadas nos meses de novembro e dezembro de 2016.

6.2 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

A sustentabilidade financeira da UNIFAP é assegurada pelos créditos orçamentário aprovados na Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO), objetivando garantir a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conta também com recursos de descentralizações oriundos de diversos órgãos a exemplo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Secretaria de Educação Superior (SESU) e Secretaria de Educação Básica (SEB), de emendas parlamentares e arrecadação de recursos próprios provenientes, em especial, da cobrança de taxas referentes à prestação de serviços e de aluguéis em decorrência da utilização de espaço físico.

No exercício de 2016, os recursos do Tesouro constantes da LOA totalizaram R\$ 291.358.375,00 (duzentos e noventa um milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais), sendo R\$ 116.810.613,00 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e treze reais) para despesas com pessoal e encargos sociais; R\$ 134.356.407,00 (cento e trinta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e sete reais) para despesas de investimento e R\$ 40.191.355,00 (quarenta milhões, cento e noventa e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais) para outras despesas correntes.

Os créditos orçamentários provenientes de emendas parlamentares totalizaram R\$ 110.050.000,00 (cento e dez milhões e cinquenta mil reais), sendo R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) referente à emenda de bancada para obra de construção do hospital universitário desta IFES; e as descentralizações orçamentárias recebidas que totalizaram R\$ 9.937.134,10 (nove milhões, novecentos e trinta e sete mil, cento e trinta e quatro reais e dez centavos).

A UNIFAP não dispõe de políticas de captação de recursos consolidada. Em 2016 foi arrecadado o valor de R\$ 1.585.265,22 (um milhão, quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos), deste montante, R\$ 825.700,20 (oitocentos e vinte e cinco mil, setecentos reais e vinte centavos) foram de arrecadação própria; R\$ 25.025,98 (vinte e cinco mil, vinte e cinco reais e noventa e oito centavos) deduções da folha; R\$ 253.427,70 (duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta centavos) recuperação de despesas de exercício anterior; R\$ 459.902,24 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dois reais e vinte e quatro centavos) ressarcimento de pessoal cedido; R\$ 16.922,06 (dezesseis mil, novecentos e vinte e dois reais e seis centavos) devolução de diárias e R\$ 4.287,04 (quatro mil, duzentos e oitenta e sete reais e quatro centavos) anulação de despesa do exercício.

Da receita própria arrecadada foi empenhado o valor de R\$ 773.604,68 (setecentos e setenta e três mil, seiscentos e quatro reais e sessenta e oito centavos), cuja despesa que refletiu maior volume de gasto foi a gratificação de encargos de cursos e concursos, com R\$ 606.779,02 (seiscentos e seis mil, setecentos e setenta e nove mil e dois centavos), destinados a despesas com concursos e processos seletivos, que arrecadou o montante de R\$ 618.101,23 (seiscentos e dezoito mil, cento e um reais e vinte e três centavos).

As informações seguem detalhadas no Quadro 56 com os valores arrecadados por código de recolhimento.

Quadro 56 - Valores Arrecadados / Código de Recolhimento

Cód. Recolhimento GRU		Total
18806	STN-Recup.Desp.Exerc.Anteriores(Fonte 0100)	4.004,34
18818	STN Outras Restituições (Deduções Folha)	13.371,58
18821	STN Outras Indenizações (Deduções Folha)	6.768,96
18870	STN-Recup.Desp.Exerc.Anteriores (Fonte 0112)	249.423,36
28802	Alugueis	122.250,06
28830	Serviços Administrativos	30.161,80
28832	Serviços Educacionais	55.187,11
28883	Taxa de Inscrição em Concurso Público	236.740,00
28900	Taxa de Inscrição em Vestibular	381.361,23
68801	Devol. Cred Folha Pagtos	3.528,86
68802	Devol.Diárias-Exercício	16.922,06

68806	Devolução de Salários	1.356,58
68816	Ressarc.de Pessoal Cedido-Intra Orcamentária	459.902,24
68888	Anul.Despesa no Exercício	4.287,04
Total		1.585.265,22

6.2.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de avisos e passivos.

Quanto à aplicabilidade da NBC T 16.9, esta Unidade realiza e registra a depreciação dos bens móveis, considerando as orientações do Manual SIAFI – Macro Função 02.03.30.

A depreciação de bens imóveis desta Unidade foi realizada pela Coordenação Geral de Contabilidade/Tesouro Nacional, baseada nas planilhas encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Está Unidade não realizou os registros da amortização dos bens intangíveis, tendo em vista que somente em dezembro de 2016, foi reclassificado em média de 60% da conta de intangível de vida útil definida para vida útil indefinida, dificultando a análise dos bens que deveriam ser amortizados.

A realização do registro da depreciação gera um impacto negativo, pois reduz o resultado do exercício, entretanto, representa com maior fidedignidade o valor do ativo.

Está Unidade ainda não está aplicando a NBC T 16.10, tendo em vista a atualização dos bens patrimoniais no novo Sistema de Patrimônio (SIPAC), cujas comissões estão sendo compostas para atender essa necessidade administrativa.

6.2.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Esta IFES não utiliza o Sistema Integrado de Custos (SIC) ou qualquer outra modalidade para apuração dos custos das demandas.

6.2.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

De acordo com as orientações do item “Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64, os Balancetes (Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Variações Patrimoniais e Notas Explicativa) encontram postados na seção “anexos e apêndices” deste Relatório”.

7. CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Esta seção visa dar melhor compreensão sobre os atendimentos às demandas específicas, oriundas das legislações e dos órgãos de controle.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Nesta seção apresenta-se uma visão geral sobre as deliberações do TCU em acórdãos, informando a quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU comparativamente à quantidade atendida pela UPC em cada uma das classificações.

Quadro 57 – A - Deliberações do TCU no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 015.454/2014-2 -Plenário	Acórdão 100/2015 TCU - itens 9.1 e 9.2 Acórdão 2589/2015 (ref Acórdão 100/2015; item 9.1 subitens	itens 9.1 e 9.2		Ofício 028/2015-TCU/SECEX-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
<p>Item 9.1</p> <p>Subitem 9.1.1– Foi elaborado o Plano Tático referente ao exercício de 2015, no qual constou as atividades e</p>					

programas que foram executadas no referido ano, bem como suas funções estratégicas. Sendo que em 2016 será elaborado novo Plano Tático, dando continuidade as atividades e planejamento iniciados em 2015.

Subitem 9.1.2- Não foi possível realizar o mapeamento de competências gerenciais conforme foi previsto no Plano de Ação referente ao Acórdão nº 100/2015 – TCU, em razão do período da greve dos técnicos administrativos que impossibilitou a capacitação de gestores no período estipulado. No entanto, foi implantado o sistema SIGRH, que possibilitou o início dois trabalhos de dimensionamento e mapeamento de competências.

Subitem 9.1.3- Considerando o que foi estabelecido no Plano de Ação referente ao Acórdão nº 100/2015 – TCU, esta PROGEP já teve o módulo de capacitação homologado. No entanto, o banco de talentos ainda está em fase de desenvolvimento.

Subitem 9.1.4- Considerando o Plano de Ação referente ao Acórdão nº 100/2015 – TCU, no qual estabelecemos o prazo até julho de 2016 para que o módulo de avaliação de desempenho do Sistema SIGRH esteja em pleno funcionamento, informamos que o módulo está em fase de criação para que sejam adotadas as medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas quando da avaliação de desempenho.

Subitem 9.1.5- Não foram publicadas orientações internas pertinentes a natureza e escalão hierárquico da função, vigorando a indicação para os cargos gerenciais.

Subitem 9.1.6- Adotar medidas que assegurem que sejam:

9.1.6.1 - Conforme o Plano de Ação referente ao Acórdão nº 100/2015 – TCU, a comissão de dimensionamento foi criada sob a portaria nº 399/2015 – UNIFAP, e realizou o planejamento para executar as atividades que desencadearão o dimensionamento da força de trabalho dos servidores.

9.1.6.2 - – Esta medida será executada a partir dos resultados da comissão de dimensionamento, prazo até Meio de 2016, Conforme o Plano de Ação referente ao Acórdão nº 100/2015 – TCU .

9.1.6.3 - Esta medida será executada a partir dos resultados da comissão de dimensionamento, prazo até junho de 2016, Conforme o Plano de Ação referente ao Acórdão nº 100/2015 – TCU;

Subitem 9.1.7- Não foi possível implantar a gestão por competência em razão da ausência de instruções definitivas de Gestão de Competência, que estão sob o encargo do Ministério do Planejamento. No entanto, considerando o trabalho de dimensionamento, parte dos estudos para a implantação de gestão por competência já tiveram início, com prazo para sua efetivação até o final do ano de 2016.

Item 9.2

Determinar à Unifap, com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que encaminhe ao TCU, no prazo de cento e vinte dias, a contar do recebimento da comunicação, Plano de Ação que contenha o cronograma de adoção, ainda que parcial, das medidas necessárias à implementação das recomendações acima, indicando prazos e responsáveis, bem como justificativas a respeito de recomendações que não venham a ser integralmente implementadas;

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	1710

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Item 9.1

Justificativa das recomendações por constatação:

9.1.1 – Não foi elaborado o Plano que assegure a definição de objetivos, indicadores e metas para área de gestão de pessoas, visto que a Pró-reitoria foi instituída no segundo semestre de 2013 e ainda está se estruturando em termos de pessoal, ferramentas tecnológicas e condições físicas.

9.1.2 – Não foi possível realizar o mapeamento de competências gerenciais em razão da ausência de profissionais capacitados para identificar essas habilidades;

9.1.3 – Não foi criado o banco de talentos, pois está PROGEP não possui ferramentas apropriadas para identificar as competências gerenciais e consolidá-las.

9.1.4 – Não foram adotadas medidas que assegurem que as necessidades de capacitação e desenvolvimento sejam identificadas quando da avaliação de desempenho, pois o sistema de avaliação é isolado e não possui ligação com o processo de capacitação nesta IFES, sendo esta identificada pelas demandas dos setores.

9.1.5 - Não foram publicadas orientações internas pertinentes a natureza e escalão hierárquico da função, vigorando a indicação para os cargos gerenciais;

9.1.6 .1 – Não foram realizadas medidas de para levantar periodicamente a dimensão da força de trabalho por falta de ferramenta e equipe de trabalho que pudessem auxiliar nesta atividade;

9.1.6.2 – Considerando o não atendimento do item 9.1.6.1, não foi possível adotar esta medida;

9.1.6.3 - Considerando o não atendimento do item 9.1.6.1, não foi possível adotar esta medida;

9.1.6.4 - Não foi possível implantar a gestão por competência em razão da ausência de profissionais capacitados para identificar essas habilidades e de ferramentas tecnológicas apropriadas;

Item 9.2

Enviado ao TCU o plano de ação/cronograma, por meio do Ofício nº 504, de 27 de julho de 2015.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não se aplica.

Quadro 58 – B - Deliberações do TCU no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 015.650/2011-1	Acórdão 1626 de 27/06/2012, reiterado pelo Acórdão 1409 de 10.06. 2015-TCU Plenário	Peça 36 Subitem 9.1.3		Of. 417/2015 de 26/06/2015
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
<p>Subitem 9.1.3: Instaurar, nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo administrativo para concessão de contraditório e ampla defesa aos servidores apontados na peça 36, relativamente aos indícios de declarações falsas/omissas (Subitem 9.1.3 segundo o TCU foi parcialmente cumprido), ficando pendente a peça 36 que corresponde aos servidores com matrícula SIAPE: 1751901, 1009823, 1696277, 2362331.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					1710
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>A PROGEP notificou os servidores matrículas SIAPE 1009823, 1751901, 1696277 e CPF:****.881.794-** para apresentarem manifestação quanto aos indícios de declarações falsas. Porém, não houve a manifestação a cerca de tais indícios em tempo hábil. Por não ter sido atendido, a PROGEP solicitou abertura de PAD em desfavor dos referidos servidores.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada se aplica.					

Quadro 59 – C - Deliberações do TCU no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 000.781/2016-89	Acórdão 2440/2016-2ª Câmara, de 21.09.2016			Ofício 0088/2016.
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
<p>1.7.1. Em relação aos professores indicados, apure conclusivamente, caso ainda não o tenha feito, os indícios de acumulação indevida dos optantes pelo regime de dedicação exclusiva (art. 14 do anexo ao Decreto 94.664/1987 e art. 20, § 2º, da Lei 12.772/2012), com observância do devido processo legal e dos princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei 9.784/1999.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas					1710
Síntese da Providência Adotada					
<p>I - Docentes em regime de dedicação exclusiva que integram ou integraram quadro de sociedades privadas, na qualidade de sócios-administradores:</p> <p>***.433.202-**: A servidora apresentou documentos que sanaram os supostos ilícitos apontados.</p> <p>***.483.576-**: Servidor apresentou declaração de inatividade da empresa e cópia da alteração contratual do quadro de sócios e administradores, no qual, o referido servidor consta apenas como sócio cotista da empresa.</p> <p>***.583.500-**: A servidora apresentou Contrato Social Consolidado, onde consta que a mesma é sócia cotista.</p> <p>***.164.102-**: A servidora apresentou certidão de baixa de inscrição no CNPJ com data anterior à da sua posse.</p> <p>***.499.532-**: Foi constatado que a empresa do servidor se manteve inativa desde a sua constituição até 30/06/2006, quando o servidor se retirou da mesma.</p> <p>***.870.782-**: A servidora apresentou documentação, comprovando que no período de 2012 a 2015 a empresa apresentou rendimentos isentos pagos ao sócio pela empresa R\$0,00 e rendimentos tributáveis pagos ao sócio pela empresa R\$0,00. Apresentou comprovante de situação cadastral de baixa da empresa.</p>					

***.201.372-**: A servidora apresentou Certidão Específica da Junta Comercial do Amapá, e a Certidão de Baixa de inscrição no CNPJ e declarações Simplificada da Pessoa Jurídica INATIVA dos anos de 2009 a 2015, bem como sua Declaração de Imposto de Renda referente ao ano de 2015, e Certidão emitida pela Junta Comercial do Amapá que destaca apenas movimentos de alterações cadastrais e nem um caixa.

***.268.392-**: A servidora apresentou declaração de sócia cotista e certidão de baixa de CNPJ.

***.723.086-**: A servidora apresentou contrato social atualizado da empresa onde figura seu nome como sócia cotista e quadro de sócios e Administradores–QSA emitido pela Receita federal.

***.255.276-**: Apresentou certidão de baixa de inscrição CNPJ.

***.950.442-**: Apresentou contrato de doação da empresa.

Tabela II- Docentes em regime de dedicação exclusiva que exercem atividades como empresários individuais.

***.109.736-**: O servidor apresentou Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais que durante o período de 2012 a 2015 a empresa permaneceu sem efetuar qualquer atividade operacional, não operacional, financeira ou patrimonial, e que em 31/12/2015 ocorreu sua extinção.

***.045.372-**: A servidora apresentou Pesquisa de Situação Fiscal e Cadastral do órgão competente, comprovando a inatividade da empresa no período apontado e certidão de baixa do CNPJ.

***.433.202-**: A servidora apresentou Pesquisa de Situação Fiscal e Cadastral do órgão competente, comprovando a inatividade da empresa desde a sua criação em 1999 até 2013, quando ocorreu a sua extinção.

***.585.012-**: O servidor respondeu PAD, nº. 23125.0004273/2013-45 que concluiu pelo não cabimento da acusação de acumulação, sendo determinado o arquivamento do processo.

***.244.302-**: A servidora apresentou Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica Inativa referente aos exercícios de 2009 a 2015 e Declaração de Baixa de CNPJ.

***.752.392-**: O servidor apresentou Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica Inativa; apresentou declaração de IRPF, onde consta somente rendimentos recebidos da UNIFAP; apresentou procuração passando a gerência e a administração da empresa para outra pessoa; apresentou recibo de adesão a parcelamento Simples Nacional.

***.680.442-**: A servidora apresentou declaração de inatividade da empresa, expedida pela Junta Comercial do Estado do Amapá e Certidão Simplificada de Extinção.

***.778.902-**: O servidor apresentou Declaração de Inatividade e a Baixa do CNPJ.

***.109.736-**: O servidor declarou que a empresa foi resultante de clonagem de documentos e que atualmente o CNPJ já se encontra em baixa.

***.837.988-**: A servidora apresentou Declaração de Inatividade, pedido de cancelamento do Simples Nacional e pedido de Baixa no CNPJ.

Tabela III - Docentes em regime de dedicação exclusiva com outros vínculos laborais na RAIS.

***.945.077-**: O servidor apresentou Certidão de Retificação de Contrato, onde consta que não possuiu vínculo empregatício com a PMS e sim na qualidade de Consultor Técnico. Docs. anexos.

De acordo com análise desta PROGEP, os documentos são suficientes para solucionar o caso.

***.955.752-**: Instaurado processo administrativo disciplinar 23125.002744/2013-81, no qual resultou na demissão da servidora em razão de acúmulo ilícito de cargos públicos em 19/08/2014. Posteriormente, foi instaurado processo administrativo nº 23125.023210/2016-31 para reposição ao erário.

***.778.902-**: O servidor no ato da entrega da documentação, em 22/07/2011, declarou que mantinha vínculo com a Prefeitura de Macapá (PMM), mas que até a posse na UNIFAP se desvincularia. Por ocasião da posse, em 25/08/2011, declarou já não possuir mais o vínculo, apresentando o pedido de vacância datado de 24/08/2011. Decreto Nº 0908/2012-PMM.

Tabela IV - Docentes em regime de dedicação exclusiva que exercem atividades advocatícias.

***.833.232-**: Servidor ingressou na UNIFAP, em 1994, para o cargo de Professor Auxiliar I em regime de 20h/semanais. Em 2014 passou para o regime de dedicação exclusiva, após a publicação do ato de aposentadoria do cargo de Advogado Geral da União.

***.080.992-**: Servidora apresentou defesa.

***.962.702-**: Servidora apresentou documentos que sanaram os supostos ilícitos apontados.

***.407.102-**: Servidor apresentou documentos que sanaram os supostos ilícitos apontados.

Justificativa Apresentada pelo seu não cumprimento

I - Docentes em regime de dedicação exclusiva que integram ou integraram quadro de sociedades privadas, na qualidade de sócios-administradores:

***.282.203-**: Servidor foi notificado, mas não apresentou defesa. Por este motivo foi autuado o processo nº. 23125.000165/2016-46 de abertura de PAD. Em andamento na Corregedoria/UNIFAP.

***.688.212-**: Servidor foi notificado, apresentou alteração contratual se retirando da sociedade. Desta forma, foi aberto o processo nº 23125.024238/2016-95 que trata de ressarcimento ao erário no período em que o servidor acumulou indevidamente. Em tramitação na PROGEP.

***.851.332-**: O servidor encontra-se fora do país. Foi notificado via e-mail e está providenciando documentação para sanar o suposto ilícito.

***.916.902-**: O servidor, admitido na Unifap em 21/05/2013, apresentou certidão simplificada da Junta comercial do Estado do Amapá de distrato/extinção da empresa ocorrida em 05/08/2016. A recomendação foi atendido parcialmente. Foi aberto Processo administrativo de nº 23125.035295/2016-08 para apurar o período 21/05/2013 a 05/08/2016. Em tramitação na Corregedoria/UNIFAP.

***.529.388-**: Foi aberto um processo administrativo no. 23125.020023/2016-03 para a servidora devolver ao erário os valores recebidos a título de DE no período em que acumulou indevidamente.

***.921.572-**: O servidor apresentou Declaração Simplificada da Pessoa Jurídica Inativa, informou que por ter uma dívida junto a Procuradoria da Fazenda não pode dar baixa no CNPJ, no entanto solicitou o parcelamento responsabilizando-se em entregar documento de fechamento definitivo da empresa assim que sanar a dívida.

Tabela II- Docentes em regime de dedicação exclusiva que exercem atividades como empresários individuais.

***.670.402-**: O servidor apresentou declaração de inatividade referente aos exercícios de 2005 a 2015. Foi aberto processo administrativo disciplinar nº. 23125. 000 164 / 2016-00 para ressarcimento ao erário de 1994 a 2005. Processo em andamento na Corregedoria/UNIFAP.

Tabela III - Docentes em regime de dedicação exclusiva com outros vínculos laborais na RAIS.

***.440.262-**: Servidor respondeu PAD 23125. 00-2680/2013-18 cuja conclusão foi para arquivamento. Quanto ao ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente, este se encontra sobrestado até o desfecho do processo judicial (001432451.214.4 .01-.3100-1ª Vara Federal da 1ª Região.

***.041.122-**: Instaurado processo administrativo 23125.005401/2015-30 para a servidora ressarcir ao erário os valores que recebeu indevidamente a título de DE no período apontado.

***.313.214-**: Constatado a incompatibilidade do vínculo no período apontado, foi instaurado processo administrativo sob o nº 23125.023401/2016-01, para o servidor ressarcir ao erário os valores que recebeu indevidamente.

***.681.605-**: Foi instaurado processo administrativo disciplinar nº. 23125. 003371/2013-65, no qual resultou na demissão do servidor e na obrigatoriedade de ressarcir ao erário os valores que recebeu indevidamente a título de DE no período foi instaurado processo administrativo 23125.023940/2016-31. Em tramitação

***.131.542-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo no período apontado, foi instaurado processo administrativo sob o nº 23125.012774/2016-48 para apuração da acumulação ilícita. Em tramitação para reposição ao erário.

***.255.276-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo no período apontado, foi instaurado processo administrativo sob o nº 23125.012774/2016-48 para apuração da acumulação ilícita.Em tramitação para reposição ao erário.

***.941.082-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo, o servidor não apresentou defesa e foi aberto processo administrativo disciplinar sob o nº 23125.0022961/2016-30 para apurar o ilícito. Em atenção às recomendações do Corregedor desta IFES, mesmo considerando a consulta à Procuradoria Geral Federal, decidido pela Reitoria sobrestar o feito até a prolação de decisão judicial.

***.988.122-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo, o servidor foi exonerado do cargo de professor do magistério superior da UNIFAP, processo nº 23125.0036190/2012-15. Aberto processo 23125.024652/2016-02, para o servidor ressarcir ao erário os valores recebidos indevidamente a título de DE.

***.003.442-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo, a servidora foi exonerada do cargo de professor do magistério superior da UNIFAP, foi aberto processo 23125.024708/2016-11 para a servidora ressarcir ao erário os valores recebidos indevidamente.

***.295.452-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo, o servidor optou pela mudança do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva para quarenta horas semanais em 13/12/2013. Aberto o processo 23125.024730/2016-61, para o servidor ressarcir ao erário os valores recebidos indevidamente a título de DE no período 22/04/1996 a 13/12/2013.

***.814.242-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo, a servidora foi demitida, do cargo de professor do magistério superior da UNIFAP. Aberto o processo 23125.024653/2016-49, para a servidora ressarcir ao erário os valores recebidos indevidamente a título de DE no período 22/09/2005 a 18/06/2013.

***.538.272-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo, o servidor solicitou vacância do cargo de professor do magistério superior da UNIFAP. Aberto processo 23125.024650/2016-13, para o servidor ressarcir ao erário os valores recebidos indevidamente a título de DE no período 28/07/2010 a 03/03/2014.

***.871.422-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo no período apontado, foi instaurado processo administrativo sob o nº 23125.017269/2016-90, para a servidora ressarcir ao erário os valores que recebeu indevidamente a título de DE.

***.191.104-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo no período apontado, foi instaurado processo administrativo para a servidora ressarcir ao erário os valores que recebeu indevidamente a título de DE. Servidora impetrou M.S. pedindo a nulidade do processo de devolução. Sob. O nº 0003659.39.2015.401.3100 Em tramitação.

***.253.422-**: Quando o servidor foi admitido na UNIFAP foi constatado pelo Sistema SIAPE que o mesmo possuía vínculo com o Ex-Território do Amapá, vínculo este que cessou em 18/04/2009 por problemas operacionais na SAMF. Quanto ao vínculo com a empresa CT de Almeida Lins, o referido servidor apresentou contrato social comprovando que o vínculo com a empresa era de sócio minoritário e que em 03/12/2012 se desvinculou.

***.798.112-**: Constatada a incompatibilidade do vínculo no período apontado, foi instaurado processo administrativo sob o nº 23125.015127/2016-98, para ressarcir ao erário os valores que recebeu indevidamente a título de DE, no referido período. Servidora assinou notificação em 10/11/2016 para autorizar o desconto em contracheque. O valor recebido indevidamente foi lançado para desconto no contracheque da servidora a contar do mês de novembro/2016.

Tabela IV - Docentes em regime de dedicação exclusiva que exercem atividades advocatícias.

***.187.472-**: A servidora não apresentou a manifestação após notificação. Foi aberto Processo Administrativo Disciplinar nº 23125.039934/2016-04 para apuração do caso. Em tramitação na Corregedoria desta IFES.

***.216.232-**: Servidora foi notificada para manifestação, mas não o fez. Para tanto, foi adotado procedimento sumário para a sua apuração por meio do processo 23125.023688/2016-61. Em andamento.

***.548.982-**: Servidor foi notificado para manifestação sobre o suposto ilícito o que não aconteceu. Para tanto, foi adotado procedimento sumário para a sua apuração por meio do processo 23125.023653/2016-21. Em andamento na Corregedoria desta IFES.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os casos contidos na peça estão considerados equacionados perante a Administração Pública Federal.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Espera dos prazos, demora de manifestação por parte dos servidores e intervenção judicial.

Quadro 60 – D - Deliberações do TCU no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 026.271/2015-0	Acórdão 2350/2016-Plenário			Of. 548/2016
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ					1710
Descrição da Deliberação					
<p>O acórdão 2350/2016 teve como objetivo avaliar as práticas de governança e gestão de aquisições adotadas pela Universidade Federal do Amapá averiguando se estão de acordo com as boas práticas e a legislação pertinente. A auditoria abrangeu temas de governança das aquisições, controles de gestão das aquisições, controles internos em nível de atividades no processo de aquisições e conformidade das contradições.</p> <p>No prazo de 90 dias, a IFES, por meio do Ofício Nº 064/2017-REITORIA/UNIFAP, de 12 de janeiro de 2017, encaminhou o plano de providência para a implantação das medidas aprontadas, conforme item 9.5.</p> <p>Além da <i>checklists</i> para fiscalização de contratos de terceirizadas, o PPP contempla o uso das listas de verificação do TCU.</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD					1710
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Sobre os controles na aquisição, a PROAD está trabalhando na formação do Comitê de Aquisições, que contará com um servidor da Divisão de Materiais – DIMAT e outro do Almoxarifado como presidente e vice-presidente.</p> <p>Sobre a gestão de risco, a IFES está na fase final da elaboração da Política de Gestão de Risco , trabalhando na consolidação do Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Nada se aplica.					

Atualmente, o controle das recomendações dos acórdãos do TCU é feito de forma manual, por meio de planilhas. Informamos que a IFES já habilitou, no Sistema SIG, o módulo de Auditoria Interna. Dessa forma, o próximo passo será a migração das informações.

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Nesta seção apresenta-se uma visão geral sobre as recomendações da CGU em relatórios de auditorias, informando a quantidade de determinações e recomendações recebidas do TCU comparativamente à quantidade atendida pelo UPC em casa uma das classificações.

Quadro 61 – A - Deliberações da CGU no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Deliberações do CGU			
Deliberações Expedidas pelo CGU			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 201600129	8	Ofício nº 13.367/2016-CGU-Regional/AP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Deliberação			
<p>Recomendação 168015: A IFES aprovou a Resolução nº 11/2016-CONDIR/UNIFAP, que regra sobre prestação de contas semestral a todos os convênios e termos de cooperação que necessitam de Fundações de Apoio.</p>			
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração - PROAD			1710

Justificativa para o seu não Cumprimento:
As recomendações 168013, 168014, 168016, 168017, 168018 e 168019 estão em tempo hábil. A Universidade Federal do Amapá está revendo sua relação com as Fundações de Apoio, buscando uma Fundação de Apoio com os requisitos contidos nas recomendações e principalmente buscando efetividades nos seus controles internos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Nada a declarar.

Quadro 62 – B - Deliberações da CGU no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Deliberações do CGU			
Deliberações Expedidas pelo CGU			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 201600189	7	Ofício nº 18.472/2016/CGU-Regional/AP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ			1710
Descrição da Deliberação			
<p>Recomendação 162072: A regulamentação da Política de Assistência Estudantil está em trâmite no Conselho Superior da UNIFAP (CONSU).</p> <p>Recomendação 162073: Sobre os critérios balizadores para as ações empreendidas com os recursos do PNAES, a IFES adotou as diretrizes previstas no Decreto Presidencial nº 7.234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES e a partir de 2016, passamos a realizar o levantamento do Perfil Discente, como instrumento para orientar medidas estratégicas que visem atender as reais demandas dos discentes da Unifap sobre a assistência estudantil.</p> <p>Recomendação 162074: A Unifap adquiriu em 2014 o sistema SIG que substituirá o SIGU. O sistema contempla setores da universidade que não possuíam sistema de informação, entre eles a Assistência Estudantil.</p> <p>Recomendação 162075: Os objetivos, metas e indicadores de desempenho traçados pela PROEAC estão em acordo aos objetivos institucionais previstos no Plano de Desenvolvimento da Unifap - PDI, os quais permitirão avaliar sistematicamente</p>			

os resultados alcançados no desenvolvimento do PNAES, previstos no Planejamento Estratégico da PROEAC (2016-2019). Os objetivos, metas e indicadores de desempenho previstos no Planejamento Estratégico da PROEAC foram estabelecidos e homologados em um trabalho conjunto com a Pró-- Reitoria de Planejamento, visando alinhar aos demais setores da Unifap.

Recomendação 162076: Aguardando a implantação do módulo da Assistência Estudantil (AE) do SIGAA. O módulo permitirá acessar de forma integrada as informações acadêmicas do Ensino, Pesquisa e Extensão, Biblioteca e setores administrativos, de tal modo, permitirá aos gestores da Assistência Estudantil (AE) gerir as informações que subsidiem a análise do perfil acadêmico do aluno desde o seu ingresso, acompanhando o seu desempenho acadêmico durante a permanência no curso de graduação e sua vinculação com a AE.

Recomendação 162077: Informamos que está assegurado na política de regulamentação do PNAES/Unifap, prioridade no atendimento de auxílios e bolsas com recursos do PNAES, aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, caracterizados na modalidade prioritária conforme previsto na regulamentação da assistência estudantil.

Recomendação 162078: O estudo técnico está em fase de elaboração.

Recomendação 162079: Informamos que está garantido de forma objetiva na proposta de Regulamentação da Assistência Estudantil, art. 8º que os recursos do PNAES que serão aplicados diretamente na Assistência Prioritária a qual consiste no atendimento a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, por meio da concessão de bolsas e auxílios com acompanhamento psicopedagógico e social.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - PROEAC	1710

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Nada a declarar.

O monitoramento das recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União é feito através do Sistema Monitor, utilizado pela Universidade desde março de 2016. Dessa forma, a IFES submete ao sistema suas ações sanatórias e, em contrapartida, o Ministério faz sua avaliação.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Esta Seção tem por finalidade expor uma visão gerencial de como a Unifap trata os ilícitos administrativos, especialmente os que resultam em danos ao Erário.

Quadro 63 - Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
52	0	0	0	0	0	0	0	0

Obs.: No ano de 2016 houve instauração de 52 processos de reposição ao erário, mas nenhum desses foi instaurado Tomada de Conta Especial.

Com intuito de minimizar tais ocorrências de ilicitude que podem ocasionar em reposição ao erário, anualmente é feito o monitoramento e análise por meio do Sistema SIGRH a declaração anual de acumulação de cargos e empregos públicos respondidos pelos servidores Docentes e Técnicos.

Realiza-se também, consultas no portal da transparência do Governo Federal, Governo do Estado, Prefeitura e Portal da Rais, com a finalidade de apurar servidores com outros vínculos e providenciar medidas administrativas para acompanhar, regularizar e sanar os casos de acumulação ilícita de cargos públicos e privados.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Esta Unidade Administrativa observa o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, através de controle realizado por planilhas eletrônicas extraídas do Sistema Tesouro Gerencial, alimentadas com dados extraídos do SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, observando a ordem cronológica e datas de suas exigibilidades dos processos liquidados contabilmente.

O artigo em referência determina que cada Unidade de Administração, no pagamento das obrigações, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos compromissos, para cada fonte diferenciada de recursos. Nesta Unidade Administrativa a Divisão de Contabilidade registra o lançamento da liquidação

contábil no Sistema SIAFI, de forma individual, por data, fornecedor e fonte de recursos os valores liquidados a pagar, gerando uma Nota de Sistema e após repassa o processo para a Divisão de Execução Financeira para os devidos controles das datas de exigibilidades.

Ressaltamos que, no decorrer do exercício de 2016, todos os repasses mensais de financeiro efetuadas pela Secretaria de Planejamento e Orçamento/Ministério da Educação, em favor desta UPC, foram realizados em percentuais inferiores ao total das obrigações registradas, em média de 60% a 80%, o que causou dificuldades para o cumprimento do dispositivo legal. Nesta situação foi preciso o Ordenador de Despesas priorizar determinados dispêndios, com vistas a evitar as paralisações dos serviços que acarretassem a descontinuidade do bom funcionamento desta UPC. A exemplo da energia elétrica, água canalizada, serviços terceirizados – limpeza e conservação e vigilância ostensiva, serviços de telefonia fixa, bem como diárias, que têm natureza eminentemente indenizatória, e bolsas, que estão atreladas a programas de caráter assistencial.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Esta seção decorre das determinações do Acórdão nº 2859/2013 – TCU, com o objetivo de propor a revisão de preços em contratos firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, em face da desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia – as UPC's estão desobrigadas de atender este item.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Esta seção tem por finalidade fornecer informações relevantes sobre os contratos de publicidade e propaganda firmados pela Unifap no exercício – demonstrados no Quadro 66, abaixo.

Quadro 64 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	2080 / 20RK	10.000,00	2.229,78
Legal	2080 / 20RK	357.978,75	176.079,35
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do decreto 5626/2005

Esta seção tem por objetivo demonstrar o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória, conforme estabelecido no decreto supracitado. O Quadro 67 demonstra os dados.

Quadro 65 - Cursos que ofertam Libras

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento Decreto 5.626/2005	Publicação
Artes Visuais / Licenciatura	102702	Macapá	Sim	-
Artes Visuais / Licenciatura/PARFOR	1140261	Macapá	Sim	-
Ciências Biológicas / Licenciatura	344951	Macapá	Sim	-
Ciências Biológicas / Licenciatura/PARFOR	1140359	Macapá	Sim	-
Educação Física / Licenciatura	99617	Macapá	Sim	-
Educação Física / Licenciatura/EAD	1179010	Macapá	Sim	-
Física / Licenciatura	81453	Macapá	Sim	-
Física / Licenciatura/PARFOR	1139915	Macapá	Sim	-
Geografia / Licenciatura	17195	Macapá	Sim	-
Geografia / Licenciatura/PARFOR	1140315	Macapá	Sim	-
História / Licenciatura	17194	Macapá	Sim	-
História / Licenciatura/PARFOR	1140312	Macapá	Sim	-
Letras Português – Francês / Licenciatura	53533	Macapá	Sim	-
Letras Português – Francês / Licenciatura/PARFOR	1140361	Macapá	Sim	-
Letras Português – Inglês / Licenciatura	53534	Macapá	Sim	-
Letras / Libras / Licenciatura	1268508	Macapá	Sim	-
Língua e Literatura Portuguesa / Licenciatura	17198	Macapá	Sim	-
Matemática / Licenciatura	17196	Macapá	Sim	-
Matemática / Licenciatura/EAD	1278673	Macapá	Sim	-
Pedagogia / Licenciatura	17199	Macapá	Sim	-
Sociologia / Licenciatura	20674	Macapá	Sim	-
Teatro / Licenciatura	1268505	Macapá	Sim	-
Educação do Campo – Biologia e Física	5001243	Mazagão	Sim	-
Educação do Campo- Ciências Agrárias e Biologia	1321327	Mazagão	Sim	-
Filosofia	1321322	Santana	Sim	-
Pedagogia	1321319	Santana	Sim	-
Língua e Literatura Portuguesa	1321326	Santana	Sim	-
Química	1321321	Santana	Sim	-
Ciências Biológicas	1270468	Oiapoque	Sim	-
Geografia	1270473	Oiapoque	Sim	-
História	1270474	Oiapoque	Sim	-
Letras Português-Francês	1270475	Oiapoque	Sim	-
Licenciatura Intercultural Indígena	104686	Oiapoque	Sim	-

Pedagogia	1270476	Oiapoque	Sim	-
Enfermagem	1270482	Oiapoque	Sim	-

8. RELATÓRIO OU PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA

O Parecer de Auditoria foi inserido no item anexo e apêndices deste relatório.

9. PARECER DO COLEGIADO

O Parecer do Conselho Diretor foi inserido no item anexo e apêndices deste relatório.

10. ROL DOS RESPONSÁVEIS

Conforme orientação do TCU, o Rol de Responsáveis não fará parte do relatório de gestão – estas informações serão inseridas no sistema e-Contas daquele tribunal.

11. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

Esta UPC está na jurisdição da CGU e utiliza o Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) e atende a este item inserindo o relatório anual emitido nesse sistema.

12. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

12.1 Integridade e completez das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

Este item tem por objetivo demonstrar as informações sobre a integridade do registro das informações sobre contratos e convênios, conforme determinação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício do relatório de gestão.

Quadro 66 - Declaração de Contratos

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, REGINA SCHINDA, CPF nº 491.626.759-15, Chefe da Divisão de Contratos, exercido na Divisão de Contratos declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a</p>

contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Macapá 20 de março de 2017.

REGINA SCHINDA

491.626.759-15

Chefe da Divisão de Contratos

12.2 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e registro de Atos Admissões e Concessões

Quadro 67 - Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sisac

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da PROGEP estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Macapá-AP, 19 de janeiro de 2017.

Emanuelle Silva Barbosa

688.539.122-00

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

12.3 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Quadro 68 - Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da UNIFAP obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a esta PROGEP para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Macapá-AP, 20 de janeiro de 2017.

Emanuelle Silva Barbosa

688.539.122-00

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

PROGEP

12.4 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do SIAFI

Quadro 69 - Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	154215
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) 1.2.4.0.0.00.00 INTANGÍVEL 1.2.4.1.0.00.00 SOFTWARES 1.2.4.8.0.00.00 AMORTIZACAO ACUMULADA 1.2.4.8.1.01.00 = AMORTIZACAO ACUMULADA – SOFTWARES	

- b) 1.1.3.0.00.00 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO
 - 1.1.3.1.1.00.00 ADIANT CONCEDIDO A PESSOAL/TERCEIROS-CONSOLID
 - 1.1.3.1.1.01.00 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL
 - 1.1.3.1.1.01.01 13 SALARIO - ADIANTAMENTO

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Macapá(AP)	Data	24/02/2017
Contador Responsável	Michelle Helba Oliveira Marques	CRC nº	PA 012454/O

12.5 Integridade dos registros das informações no sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Quadro 70 - Declaração de integridade das informações do Orçamento Federal Anual no SIOP

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual estão sendo realizadas nos módulos do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC); e as alterações orçamentárias são processadas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cuja responsabilidade pela coleta e atualização nos referidos Sistemas são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados nos Sistemas citados, conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Macapá (AP), 21 de março de 2017.

Allan Jasper Rocha Mendes

655.067.902-87

Pró-Reitor de Planejamento

Fundação Universidade Federal do Amapá

12.6 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

Declaramos para os devidos fins que a Conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada e do órgão (26286) é realizada no Departamento de Finanças pela Contadora Responsável da Unidade Gestora.

Os procedimentos para realizar a conformidade contábil da UG e do órgão são os seguintes descritos abaixo:

- Diariamente, são verificados os registros das liquidações contábeis dos processos realizados pela equipe da Divisão de Contabilidade – DICON e os pagamentos executados pela Divisão de Execução Financeira - DIEXFIN .
- Diariamente, são verificados os registros na transação >diário no Sistema SIAFI
- Diariamente, é efetuada a consulta na transação CONDESAUD (Consultar Desequilíbrio do Auditor) para verificar irregularidades
- Após as verificações diárias, são tomadas as providências para sanar as irregularidades, se houver, (Ex. regularizações de OB cancelada, regularização das Guias de Recolhimento da União – GRU) e outros.

Foram dadas as seguintes ressalvas/restrições na conformidade contábil durante o exercício de 2016:

- 302 - FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB – 06 vezes (RMB)
- 315 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO – 04 vezes
- 643 - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL – 12 vezes
- 674 - SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE – 07 vezes

Informamos que com a exceção da restrição 643 - FALTA/EVOL.INCOMPATIVELAMORTIZAÇÃO ATIVO INTANGÍVEL, todas as ressalvas foram sanadas dentro do exercício de 2016.

Informamos ainda que no exercício de 2016 não ocorreu a amortização dos bens intangíveis, os bens registrados na conta de Ativo Intangível (Software) não estavam classificados em vida útil definida ou vida útil indefinida, por esse motivo não foram efetuadas as amortizações dos mesmos, o que gerou a restrição 643 FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZAÇÃO ATIVO.

Ressaltamos que foram tomadas as providências juntamente ao setor competente para as ações de definições quanto a vida útil do bem para que possamos avaliar se será amortizável ou não e as devidas regularizações contábeis.

Local	Macapá(AP)	Data	30/03/2017
Diretora do Departamento de Finanças	Maria do Socorro Barbosa Vieira Monteiro	Portaria CRC	0431/2016-UNIFAP AP-001621/O-4

13. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8958/1994.

O Quadro 71, abaixo alocado, busca evidenciar a relação de projetos desenvolvidos pelas fundações em apoio às Instituições Federais de Ensino Superior, consoante o disposto na Lei nº 8.958/94. O referido quadro é composto por dois grandes blocos. O primeiro tem por objetivo coletar informações quanto ao tipo de instrumento contratual celebrado entre as IFES e a fundação de apoio. O segundo, por sua vez, tem por objetivo apurar os recursos pertencentes às IFES e envolvidos com os projetos geridos pelas fundações.

Quadro 71 - Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Fundação de Apoio													
Nome: Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA)										CNPJ: 01.821.471/0001-23			
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
1	2	16/2012	Executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução do Projeto Estudos orientados de revisão, análise, sistematização de informações científicas e publicação na área de medicamentos e insumos para o Sistema Único de Saúde – SUS, no que concerne a pagamento de despesas decorrentes de prestação de serviços por pessoas jurídicas – Geração de publicações técnico científicas na área de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS com recursos descentralizados pela Nota de Movimentação de Crédito nº 2012NC400401 – Fundo Nacional de Saúde	13/11/2012	31/05/2016	658.732,00	540.228,87						
2	1	25/2015	Constitui objeto deste instrumento, a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para dar apoio ao projeto de ensino do Curso de Formação Continuada de	27/10/2015	31/01/2016	227.755,00	182.828,14						

			Professores Alfabetizadores no âmbito do Pacto Nacional pala alfabetização na Idade Certa 2015 ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá no que concerne à gestão administrativa e financeira com recursos da Ação 20RJ										
3	1	26/2015	Constitui objeto deste instrumento, a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para dar apoio aos projetos de ensino do Curso PROLIND ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá no que concerne à gestão administrativa e financeira, com recursos financeiro da Ação 20RJ.	02/12/2015	29/02/2016	540.000,00	407.268,00						
4	1	33/2015	Constitui objeto deste instrumento, a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para dar apoio ao projeto de ensino do Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> intitulado "Defesa e Segurança Internacional no Platô das Guianas" no que concerne à gestão administrativa e financeira.	02/12/2015	02/06/2017	253.539,16	82.723,87						
5	1	34/2015	Constitui objeto deste instrumento, a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para dar apoio aos projetos de ensino do Curso PARFOR ofertado pela Fundação Universidade Federal do Amapá no que concerne à gestão administrativa e financeira, com	02/12/2015	29/02/2016	121.600,00	89.788,00						

			recursos financeiro da Capes.										
6	2	38/2015	Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas extensão aos colaboradores que irão atuar na execução do projeto de extensão " Universidade da Maturidade - UMAP/2016 "	04/01/2016	30/09/2016	135.975,00	135.975,00						
7	2	40/2015	Constitui objeto deste instrumento a contratação da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA) para executar a gestão administrativa e financeira estritamente necessária ao pagamento de bolsas extensão aos colaboradores que irão atuar na execução do projeto de extensão " Universidade da Mulher 2016 "	04/01/2016	30/09/2016	121.327,50	121.327,50						
						Total	2.053.928,70	1.560.139,38				Total	

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros		Materiais		Humanos
		Valor		Tipo	Valor	Quantidade

16/2012	2	658.732,00	-	-	-	-
25/2015	1	227.755,00	-	-	-	-
26/2015	1	540.000,00	-	-	-	-
33/2015	1	253.539,16	-	-	-	-
34/2015	1	121.600,00	-	-	-	-
38/2015	2	135.975,00	-	-	-	-
40/2015	2	121.327,50	-	-	-	-

Tipo:

- (1) Ensino**
- (2) Pesquisa e Extensão**
- (3) Desenvolvimento Institucional**
- (4) Desenvolvimento Científico**
- (5) Desenvolvimento Tecnológico**

Fonte: DICON/UNIFAP FEV/2017

14. Considerações Finais

O ano de 2016 foi marcado pelo contingenciamento de recursos. Dentro das limitações impostas às Ifes e analisando os resultados alcançados, pode-se afirmar que a Unifap teve dificuldades de cumprir plenamente a sua missão institucional.

A avaliação dos indicadores institucionais representa um avanço significativo na gestão desta universidade, pois os dados mostram não apenas os pontos positivos e negativos da administração, mas, sobretudo, orientam as ações que devem ser parâmetro para as decisões importantes no futuro, e assim, direcionar esta Ifes a um desempenho cada vez mais satisfatório.

O *feedback* do principal público-alvo de uma Universidade e de todos os envolvidos no processo é norteador para a tomada de decisão e assim manter em nível satisfatório os pontos fortes da entidade e investir no melhoramento das deficiências detectadas.

Ressalta-se que com as ações de qualificação dos processos, investimentos nas áreas mais carentes e o foco na prestação de serviços com eficiência e eficácia, acredita-se que o ano de 2017 será de melhores resultados para a Unifap e ainda mais para a sociedade amapaense.

15. Anexos e Apêndices



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PÉRIODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26086 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA - FUNDAÇÃO
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.381.211,41	2.094.192,30	Despesas Orçamentárias	295.531.026,29	196.138.829,88
Ordinárias	24.144,88	30.738,12	Ordinárias	84.277.853,58	27.873.046,38
Vinculadas	1.357.066,58	1.973.453,18	Vinculadas	241.253.072,71	128.265.883,33
Educação	249.423,38	586.145,42	Educação	232.445.451,17	101.558.823,18
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.107.643,20	1.387.307,76	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.634.581,05	-
(-) Deduções de Receita Orçamentária	-0,05	-	Operação de Crédito	-	18.734.592,48
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.819.020,83	8.073.858,00
Transferências Financeiras Recebidas	178.828.664,52	143.034.079,56	Outros Recursos Vinculados a Fundos	354.039,66	1.900.809,71
Resultantes de Execução Orçamentária	152.422.146,29	128.945.121,74	Transferências Financeiras Concedidas	884.888,73	2.012.988,88
Repasse Recebido	152.422.146,29	128.945.121,74	Resultantes de Execução Orçamentária	808.098,57	-
Independentes de Execução Orçamentária	24.406.518,23	18.078.957,82	Repasse Concedido	524.121,19	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	23.051.078,38	15.210.973,58	Repasse Devolvido	83.977,38	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.355.439,85	857.984,28	Independentes de Execução Orçamentária	276.491,18	2.012.988,88
Aporte ao RPPS	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.922,82	1.396.081,11
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	273.568,34	618.884,54
Recbimentos Extraorçamentários	143.080.728,81	29.208.683,59	Aporte ao RPPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.227.385,32	157.276,59	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	139.822.518,29	29.025.878,58	Despesas Extraorçamentárias	22.947.818,42	17.280.334,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.701,70	25.530,44	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	155.998,09	30.357,85
Outros Recbimentos Extraorçamentários	7.143,50	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.788.121,83	17.204.445,89
Ordens Bancárias não Secadas - Cartão de Pagamento	7.143,50	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.701,70	25.530,44
Saldo do Exercício Anterior	2.808.817,25	3.954.091,31	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.808.817,25	3.954.091,31	Saldo para o Exercício Seguinte	4.735.988,58	2.808.817,25
TOTAL	324.089.421,99	178.221.046,76	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.735.988,58	2.808.817,25
			TOTAL	324.089.421,99	178.221.046,76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PÉRIODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA - FUNDAÇÃO
ORÇÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	796.653,00	796.653,00	1.381.211,41	584.558,41
Recetas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxes	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recetas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
Recetas Patrimoniais	288.643,00	288.643,00	404.193,06	115.550,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	91.071,00	91.071,00	122.250,06	31.179,06
Valores Mobiliários	197.572,00	197.572,00	281.943,00	84.371,00
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recetas Patrimoniais	-	-	-	-
Recetas Agropecuárias	-	-	-	-
Recetas Industriais	-	-	-	-
Recetas de Serviços	508.010,00	508.010,00	703.450,11	195.440,11
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	508.010,00	508.010,00	703.450,11	195.440,11
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recetas Correntes	-	-	273.568,24	273.568,24
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	273.568,24	273.568,24
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Recetas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Recetas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	2606 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA - FUNDAÇÃO
ORÇÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	22.478.756,06	14.786.494,82
INGRESSOS	178.233.877,83	146.053.802,30
Receitas Derivadas e Originárias	1.381.211,41	2.004.192,30
Recosta Tributária	-	-
Recosta de Contribuições	-	-
Recosta Patrimonial	122.250,08	92.850,18
Recosta Agropecuária	-	-
Recosta Industrial	-	-
Recosta de Serviços	703.450,11	1.057.883,84
Remuneração das Disponibilidades	281.943,00	238.873,34
Outras Receitas Derivadas e Originárias	273.568,24	616.684,98
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	176.852.366,22	143.048.610,00
Ingressos Extrorçamentários	23.701,70	25.530,44
Transferências Financeiras Recebidas	176.828.664,52	143.024.079,56
DESEMBOLSOS	-155.754.821,58	-130.267.307,88
Pessoal e Demais Despesas	-134.534.684,92	-111.120.421,48
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-82.723,87	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-4.488.892,01	-3.813.813,78
Saúde	-59.700,00	-54.800,00
Trabalho	-	-
Educação	-129.854.850,94	-107.252.007,71
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-16.225,10	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26096 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA - FUNDAÇÃO
ORÇÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	194.213.348,56	151.383.391,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuição de Interesses das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	825.570,20	1.150.834,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	825.570,20	1.150.834,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	281.943,00	238.873,34
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	281.943,00	238.873,34
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	178.886.183,65	143.024.079,56
Transferências Intergovernamentais	178.828.884,52	143.024.079,56
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Passivos Fiscais	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	27.519,13	-
Valorização e Ganhos <i>o</i> / Ativos e Desincorporação de Passivos	15.975.953,42	8.328.533,48
Reavaliação de Ativos	183.051,81	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	14.534.484,08	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.178.417,43	8.328.533,48
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	273.898,28	625.471,39
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
 DIVISÃO DE CONTABILIDADE

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA - CORRENTE / CAPITAL

Receita / Origem	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Excesso	Análise	AV %	AH %
Patrimonial	R\$ 288.643,00	R\$ 288.643,00	R\$ 404.193,06	R\$ 115.550,06	R\$ 115.550,06	19,77%	40,03
Serviços	R\$ 508.010,00	R\$ 508.010,00	R\$ 703.450,11	R\$ 195.440,11	R\$ 195.440,11	33,43%	38,47
Outras Receitas Correntes			R\$ 273.568,24	R\$ 273.568,24	R\$ 273.568,24	46,80%	100
	R\$ 796.653,00	R\$ 796.653,00	R\$ 1.381.211,41	R\$ 584.558,41	R\$ 584.558,41	100,00%	

	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Excesso/Deficit	Análise	AV %	AH %
ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS-PRINCIPAL	R\$ 91.071,00	R\$ 91.071,00	R\$ 122.250,06	R\$ 31.179,06	R\$ 31.179,06	5,33%	34,24
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS-PRINCIPAL	R\$ 197.572,00	R\$ 197.572,00	R\$ 281.943,00	R\$ 84.371,00	R\$ 84.371,00	14,43%	42,70
SERV. ADMINISTRAT. E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	R\$ 113.748,00	R\$ 113.748,00	R\$ 85.348,91	-R\$ 28.399,09	-R\$ 28.399,09	-4,86%	-24,97
INSCR. EM CONCURSOS E PROC. SELETIVOS-PRINCIPAL	R\$ 394.262,00	R\$ 394.262,00	R\$ 617.971,20	R\$ 223.709,20	R\$ 223.709,20	38,27%	56,74
INSCR. EM CONCURSOS E PROC. SELETIVOS-MUL. JUR.			R\$ 130,00	R\$ 130,00	R\$ 130,00	0,02%	100
OUTRAS INDENIZACOES-PRINCIPAL			R\$ 6.768,96	R\$ 6.768,96	R\$ 6.768,96	1,16%	100
RESTIT. DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES-PRINC.			R\$ 253.427,70	R\$ 253.427,70	R\$ 253.427,70	43,35%	100
OUTRAS RESTITUICOES-PRINCIPAL			R\$ 13.371,58	R\$ 13.371,58	R\$ 13.371,58	2,29%	100
	R\$ 796.653,00	R\$ 796.653,00	R\$ 1.381.211,41	R\$ 584.558,41	R\$ 584.558,41	100,00%	

Após Análise do Balanço Orçamentário, verificamos na origem da execução orçamentária da receita uma variação de **33,43%** correspondem a Receitas de Serviços, onde sua maior variação ocorreu na conta de Inscrições em Concursos e Processos Seletivos, que no ano de 2016 sofreu uma variação de **R\$ 223.709,20 (Duzentos e vinte e três mil setecentos e nove reais e vinte centavos)** entre receitas prevista e receita realizada, representando **38,27%** so total das receitas do exercício.



Notas Explicativas – Fornecedores e Contas a Pagar – 4º Trimestre

Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2016, a Fundação Universidade Federal do Amapá apresentou um saldo em aberto de **R\$ 3.279.878,17 (Três milhões duzentos e setenta mil oitocentos e setenta e oito reais e dezessete centavos)**, relacionados contas a pagar credores nacionais.

Com base na análise horizontal do Balanço Patrimonial, verificou-se que houve um aumento significativo de 873,02% na conta de fornecedores e contas a pagar de curto prazo em relação ao final do exercício de 2015.

Na tabela apresentada a seguir, relacionam-se os fornecedores mais significativos e seus respectivos saldos em aberto, na data base de 31/12/2016.

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2016	AV (%)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	132.534,26	4,04
Daten Tecnologia Ltda	556.445,01	16,96
Dimalab Eletronics do Brasil Eireli-EPP	147.516,51	4,50
Distribuidora NS Perpétuo Socorro Ltda – ME	248.200,00	7,57
Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade	166.406,33	5,07
Júnior Eletricidade LTDA-EPP	106.834,92	3,26
Redisul Informática Ltda	113.760,50	3,47
Torino Informática Ltda	1.425.901,75	43,47
Demais Fornecedores	382.278,53	11,66
Total	3.279.878,17	100,00

Fonte: Tesouro gerencial – Dezembro/2016

Após análise realizada no SIAFI, verificou-se que **R\$ 2.227.223,07 (Dois milhões duzentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e três reais e sete centavos)** que correspondem a aproximadamente 67% dos saldos em aberto em 31/12/2016 foram registrados no sistema na última semana do mês de dezembro, a partir do dia 26/12/2016. No entanto, a programação para a liberação do recurso financeiro não ocorreu dentro do exercício corrente.

Verificou-se ainda que **R\$ 786.174,69 (Setecentos e oitenta e seis mil cento e setenta e quatro reais e sessenta e nove centavos)** que totalizam 24% do total dos valores, referem-se a fornecedores que possuem empenhos com recursos orçamentários de emendas parlamentares, cujos recursos financeiros já foram solicitados através de planilha específica.

O valor mais relevante do grupo fornecedores e contas a pagar refere-se ao Fornecedor Torino Informática Ltda, que totaliza **R\$ 1.425.901,75 (Hum milhão quatrocentos e vinte e cinco mil novecentos e um reais e setenta e cinco centavos)**, correspondente a 43,47% do valor total do grupo, referente a aquisições realizadas no ano de 2016 através do Pregão Eletrônico Nº 025/2016 - Registro de Preços, para atender as demandas de equipamentos de informática (computadores tipo desktop e notebooks) para atender as demandas da instituição.



NOTAS EXPLICATIVAS – Obrigações Contratuais – 4º Trimestre

Obrigações Contratuais

Em 31/12/2016, a Fundação Universidade Federal do Amapá possuía um saldo de R\$ 52.434.013,66 (Cinquenta e dois milhões quatrocentos e trinta e quatro mil treze reais e sessenta e seis centavos) relacionados a obrigações contratuais correspondentes a parcelas de contratos que serão executadas no exercício atual e posteriores.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

1 – Obrigações Contratuais – Composição.

Conta	Descrição	31/12/2016	AV (%)	31/12/2015	AH (%)
8.1.2.3.1.02.00	Contratos De Serviços	52.031.940,26	99,23	49.021.173,35	6,14
8.1.2.3.1.03.00	Contratos De Aluguéis	170.658,40	0,32	0,00	100
8.1.2.3.1.04.00	Contratos De Fornecimento De Bens	231.415,00	0,44	109.514,10	111,31
Total		52.434.013,66		49.130.687,45	6,72

As obrigações contratuais relacionadas a contratos de serviços 99,23% do total das obrigações assumidas pela Universidade Federal do Amapá no final do exercício de 2016, dos quais 59% já estão em execução e 41% foram executados.

Com base na análise horizontal, verificou-se uma variação positiva de 111,31% na conta de Contratos de Fornecimento de Bens, em relação ao exercício de 2015. Este aumento refere-se a ao contrato nº 47/2015 estabelecido entre a empresa R e R Empreendimentos Eireli – EPP e a Universidade Federal do Amapá, para atender as demandas de fornecimento de combustível da IFES.

A conta de Contratos de Aluguéis sofreu uma variação de R\$ 170.658,40 que representou 100% em relação a 31/12/2015, devido aos contratos pactuados com os fornecedores Dácio de Oliveira Neri e Grupo Capital Ltda, no ano de 2016, visando atender as demandas do Campus Binacional – Oiapoque/Ap.

2 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor executado	Valor a executar	Valor Total
Arena Distribuidora e Comercio De Alimentos E Serviços	Fornecimento de Alimentação - RU	1.066.502,90	604.327,10	1.670.830,00
Valle Servicos Ltda - Me	Limpeza e Conservação	2.239.689,29	282.310,71	2.522.000,00
Queiroz & Maciel Seguranca E Vigilancia Ltda.	Segurança e Vigilância	7.179.977,82	3.709,22	7.183.687,04
Consortio MHA-DPJ	Obras	4.085.780,04	1.108.459,96	5.194.240,00
Playpiso Pisos Esportivos Ltda	Obras	3.159.175,16	1.046.824,84	4.206.000,00
M D Costa - Epp	Obras	757.896,78	1.964.925,03	2.722.821,81



Notas Explicativas – Restos a Pagar – 4º Trimestre

Execução de Restos a Pagar

Composição Das Principais Despesas Correntes e/ou De Capital.

Após análise do relatório de Restos a Pagar referente ao exercício de 2016, verificamos o saldo da conta 53.111.01.00 - RPNP (Restos A Pagar Não Processados A Liquidar Inscritos), de **R\$ 28.795.079,45 (Vinte e Oito milhões setecentos e noventa e cinco mil setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)** sofreu um aumento em relação ao exercício anterior de **97,52%** em relação a **R\$ 14.578.324,85 (Quatorze milhões quinhentos e setenta e oito mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos)** do exercício de 2015.

Esse aumento se deu em decorrência da inscrição de empenhos relativos a serviços continuados (realizados nos últimos meses do ano cujas notas fiscais não foram liquidadas em tempo hábeis), obras e instalações que somaram o valor de **R\$ 19.451.188,18 (Dezenove milhões quatrocentos e cinquenta e um mil cento e oitenta e oito reais e dezoito centavos)**, que representaram 87,50% do valor total.

Durante o exercício de 2016 ocorreu uma variação de 73,89% - **R\$ 1.749.138,32 (Hum milhão setecentos e quarenta e nove mil cento e trinta e oito reais e trinta e dois centavos)** na conta 63.198.00.00 (Outros Cancelamentos De RpnP), visando atender as normas do encerramento do exercício, conforme decreto Nº 93.872/96, Art. 68. Tais cancelamentos se deram em decorrência da falta de entrega do material ou da prestação dos serviços pelos fornecedores, deixando de atender as cláusulas dos contratos.

Houve variação na conta 63.130.00.00 – (Rp Nao Processados Liquidados A Pagar) de **R\$ 86.366.97 (Oitenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos)** - 6060,34%, em comparação ao exercício de 2015, sendo a mesma proveniente das seguintes liquidações:

Grupo Despesa	Fonte De Recurso	Item Informação	Valor Inscrito	% Base Valor Total Variações
Investimentos	12	Recursos Dest. a Manut. e Des. do Ensino	R\$ 78.194,22	91,84%
Outras Despesas Correntes	00	Recursos Ordinários	R\$ 8.172,75	9,60%



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - FUNDAÇÃO
ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
EMISSÃO 18/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015	AH
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	22.478.756,05	14.786.494,62	
INGRESSOS	178.233.577,63	145.053.802,30	22,87%
Receitas Derivadas e Originárias	1.381.211,41	2.004.192,30	-31,08%
Receita Tributária	-	-	
Receita de Contribuições	-	-	
Receita Patrimonial	122.250,06	92.650,16	31,95%
Receita Agropecuária	-	-	
Receita Industrial	-	-	
Receita de Serviços	703.450,11	1.057.983,84	-33,51%
Remuneração das Disponibilidades	281.943,00	236.673,34	19,13%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	273.568,24	616.884,96	-55,65%
Transferências Correntes Recebidas	-	-	
Intergovernamentais	-	-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
Dos Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-	-	
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	
Outros Ingressos das Operações	176.852.366,22	143.049.610,00	23,63%
Ingressos Extraorçamentários	23.701,70	25.530,44	-7,16%
Transferências Financeiras Recebidas	176.828.664,52	143.024.079,56	23,64%
DESEMBOLSOS	-155.754.821,58	-130.267.307,68	19,57%
Pessoal e Demais Despesas	-134.534.684,92	-111.120.421,49	21,07%
Legislativo	-	-	
Judiciário	-	-	
Essencial à Justiça	-	-	
Administração	-	-	
Defesa Nacional	-	-	
Segurança Pública	-82.723,87	-	
Relações Exteriores	-	-	
Assistência Social	-	-	
Previdência Social	-4.486.662,01	-3.813.813,78	17,64%
Saúde	-59.700,00	-54.600,00	9,34%
Trabalho	-	-	
Educação	-129.854.650,94	-107.252.007,71	21,07%
Cultura	-	-	
Direitos da Cidadania	-16.223,10	-	
Urbanismo	-	-	
Habituação	-	-	
Saneamento	-	-	
Gestão Ambiental	-	-	
Ciência e Tecnologia	-	-	
Agricultura	-	-	
Organização Agrária	-	-	
Indústria	-	-	
Comércio e Serviços	-	-	
Comunicações	-	-	
Energia	-	-	
Transporte	-	-	
Desporto e Lazer	-41.868,50	-	
Encargos Especiais	-	-	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	7.143,50	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	
Outros Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-20.311.845,23	-17.108.390,10	18,72%
Intergovernamentais	-	-	
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
A Municípios	-	-	



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

TÍTULO
SUBTÍTULO
ORGÃO SUPERIOR
EXERCÍCIO
PERÍODO
EMIÇÃO
VALORES EM UNIDADES DE REAL

BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - FUNDAÇÃO
26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
2016
QUARTO TRIMESTRE (Encerrado) (Fechado)
17/01/2017

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	AH %	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	AH %
Receitas Orçamentárias	1.381.211,41	2.004.192,30	-31,08%	Despesas Orçamentárias	295.531.026,29	156.138.929,68	89,27%
Ordinárias	24.144,88	30.739,12	-21,45%	Ordinárias	54.277.953,58	27.873.046,35	94,73%
Vinculadas	1.357.066,56	1.973.453,18	-31,23%	Vinculadas	241.253.072,71	128.265.883,33	88,09%
Educação	249.423,36	586.145,42	-57,45%	Educação	232.445.451,17	101.556.823,16	128,88%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.107.643,20	1.387.307,76	-20,16%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.634.561,05	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,03	-	-	Operação de Crédito	-	16.734.592,46	-
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.819.020,83	8.073.658,00	-40,31%
				Outros Recursos Vinculados a Fundos	354.039,66	1.900.809,71	-81,37%
Transferências Financeiras Recebidas	176.828.664,52	143.024.079,56	23,64%	Transferências Financeiras Concedidas	884.589,73	2.012.965,65	-56,06%
Resultantes da Execução Orçamentária	152.422.146,29	126.945.121,74	20,07%	Resultantes da Execução Orçamentária	608.098,57	-	-
Repasse Recebido	152.422.146,29	126.945.121,74	20,07%	Repasse Concedido	524.121,19	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	24.406.518,23	16.078.957,82	51,79%	Repasse Devolvido	83.977,38	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	23.051.078,36	15.210.973,56	51,54%	Independentes da Execução Orçamentária	276.491,16	2.012.965,65	-86,26%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.355.439,87	867.984,26	56,16%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.922,92	1.396.081,11	-99,79%
Aporte ao RPPS	-	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	273.568,24	616.884,54	-55,65%
Aporte ao RGPS	-	-	-	Aporte ao RPPS	-	-	-
				Aporte ao RGPS	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	143.080.728,81	29.208.683,59	389,86%	Despesas Extraorçamentárias	22.947.819,42	17.260.334,18	32,95%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.227.365,32	157.276,59	1952,03%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	155.996,09	30.357,85	413,86%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	139.822.518,29	29.025.876,56	381,72%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	22.768.121,63	17.204.445,89	32,34%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.701,70	25.530,44	-7,16%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.701,70	25.530,44	-7,16%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7.143,50	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	7.143,50	-	-				
Saldo do Exercício Anterior	2.808.817,25	3.984.091,31	-29,50%	Saldo para o Exercício Seguinte	4.735.986,55	2.808.817,25	68,61%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.808.817,25	3.984.091,31	-29,50%	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.735.986,55	2.808.817,25	68,61%
TOTAL	324.099.421,99	178.221.046,76	81,85%	TOTAL	324.099.421,99	178.221.046,76	81,85%

NOTAS EXPLICATIVAS:

Após análise do Balanço Financeiro verificou-se que a conta de Inscrição em Restos a Pagar Processados sofreu uma variação de 1.952,03%, esse aumento ocorreu em decorrência de um contrato firmado com o Consórcio Jota Ele visando efetuar a construção do Hospital Universitário (HU) no do Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá com vigência a partir 02/12/2016, cujo empenho no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões) realizado em novembro de 2016 não registrou nenhuma liquidação no exercício, tendo que ser totalmente inscrito em Restos a Pagar Não Processados.

Planejamento Tático da Pró-reitoria de Extensão e Ações Comunitárias

Perspectiva BSC	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDI)	OBJETIVOS SETORIAIS (PLANO TÁTICO)	INDICADOR	COMO SE CALCULA	METAS							
					2016		2017		2018		2019	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Sociedade	Contribuir com o avanço científico e tecnológico na região	Promover ações de extensão que contribuam com o avanço acadêmico, científico e cultural no Amapá	Número de eventos, feiras e oficinas com foco nos eixos cultura, esporte e tecnologia	soma do número de eventos realizados	2		4		5		6	
			Quantidade de Simpósios	Somatório de Simpósios de Extensão e Assistência realizados no ano.	1		2		2		2	
			Quantidade de Ações Extensionistas	Somatório de Ações Extensionistas realizados.	60		80		100		120	
	Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica	Consolidar a política de assistência estudantil, viabilizando a igualdade de oportunidades para a melhoria do desempenho acadêmico.	Taxa de alunos em vulnerabilidade	(Quantidade de alunos atendidos/Quantidade de alunos em vulnerabilidade)*100	30%		50%		75%		100%	
			documentos de normatização	Elaborar, aprovar e executar resolução da política de Assistência	30%		50%		75%		100%	
Processos Internos	Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão	Monitorar as ações de extensão e assistência estudantil através de indicadores	pesquisa de satisfação	aplicação de questionário	30%		50%		75%		100%	
			Monitorar os indicadores da extensão e assistência	(Quantidade de indicadores medidos / total de indicadores) * 100								
			índice de projetos/programas de extensão	$IPPE = \frac{PPE}{TPPE} \times 100$	4%		4,50%		5%		6%	
			Taxa de alunos extensionistas	$TAE = \frac{NAeAcE}{NTAG} \times 100$	2%		3%		4%		5%	
	Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional	Ampliar e fortalecer os canais de comunicação e integração externos e internos	nº de manuais e cartilhas digitais publicados	Elaborar e publicar documentos informativos	30%		50%		75%		100%	
			site próprio para assistência estudantil	Aprimorar o site, tornando-o mais informativo e de fácil	50%		60%		80%		100%	

			acesso.								
		canal de divulgação nas coordenações de cursos	1- nº de memorando circular informativo expedido para as coordenações de curso; 2- nº de palestras de divulgação realizada em eventos das coordenações.	25%		50%		75%		100%	
		Realizar treinamento de acolhimento para novos colaboradores	(Quantidade de novos colaboradores capacitados / Quantidade de novos colaboradores) * 100	10%		50%		70%		100%	
		Realizar treinamento com os professores para as atividades de extensão	(Quantidade de professores capacitados / quantidade total de professores) * 100	10%		50%		70%		80%	
		Realizar treinamento com os técnicos para as atividades de extensão	(Quantidade de técnicos capacitados / quantidade total de técnicos) * 100	10%		30%		40%		50%	
		Realizar treinamento com os alunos na matrícula semestral	(Quantidade de professores capacitados / quantidade total de professores) * 100	10%		50%		70%		80%	
Fortalecer a política de Governança Corporativa	Estabelecer políticas de boas práticas para extensão e assistência estudantil	Catálogo os processos da proeac	Taxa de processos documentados	60%		70%		80%		90%	
		Manuais publicados para os usuários	(Quantidade de Manuais / Processos documentados) * 100	10%		50%		70%		100%	
Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar	Aprimorar a mobilidade acadêmica como política de permanência estudantil	Taxa de estudantes de graduação que participam da mobilidade acadêmica	(Quantidade de alunos participantes / Quantidade total de alunos da graduação) * 100	2%		3%		4%		5%	
		Taxa de estudantes que apresentaram trabalhos	(Quantidade de alunos que apresentaram trabalhos / Quantidade total de alunos participantes) * 100	50%		55%		60%		70%	

		Taxa de estudantes que participaram de atividades esportivas e culturais	(Quantidade de alunos que apresentaram trabalhos / Quantidade total de alunos participantes) * 100	50%		45%		40%		30%	
		Taxa de estudantes em vulnerabilidade financeira que fazem mobilidade	(Quantidade de alunos em vulnerabilidade financeira / Quantidade total de alunos participantes) * 100	60%		70%		80%		90%	
	Contribuir para a redução de taxas de retenção e evasão	PROGRAD / PROEAC	em processo de estudos para formular								
	Contribuir para a redução de taxas de retenção e evasão	percentual de alunos reprovados por disciplina na universidade	Solicitar semestralmente, da PROGRAD, dados de rendimento acadêmico.	25%		50%		75%		100%	
		percentual de alunos beneficiários reprovados disciplina na universidade	Realizar monitoramento, no sistema, referente ao rendimento acadêmico dos beneficiários.	25%		50%		75%		100%	
		percentual de alunos evadidos na universidade	Solicitar semestralmente, da PROGRAD, dados de rendimento acadêmico.	25%		50%		75%		100%	
		percentual de alunos beneficiários evadidos na universidade	Realizar monitoramento, no sistema, referente ao rendimento acadêmico dos beneficiários.	25%		50%		75%		100%	
	Incentivar a integração de ações que envolvam a pesquisa, ensino e extensão	Taxa de programas e projetos interdisciplinares em extensão	TPPIE = NPPI : NAcE x 100	12%		14%		16%		18%	
	Promover a interação entre docentes, discentes e técnicos	Participação de docentes na extensão	PDE = nDE : TD x 100	16%		17%		18%		19%	

	administrativos para elaboração de ações extensionistas	participação de discentes na extensão	$PDiE = nDiE : TDi \times 100$	4%		5%		6%		7%	
		participação de técnicos na extensão	$PTAE = nTAE : TTA \times 100$	4%		5%		6%		7%	
Criar e implementar políticas de inclusão	Incentivar a promoção da inclusão e a permanência	taxa de inclusão de população vulnerável às ações extensionistas (TIVE)	$TIVE = NAcEVS : TAcE \times 100$	30%		35%		40%		45%	
Promover a interação com a sociedade e instituições	Fortalecer a integração da UNIFAP com instituições públicas e privadas que atendam demandas sociais	Taxa de ações de extensão dirigidas à escolas públicas	$TEPE = NAcEeP : NAcE \times 100$	20%		21%		22%		23%	
Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Ampliar o atendimento	percentual de alunos	quantidade de alunos da unifap dividido pela quantidade de alunos atendidos na PROEAC X 100	20%		30%		40%		50%	
		percentual de professores	quantidade de PROFESSORES da unifap dividido pela quantidade de PROFESSORES atendidos na PROEAC X 100	20%		30%		40%		50%	
Fortalecer e Ampliar o processo de interiorização	Fortalecer e ampliar o alcance dos auxílios, bolsas e editais para o fomento da assistência e extensão nos interiores	Taxa de alunos atendidos em vulnerabilidade financeira	(Quantidade de alunos atendidos / Quantidade de alunos em vulnerabilidade financeira) * 100	50%		60%		70%		80%	

	Intensificar o acesso à Tecnologia da informação	Fortalecer o uso das tecnologias na execução de processos e serviços	Uso de sistema de informação para os macroprocessos	(Quantidade de Sistemas de Informação / Quantidade de Macroprocessos) * 100	50%	60%	80%	100%			
			índice de mapeamento de processos	IMP = nPM : TPM x 100	70%	75%	80%	85%			
Aprendizado e Crescimento	Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)	Possibilitar a formação continuada dos profissionais da PROEAC	índice de capacitação de técnico-administrativo	ICTA = SC : TS x 100	35%	45%	55%	65%			
	Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)		Taxa de Participação de profissionais em cursos de capacitação	(Quantidade de profissionais participantes / Quantidade total de profissionais da PROEAC) * 100	50%	70%	90%	100%			
	Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)	Mapear as habilidades e competências dos técnicos/docentes/discentes	Catalogar habilidades e competência por meio de questionários.	(quantidades de pessoas que preencheiro / somatório de alunos e funcionários) * 100	10%	20%	30%	40%			
	Ampliar e adequar a estrutura acadêmica	Adequar infraestrutura para atender demanda	Taxa de ocupação dos espaços da Proeac	(Quantidade de solicitações / quantidade de salas)*100	50%	60%	70%	80%			
			Adequar o quadro técnico especializado de acordo com a demanda	Quantidade de atendimentos qualitativos dos assistentes sociais	Aplicacao de formulário psicossocial e relatório mensal de atendimento	1584	2376	3168	3168		
				Quantidade de atendimentos qualitativos dos Psicólogos	Aplicacao de formulário psicossocial e relatório mensal de atendimento	2376	2376	3168	3168		
			Quantidade de atendimentos qualitativos dos Pedagogos	Aplicacao de formulário psicossocial e relatório mensal de	-	792	1584	1584			

				atendimento								
			pesquisa de satisfação	Aplicação de Questionário	70%		80%		90%		95%	
Orçamento	Reduzir os custos operacionais	Reduzir Custos Operacionais	Reduzir a quantidade de uso de papel	Quantidade de resmas de papel utilizadas	10		6		5		3	
	Assegurar os recursos orçamentários	Planejar e executar os recursos da assistência estudantil e da extensão	Construir o planejamento estratégico da extensão e da assistência	Documento do planejamento tático publicado	1		1		1		1	
			Emitir relatórios de resultados parciais e finais	Documento do relatório parcial e final publicado	3		3		3		3	
	Assegurar os recursos orçamentários	Buscar parcerias visando captação de recursos para fomentar as ações de extensão e assistência estudantil ampliada	taxa de volume de recursos financeiros captados por editais-similares	$TRFE = \frac{VRF}{VTRF} \times 100$	5%		10%		15%		20%	

Planejamento Tático da Pró-reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais

Perspectiva BSC	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDI)	OBJETIVOS SETORIAIS (PLANO TÁTICO)	INDICADOR	COMO SE CALCULA	METAS							
					2016		2017		2018		2019	
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Sociedade	Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica	Fortalecer os laços interinstitucionais para o desenvolvimento da Amazônia	Convites para eventos com impacto no desenvolvimento regional	em processo de estudos para formular	4		6		8		10	
			Projetos de extensão realizados	em processo de estudos para formular	6		8		10		12	
	Fomentar e Valorizar a diversidade Cultural	Consolidar uma cultura de internacionalização;	Número de inscritos nos editais e eventos; número de cursos em outros idiomas; número de mobilidade; número de recepção de acadêmicos internacionais; número de projetos internacionais; número de acordos (Somatório de todos os indicadores relacionados a internacionalização)	em processo de estudos para formular	585		50%		50%		30%	
Processos Internos		Aumentar o número de docentes e discentes internacionais	Quantidade de docentes internacionais	Número de docentes	6		50%		30%		30%	
			Quantidade de discentes internacionais	número de discentes	11		50%		50%		30%	
	Aumentar o número de mobilidades internacionais para a comunidade acadêmica	Quantidade de docentes em mobilidade	número de discentes									
		Quantidade de discentes em mobilidade	número de discentes	17		30%		30%		30%		
		Quantidade de técnicos em mobilidade	número de discentes	1		2		3		4		
		Quantidade de disciplinas em outros idiomas	número de discentes	0		1		2		4		

	Estimular o multilinguismo nas atividades acadêmicas	Quantidade de cursos em outros idiomas	número de discentes	4							
	Aumentar o número de acordos e projetos com instituições internacionais	Quantidade de projetos	número de projetos	indefinido		25%		25%		25%	
		Quantidade de acordos	numero de acordos realizados e efetivados	3		3		3		3	
Fortalecer o ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar	Incentivar a produtividade científica através dos editais;	Pontuação média dos candiatos	em processo de estudos para formular	?		15%		15%		15%	
	Promover os editais externos;	Quantidade de contemplações	em processo de estudos para formular	0							
Fortalecer e Ampliar o processo de interiorização	Fortalecer a característica fronteiriça	Quantidade de projetos e publicações em estudos fronteiriços	em processo de estudos para formular	indefinido		25%		25%		25%	
		Quantidade de projetos com parceiros do entorno geográfico	em processo de estudos para formular	indefinido		25%		25%		25%	
		Quantidade de publicações conjuntas com parceiros do entorno geográfico	em processo de estudos para formular	indefinido		25%		25%		25%	
		Quantidade de eventos	em processo de estudos para formular	2		4		6		6	
Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional	Ampliar a comunicação com a comunidade acadêmica	Quantidade de seguidores nas redes sociais	em processo de estudos para formular	1000		2000		3000		4000	
		Quantidade de inscritos nos editais	em processo de estudos para formular	verificar (por vaga)		25%		25%		25%	
Promover a interação com a sociedade e instituições.	Estabelecer parcerias com instituições nacionais.	Quantidade Convênios firmados.	Contagem de Convênios	2		4		6		8	
Aprimorar os processos gerenciais e operacionais.	Mapear e otimizar processos.	Percentual de processos mapeados	nº de processos mapeados/ nº processos existentes x 100	100%		100%		100%		100%	
	Aprimorar o processo de gestão.	Percentual de metas alcançadas;	Soma das metas previstas/soma das metas realizadas x 100	70%		80%		90%		95%	

Aprendizado e Crescimento	Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)	Qualificar e capacitar os servidores.	Quantidade de servidores alcançados;	Contagem de servidores.	4		4		5		6	
			Média de cursos realizados por servidor.	Contagem de cursos anualmente/número de servidores.	6		7		8		8	
	Ampliar e adequar a estrutura administrativa	Ampliar e adequar a estrutura administrativa	Quantidade de m ² por servidor.	espaço físico em m ² / quantidade de servidor.	5		5		4		5	
			Quantidade de servidores.	Contagem de servidores.	4		4		5		6	
Orçamento	Assegurar os recursos orçamentários	Ampliar a captação de recursos externos para internacionalização;	Quantidade de projetos contemplados	em processo de estudos para formular	indefinido		25%		25%		25%	

Planejamento Tático da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

BSC	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDI)	OBJETIVOS SETORIAIS (PLANO TÁTICO)	INDICADOR	COMO SE CALCULA	METAS								
					2016		2017		2018		2019		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
Aprendizado	Ampliar e adequar a estrutura administrativa	Reorganizar a estrutura organizacional e elaborar nova resolução com base nas Res. 01/13 no que compete a PROGEP	Quantidade de Resolução	Contagem de Resolução	1								
Aprendizado	Fortalecer a política de valorização e bem-estar do servidor	Implantar programas de prevenção e assistência à saúde e segurança no trabalho	Quantidade de programas implantados	Qtd de programas implantados	6		9		9		9		
			Quantidade de eventos	Quantidade de eventos	9		9		9		9		
Aprendizado	Fortalecer a política de valorização e bem-estar do servidor	Ampliar os serviços de atenção à saúde dos servidores, e realizar ações de promoção à saúde.	Número de atendimentos aos servidores	Soma total de servidores atendidos anualmente	440		480		530		580		
			Número de atendimentos a dependentes	Soma total de dependentes atendidos anualmente	220		260		320		400		
			Número de parcerias/convênios firmados com instituições públicas e privadas	Soma total de parceiros/convênios firmados com instituições públicas e privadas anualmente	18		22		26		31		
			Número de servidores lotados na Divisão de Qualidade de Vida	Soma do número de servidores lotados na DQVT anualmente	4		6		6		7		
			Número de programas/projetos implantados e implementados	Soma do número de programas/projetos em curso ou realizados anualmente	17		18		19		20		
			Número de pessoas beneficiadas com ações de qualidade de vida no trabalho	Soma do número de pessoas beneficiadas com ações de QVT, durante um ano	2700		2800		2900		3000		

Aprendizado	Qualificar e Capacitar os Servidores (docentes e técnicos)	Qualificar e capacitar servidores da UNIFAP	Índice de Cursos Presenciais	(Número de cursos presenciais/ número total de cursos ofertados)*100	80%	80%	85%	87%
			Índice de cursos a distância	(Número de cursos a distancia/ número total de cursos ofertados)*100	0%	10%	12%	13%
			Índice de conclusão	(Número de Servidores concluintes/ número total de inscritos)*100	60%	65%	70%	75%
			Índice de capacitação do corpo técnico administrativo da UNIFAP	(Quantidade de técnicos capacitados/número total de técnicos)*100	20%	25%	30%	35%
			Índice de Qualificação do Corpo técnico administrativo	$IQCTA = (5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF) / (D + M + E + G + EM + EF),$ Onde: IQCTA = índice de qualificação do corpo técnico administrativo; D = número de doutores; M = número de mestres; E = número de especialistas; G = número de graduados; EM = número de servidores com ensino médio; EF = número de servidores com ensino fundamental;	1,38	1,41	1,45	1,5
Aprendizado	Qualificar e Capacitar os Servidores (docentes e técnicos)	Implementar a gestão da capacitação por competência	Percentual de setores mapeados e analisados;	(Total de setores mapeados e analisados/Total de Setores da UNIFAP)*100	50%	100%		
			Percentual de setores em que a prática da Gestão da Capacitação por Competências (GCC) foi implementada;	(Total de setores em que a GCC foi implementada/total de setores da UNIFAP)*100	15%	40%	70%	100%

Orçamento	Reduzir os custos operacionais	Reduzir desperdícios na utilização de papel/água/luz/telefone	Campanha de sensibilização para redução de desperdício de água e luz	Número de ações promovidas	3	3	2	2		
			Redução do uso de telefone	Percentual de diminuição - Toma-se como base o valor anual da conta de telefone	8%	6%	5%	3%		
			Redução do uso de papel	Toma-se como base o consumo mensal de resmas de papel (40 resmas mensal x 12 = 480 consumo anual)	480	420	400	380		
Processos Internos	Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão	Implantar e executar o dimensionamento da força de trabalho	Percentual de setores mapeados	(Número de setores mapeados / Total de Setores da UNIFAP)*100	50%	50%				
			Percentual de variáveis aplicadas e concluídas	(Número de variáveis aplicadas e concluídas / Total de variáveis projetadas) *100	50%	100%				
			Quantidade de relatórios elaborados	Quantidade de dimensionamento por semestre	1	1	1	1		
Processos Internos	Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão	Implantar o controle do planejamento estratégico	Percentual de objetivos setoriais alcançados	(Quantidade de Objetivos Setoriais Alcançados / Total de Objetivos Setoriais) * 100	30%	60%	80%	100%		
Processos Internos	Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão	Fortalecer a atividade de controle interno	Reduzir a quantidade de Demandas recebidas	Percentual do número de recomendações/Determinações do ano em exercício ÷ pelo número de Recomendações/Determinações do ano anterior x 100	A APURA R	50%	25%	0		
			Aumentar a quantidade de Demandas resolvidas	Percentual do número de Demandas resolvidas ÷ Números de Demandas recebidas x 100	100%	100%	100%	100%		
			Aumentar a quantidade de Determinações/Recomendações atendidas	Percentual do número de Recomendações/Determinações atendidas ÷ Número de Determinações/Recomendações recebidas x 100	100%	100%	100%	100%		

Processos Internos	Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Desenvolver o mapeamento dos processos da PROGEP	Número de processos mapeados (POP) na PROGEP	(Quantidade de processos mapeados / Total de processos da PROGEP) * 100	50%	100%						
Processos Internos	Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Manter atualizado o assento e o cadastro funcional dos servidores	Quantidade de pastas funcionais atualizadas	(Quantidade de Pastas funcionais atualizadas / Total de pastas) * 100	50%	90%	100%			100%		
Processos Internos	Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Fortalecer os procedimentos de admissão	Quantidade de retorno de processos de admissão da CGU para correção	(Quantidade de processos retornados para correção / Quantidade de processos encaminhados) * 100	30%	20%	10%			5%		
			Aproveitamento das vagas remanescentes	(Quantidade de vagas preenchidas / quantidade de vagas ofertadas) * 100	80%	90%	95%			95%		
Processos Internos	Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Otimizar o gerenciamento dos dados da folha de pagamento	Relação entre o aumento e a redução da demanda de processos	(Demanda de processos do ano atual / demanda de processos do ano anterior) x 100	30%	60%	80%			100%		
			Relação entre o aumento e a redução do atendimento a demanda de processos por ano	(Processos atendidos no atual / demanda de processos total do ano) x 100	30%	60%	80%			100%		
			Relação entre o aumento e a redução do número de recomendações de auditorias	(Número de recomendações de auditoria do ano atual / número de recomendações de auditorias do ano anterior) x 100	30%	60%	80%			100%		
			Relação entre o aumento e a redução do número de recomendações de auditoria/MPOG atendidas	(Número de recomendações atendidas no ano atual / número de recomendações atendidas no ano anterior) x 100	30%	60%	80%			100%		
Processos Internos	Avaliar e acompanhar o desenvolvimento institucional	Integrar o processo de capacitação e avaliação de desempenho	Pesquisa de satisfação dos gestores sobre os resultados da capacitação na produtividade; Autoavaliação dos servidores sobre os resultados da capacitação sobre sua produtividade	Pesquisa	50%	60%	70%			75%		

Processos Internos	Criar e implementar políticas de inclusão	Desenvolver e promover política de acessibilidade na PROGEP	Adequação dos ambientes para a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	Quantidade de ambientes adequados	?	?	?	?	?		
			Capacitação de servidores para atendimento em libras	Percentual de servidores capacitados	?	?	?	?			
Processos Internos	Fortalecer e ampliar o processo de interiorização	Estender as ações de gestão de pessoas aos campi da instituição	A quantidade de atividades e/ou serviços de gestão de pessoas estendidos pelos Campi da UNIFAP	(Quantidade de atividades e ou serviços estendidos no ano / quantidade de atividades e o serviços possíveis de extensão) x 100	A definir						
Processos Internos	Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação Institucional	Ampliar a comunicação da PROGEP	Percentual de atendimentos presencial	(total atendimentos presenciais / total de atendimentos) * 100	90%	75%	60%	45%			
			Percentual de atendimentos via internet	(total atendimentos virtuais / total de atendimentos) * 100	10%	25%	40%	55%			
Processos Internos	Intensificar o acesso à Tecnologia da Informação	Intensificar o uso da TI na PROGEP	ver com Luana								
Sociedade	Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica	Promover a valorização humana e profissional dos servidores	Pesquisa de satisfação sobre a percepção dos servidores com relação a valorização humana e profissional	Pesquisa	50%	60%	70%	75%			
Sociedade	Contribuir com o avanço científico e tecnológico na região	Contribuir com os objetivos institucionais por meio de processos eficazes de gestão de pessoas	Pesquisa de satisfação sobre a percepção dos servidores sobre os processos eficazes de gestão de pessoas da PROGEP	Pesquisa	50%	60%	70%	75%			

Planejamento Tático da Pró-reitoria de Ensino de Graduação

Perspectiva BSC	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (PDI)	OBJETIVOS SETORIAIS (PLANO TÁTICO)	INDICADOR	COMO SE CALCULA	METAS								
					2016		2017		2018		2019		
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	
SOCIEDADE	Formar cidadãos éticos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da região amazônica	Formar profissionais qualificados e comprometidos com a sociedade	Grau de satisfação de empregadores de egressos da Unifap observando suas respectivas áreas ou áreas afins	(Número de alunos formados que estão trabalhando na área de formação / Número total de alunos formados) X 100	50%		60%		70%		80%		
			Percentual de alunos que concluíram a graduação no período previsto de formação	[Número de egressos (do ano vigente) / número de ingressos (da respectiva turma)] X 100	60%		70%		80%		90%		
	Fomentar e Valorizar a diversidade Cultural	Garantir a efetividade das políticas de inclusão, ações afirmativas e permanência	Percentual de políticas implementadas	(Número de políticas implementadas/ Número de Políticas recomendadas pelo MEC) X 100									
			Pesquisa qualitativa sobre a percepção da inclusão										
PROCESSOS INTERNOS	Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional	Viabilizar a comunicação entre departamentos, cursos e pró-reitorias	Número de acessos aos canais de comunicação da Prograd	Percentual do aumento de acesso aos canais de comunicação em relação ao ano anterior	20%		30%		40%		50%		
			Número de ações integralizadoras da PROGRAD	Número real anual de reuniões, eventos e discussões integralizadoras	2		3		4		4		
	Fortalecer e ampliar o processo de interiorização	Fortalecer o ensino à distancia	Número de cursos nos interiores;	Relatório de Cursos criados no interior	3	3	6		9		12		
			número de municípios	NMA = n° de municípios atendidos	4	4	6		8		10		

		atendidos									
		Número de alunos matriculados	Relatório de alunos matriculados no interior	135	125	185		225			
		Percentual de concluintes no prazo no interior	$(NF^* / NM^{**}) \times 100$ *NF = N° alunos formados no prazo **NM = N° de alunos matriculados								
		Percentual de professores que utilizam ambientes virtuais	(N° Professores que utilizam ambientes virtuais / quantidade total de professores) X 100								
Promover a interação com a sociedade e instituições	Buscar ampliação de convênios ou cooperação técnica	Número de convênios de estágios ou cooperação técnica firmados	Número de novos convênios firmados	37		40		45		50	
Criar e implementar políticas de inclusão	Aprimorar as políticas de inclusão que já estão implementadas	Número de acadêmicos atendidos no NAI	NA = NAA + NV	65		70		80		90	
		Percentual de vagas por ações afirmativas	NI = NIA + NVI	50%		55%		60%		70%	
		Percentual de matrículas efetivadas		50%		55%		60%		70%	
Fortalecer e ampliar o processo de interiorização	Fortalecer os processos de interiorização	Número de cursos implantados nos campi	NC = NCA+NVC	0		2		4		6	
Aprimorar os processos gerenciais e operacionais	Regulamentar as competências dos setores da PROGRAD	percentual de construção da regulamentação		80%		100%					
Fortalecer e ampliar o processo de interiorização	Reativar o <i>campus</i> de Laranjal do Jari com oferta de cursos em Licenciatura, EaD e PARFOR	1. Dados obtidos junto à SEED-AP acerca do número de concluintes do ensino médio no município; 2. Número de ponteciais universitários que	Dados estatísticos elaborados pela SEED-AP dos alunos concluintes do ensino médio.	0	0	150 vagas	?	300	?	450	?

			deixaram de ingressar no <i>campus de L. do Jari</i> por motivo de se encontrar fechado								
Fortalecer o ensino (graduação e pósgraduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar	Fortalecer o ensino de graduação	Desempenho dos alunos no Enade	Conceitos Enade	3		3		3		4	
		Conceito Preliminar de Curso;	CPC: nota atribuída pelo MEC;	3;		3		3		4	
	Fortalecer a estrutura operacional dos cursos (material, infraestrutura e pessoal)	1. Percentual de cursos atendidos em material de expediente	Nº cursos atendidos X 100% / Nº total de curso	80%		90%		100%		100%	
		2. Percentual de cursos atendidos em material específico	Nº cursos atendidos X 100% / Nº total de curso	60%		70%		90%		100%	
		3. percentual médio de disciplina por curso em com infraestrutura adequada	Nº disciplinas atendidos X 100% / Nº total de disciplinas. Depois faz-se a média de todos os cursos.	50%		70%		80%		90%	
		4. percentual médio por curso atendidos por docentes	Nº disciplinas atendidos X 100% / Nº total de disciplinas. Depois faz-se a média de todos os cursos.	80%		90%		100%		100%	
		5. percentual de professores por curso em sobrecarga	Nº de professores em sobrecarga X 100% / Nº total de professores, depois faz-se a média de todos os professores	50%		40%		20%		10%	
	Garantir a implantação do SIGAA	Módulos implantados	Módulos implantados/Total de módulos*100								
	Fomentar o uso de tecnologia no ambiente acadêmico	Número de empréstimo de e-books	Levantamento do número de alunos que realizam empréstimo de e-books na Biblioteca Central	40%		50%		60%		80%	
		Número de alunos de graduação que possuem acesso ao	Levantamento junto à EAD	40%		50%		60%		75%	

		ambiente MOODLE									
	Diminuir a evasão e a retenção	IEV (Ver folha 56 do FORPLAD 2015)	$Evp = (1 \times MP - Ip / Mp-1 - Cp-1) \times 100$ (ver folha 52 do FORPLAD 2015)	?		-2%		-2%		-2%	
Implementar a política de comunicação e fortalecer a comunicação institucional	Fortalecer a imagem e comunicação institucional junto a comunidade e as demais instituições de ensino	Número de escolas visitadas	Nº de escolas visitadas / Nº total de escolas X 100	30%		40%		60%		70%	
		Número de alunos que desejam ingressar na UNIFAP	Nº de alunos desejam ingressar / Nº de concluintes do ensino médio X 100	50%		60%		75%		85%	
Aprimorar o planejamento como instrumento de gestão	Ampliar a utilização de ferramentas de gestão nos setores administrativos	Número de setores que utilizam essas ferramentas	Nº de setores que utilizam diag. SWOT / Nº total de setores incluídos na estrutura da PROGRAD	30%		40%		60%		80%	
	Acompanhar a execução do planejamento estratégico	Percentual de ações executadas/percentual de ações propostas	PAE/PAP*100	30%		50%		70%		100%	
		Percentual de Metas atingidas/percentual de metas propostas*100	PMA/PMP*100	30%		50%		70%		100%	
	Mapear e otimizar os processos da Prograd	Número de processos mapeados/Número de processos existentes*100	NPMap/NPEx*100	80		100		100		100	
Número de processos otimizados/total de processos * 100		NPO/TP*100									
Fortalecer o ensino (graduação e pósgraduação), pesquisa e a extensão sob a perspectiva interdisciplinar	Criar e implementar normativas internas voltadas para o ensino de graduação.	Número de normativas criadas		3		3		4		4	
		Número de servidores capacitados		20		40		60		60	
		Percentual de normativas atualizadas		20%		40%		60%		80%	

APRENDIZAD O E CRESCIMENT O	Ampliar e adequar a estrutura acadêmica	Adequar os departamentos conforme áreas de conhecimento e especificidades	Número de editais alinhados as áreas de conhecimento	Índice da evolução da criação de curso de graduação e pós- graduação								
			Número de programas de pós- graduação de Dinter e Minter	Relatórios qualitativos e quantitativos comparando o hsitórico de curso; aprendizado e crescimento.								
			Número de disciplinas equivalentes	Número real de disciplinas afins e equivalentes								
		Aumentar o número de laboratórios ativos para o bom funcionamento dos cursos de graduação	Número de laboratórios em funcionamento		50%		75%		85%		100%	
			Número de laboratórios equipados	Número de laboratório total (NLT); Número de laboratórios ativos/equipados (NLA); Número de laboratórios inativos (NLI) NLA = NLT - NLI								
	Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)	Garantir a execução da política de capacitação dos técnicos	Percentual de técnicos capacitados	NTC= TT-TN	10%		20%		50%		70%	
	Qualificar e capacitar os servidores (docentes e técnicos)	Garantir a execução da política de capacitação docente	Percentual de docentes capacitados	NDC=DT-DN	20%		30%		50%		80%	
	Ampliar e adequar a estrutura acadêmica	Adequar os espaços de acordo com as necessidades das atividades de ensino	Percentual de salas de aula		20%		30%		50%		80%	
			Percentual de professores atendidos com gabinetes		15%		20%		30%		50%	
	Promover a modernização e ampliação de	Monitorar o funcionamento da estrutura de laboratórios	Percentual de laboratórios otimizados		20%		30%		40%		60%	

	infraestrutura tecnológica		Percentual de manutenção de equipamentos		30%		50%		80%		100%	
	Promover a modernização e ampliação de infraestrutura tecnológica	Modernizar e equipar a infraestrutura tecnológica	Percentual de equipamentos disponibilizados por curso		20%		40%		60%		80%	
Percentual de software por curso				20%		40%		60%		80%		
Percentual de professores capacitados para utilização de ferramentas tecnológicas				20%		40%		60%		80%		
ORÇAMENTO	Assegurar os recursos orçamentários	Garantir a utilização dos recursos para apoio as atividades de ensino	Numero de bolsas para monitoria	NTB=NB/TA	5%		10%		15%		20%	
			Número de auxílios concedidos para Atividades de campo		5%		10%		15%		20%	
			Número de auxílios concedidos para participação em evento									
	Reduzir custos operacionais	reduzir os custos operacionais no ambito da PROGRAD	Consumo de papel A4 e Tonner de impresora	Nº de consumo anual / Nº de consumo do ano anterior	5%		-10%		-10%		-10%	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Fundação Universidade Federal de Amapá Rod. Juscelino Kubitscheck, Km 02, S/Nº.

PARECER Nº 001

OBJETO: RELATÓRIO DE GESTÃO

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - Unifap

EXERCÍCIO: 2016

O parecer da Unidade de Auditoria Interna – Audint, sobre o Relatório de Gestão, previsto no art 9º, V, do Regimento Interno da unidade, relativo ao exercício de 2016, é um elemento suplementar ao referido relatório, conforme estabelece o art. 15, §6º, do Decreto Nº 3.591/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16/7/2002 e que compõe o Processo de Contas, segundo o art 8º, I, da Decisão Normativa-TCU Nº 154, de 19 de outubro de 2016.

Este parecer teve como instrumentos basilares a estrutura configurada no sistema e-Contas e o conjunto de conteúdos disposto no anexo II da referida Decisão Normativa. Com relação ao conteúdo, considerou-se, sobretudo, o formato, a clareza das informações prestadas, a demonstração de desempenho institucional e a conformidade dos atos de gestão informados, observando o artigo 1º, Parágrafo único, II e art. 3º, §1º, da Instrução Normativa – TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010.

Em cotejamento entre o sistema e-Contas e a estrutura do relatório, verificou-se que a Unifap seguiu o rito previsto na citada Instrução Normativa e na DN 154-TCU/2016. Dessa forma o relatório atende aos elementos constitutivos do Sistema e-Contas do TCU (DN 154/2016), com exceção das seções 2 e 3, conforme se segue:

Seção 2 - Esta seção aborda sobre o planejamento organizacional e resultados. A Pró-Reitoria de Planejamento informa que o “plano estratégico da Universidade encontra-se no segundo ano de execução e que os objetivos estratégicos, as metas decorrentes desses objetivos e os resultados da execução dos planos tático e operacional do exercício foram compilados no Quadro 4”.

Entretanto, aponta-se que no referido quadro há dificuldades de entendimento quando se associa alguns indicadores, com a meta e a execução, a exemplo de “Patentes” que se subentende como sendo valor absoluto, no entanto, a meta e a execução constam em valores relativos. A Audint, quando da realização da auditoria em Governança em novembro de 2016, identificou inconsistências em 22 indicadores, no que tange às denominações, objetivos e fórmulas de cálculo, para os quais foram emitidas recomendações de melhoria, porém no Relatório de Gestão não há indicativos de correção. Contudo, vale acrescentar que as análises são esclarecedoras, tendo em vista que sinalizam, em larga medida, o cumprimento das metas.

Seção 3 – Nessa seção que trata de Governança, Gestão de Risco e Controles Internos, consta a estrutura de governança, o papel e a finalidade de cada órgão ou unidade integrante, mas não detalhada as atividades realizadas pelos órgãos ou colegiados, com exceção da Auditoria Interna (Audint) e da Corregedoria, que apresentaram resultados de suas atuações.

Audint descreveu a sua estrutura, os instrumentos normativos basilares de sua atuação, apresentou dados comparativos entre as ações informadas no Painel/2016 e as executadas, destacando algumas ações de auditoria realizadas no exercício, recomendações e resultados, bem como a sistemática de atendimento e monitoramento das determinações /recomendação emanadas de órgãos de controle e os endereços em que seus atos constam publicados.

Nesta mesma seção, a Audint também informa que em todas as auditorias realizadas, constatou que os controles internos administrativos permanecem incipientes ou inexistentes, em desconformidade com o que dispõe a IN-SFC-MF 01/2001, com poucas possibilidades de servirem de subsídios para a correção de falhas e minoração de riscos. Desta forma, as unidades estão sujeitas a elevado grau de fragilidade, implicando em riscos à consecução dos objetivos institucionais.

No que se refere à gestão de risco, no exercício de 2016, foram realizados treinamentos sobre essa temática, envolvendo gestores e demais servidores, a fim de conhecerem a IN Conjunta MP/CGU Nº 01/2016 e contribuírem para a sua implementação. A Política de Gestão de Riscos está em elaboração, conforme disposto na referida IN, porém, para que o mapeamento dos riscos torne-se realidade, a conclusão do mapeamento dos processos é determinante.

As seções 6 e 7, embora constem deste parecer não caracterizam não conformidade, em relação às informações postas no relatório. Todavia, especificamente a seção 6 relata questões ainda pendentes.

Seção 6 - Em relação ao desempenho orçamentário e financeiro, os demonstrativos contábeis expressam adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UNIFAP, em conformidade com dispositivos da Lei 4.320/1964.

As Demonstrações Contábeis, segundo a referida lei, estão apensadas ao relatório, na seção de “Anexos e Apêndices”, incluindo-se as Notas Explicativas. Esclarecimentos adicionais constam dos itens 2 e 6 do relatório e seus subitens, nos quais também foram anunciadas as implicações decorrentes do expressivo contingenciamento de recursos, no exercício de 2016, que se desdobraram em restrições na liberação de limites orçamentários, afetando a execução de atividades institucionais.

Em relação à apropriação dos valores relativos às contas redutoras - depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, por meio dos exames realizados pela Audint, fundamentados na Norma Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10, verificou-se que a aplicação desta NBC-T ainda permanece pendente, em razão da migração dos bens patrimoniais para o novo Sistema de Patrimônio (SIPAC) não ter sido concluindo.

Com relação à depreciação de bens móveis, a instituição seguiu o disposto na NBC T 16.9, orientando-se pelo Manual do SIAFI - Macro Função 02.03.30. No caso dos bens imóveis da Instituição, a depreciação foi realizada pela Coordenação Geral de Contabilidade/Tesouro Nacional, instruída por informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União.

No tocante à amortização, no decorrer do exercício não houve registro adequado dos bens intangíveis. Isso decorreu da ausência da classificação da vida útil cuja conta contábil não segregava os bens com vida útil definida, daqueles que não tem vida útil definida, a exemplo dos *software*. Somente em dezembro/2016, em torno de 60% das contas de bens intangíveis foram reclassificadas, para a condição “vida útil definida ou indefinida”, dificultando a análise dos bens que deveriam ser amortizados no decorrer do exercício.

Vale destacar que a conformidade contábil é diariamente verificada pelo Departamento Financeiro e as inconsistências equacionadas em tempo, a exceção da restrição 643 que se refere ao Ativo Intangível, pelas razões mencionadas anteriormente.

Item 7 – Esta seção versa sobre as demandas oriundas de órgãos de controle. Essas demandas estão contidas em quadros inseridos no relatório e demonstram que existem rotinas de acompanhamento e de implementação dessas demandas. O monitoramento realizado pela Audint apontou que houve progresso no equacionamento de algumas demandas, porém outras permanecem pendentes ou em fase de atendimento.

A despeito das questões enumeradas, a análise revelou algumas potencialidades: o provimento de distintos canais de relacionamento com a sociedade para maior publicidade e transparência dos atos de gestão; a diversidade de sistemas de informação em funcionamento ou em fase de implantação, o que potencializa melhorias e celeridades na operacionalização de processos, além de ampliar a segurança das informações institucionais; gestão de pessoas; auxílios concedidos a estudantes; mobilidade acadêmica; pesquisa e pós-graduação; e múltiplas oportunidades disponibilizadas pela instituição para qualificação de seu quadro de servidores.

Embora a estrutura de conteúdo do Relatório de Gestão da UNIFAP esteja aderente ao que prevê a Determinação Normativa 154/2016 - TCU, algumas seções não foram elucidadas plenamente, pelas razões supracitadas. Ademais, o relatório apresenta inconsistências quanto à formatação e elaboração textual, em contraste com nos moldes previstos nos normativos. Dessa forma, o Relatório de Gestão da Universidade Federal do Amapá, relativo ao exercício de 2016, cumpre, com ressalvas, o que dispõe a legislação que atribui suporte legal à evidenciação da atuação da gestão no exercício de 2016, considerando que reflete os atos de gestão e a prática da governança.

Macapá (AP), 30 de março de 2017.

ELIANA DO SOCORRO DE BRITO PAIXÃO

Auditora-chefe

Portaria 1743/2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO nº 02/2017 – CONDIR/UNIFAP

Aprova o Relatório de Gestão do ano de 2016 da Universidade Federal do Amapá.

A **PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 14, Inciso XIII do Estatuto da UNIFAP, Artigo 17, Inciso XVIII, do Regimento Geral, e ainda, o Artigo 10º Inciso IX, do Regimento do CONDIR, considerando

O Processo nº 23125.010285/2017-32

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR “Ad Referendum” o Relatório de Gestão - exercício de 2016, da Universidade Federal do Amapá.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal do Amapá, em Macapá, 31 de março de 2017

Prof. Dra. Eliane Superli
Presidente do Conselho Diretor

